



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**NOALDO JOSÉ AIRES TAVARES**

**FEIRA LIVRE DE BOQUEIRÃO: DINÂMICA REGIONAL, MERCADO E  
CONSUMO NO CARIRI PARAIBANO**

**RECIFE  
2017**

**NOALDO JOSÉ AIRES TAVARES**

**FEIRA LIVRE DE BOQUEIRÃO: DINÂMICA REGIONAL, MERCADO E  
CONSUMO NO CARIRI PARAIBANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.

**Área de concentração:** Regionalização e Análise Regional.

**Linha de pesquisa:** Dinâmicas territoriais do desenvolvimento e regionalizações.

**Orientador:** Prof. Dr. Nilson Cortez Crocia de Barros.

**RECIFE  
2017**

Catalogação na fonte  
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-  
1262

T231f      Tavares, Noaldo José Aires.  
              Feira livre de Boqueirão : dinâmica regional, mercado e consumo no  
              Cariri Paraibano / Noaldo José Aires Tavares. – 2017.  
              126 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Nilson Cortez Crocia de Barros.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco,  
CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2017.  
Inclui Referências e apêndices.

1. Geografia. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Feiras livres –  
Aspectos econômicos. 4. Feiras livres – Aspectos sociais. 5. Alimentos –  
Consumo. 6. Abastecimento de alimentos. I. Barros, Nilson Cortez Crocia  
de (Orientador). II. Título.

918 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-082)

NOALDO JOSÉ AIRES TAVARES

**FEIRA LIVRE DE BOQUEIRÃO: DINÂMICA REGIONAL, MERCADO E CONSUMO  
NO CARIRI PARAIBANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.

Aprovada em: 17/02/2017.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Nilson Cortez Crocia de Barros  
(1º examinador – orientador – PPGeo/DCG/UFPE)

---

Prof. Dr. Lincoln da Silva Diniz  
(2º examinador - Geografia/UFPE)

---

Prof. Dr. Sérgio Luiz Malta de Azevedo  
(3º examinador - Geografia/UFPE)

Dedico esse trabalho ao meu pai, Noel Tavares da Silva,  
verdadeiro mestre em feira livre e a minha mãe, Maria  
Aires Cavalcante Tavares.

## AGRADECIMENTOS

Todo nosso crescimento pessoal está envolto em um conjunto de esforços e doações coletivas que nos dão suporte para um avanço efetivo. A gratidão por tais ações é inacabável, e, portanto, decidimos eternizá-las em forma escrita nos próximos parágrafos.

Agradeço a Deus, primeiramente, por todas as dádivas que tem me concedido ao longo da vida e por nunca ter me desamparado mesmo nos momentos mais difíceis. A fé e a esperança foram fundamentais para a conquista desse nosso objetivo.

Meus agradecimentos especiais ao Professor Nilson Cortez Crocia de Barros, com quem construí uma relação de amizade e admiração. Sua presteza, suas palavras de estímulo e toda sabedoria expressa nas orientações foram de grande importância não apenas para a feitura desse trabalho, mas para meu crescimento intelectual.

Não poderia deixar de agradecer ao professor Lincoln da Silva Diniz, orientador na graduação e quem me estimulou a adentrar nos estudos referentes a Geografia do Comércio.

Contribuição valiosa e que merece ser destacada foi dada pelo professor Sérgio Luiz Malta de Azevedo que também prestou grande auxílio para execução do nosso trabalho e marcou significativamente nossa trajetória acadêmica.

Reconhecemos também as contribuições de Luiz Eugênio, exemplo de professor e pessoa que muito nos estimulou a tentar a seleção de mestrado do PPGEO. Suas colaborações ao decorrer de toda graduação ajudaram-nos a semear esses frutos que temos colhido.

A minha tia, Maria Luzinete (Tia Netinha) e sua família, pela boa vontade de me acolher em sua casa, me tratando como um filho. Todo esse carinho e afeto recebido estará sempre guardado em meu coração.

Aos meus familiares, irmãos (Sueli, Sandro e Marcos), avó (Ana Aires), sobrinhos, cunhados, tios e primos que sempre estimularam meus estudos desde as séries iniciais. Sei da alegria e da realização de vocês com a conclusão desse trabalho.

Vários amigos contribuíram direta ou indiretamente para essa nossa conquista: Romulo, Gustavo, Elânia, Eraldo, Fernando, Estanley, Felipe, Eduardo, Sílvia Sampaio, Robson, Ronyel, Ítalo, Allan, a vocês, meus sinceros agradecimentos.

Também agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ – que colaborou com ajuda financeira para realização desse trabalho.

Amanda Cristiane, lembro de sua contribuição desde o dia em que fui fazer a matrícula no Programa e ela foi de grande valia para que eu conseguisse conviver melhor com os frequentes deslocamentos entre Recife e Campina Grande. De igual modo prestamos

agradecimento ao Eduardo Pazera Jr, grande estudioso da Geografia do Comércio na Paraíba, que nos estimulou na execução de nossa pesquisa.

Agradeço a todos os professores do PPGEO pelos valiosos ensinamentos e contribuições prestadas ao desenvolvimento da ciência geográfica. Aos funcionários vinculados ao programa, agradeço na pessoa de Eduardo Veras, exemplo de servidor público honesto e competente.

Aos colegas da pós-graduação da UFPE, que proporcionaram estímulos e contribuições valiosas além de momentos de descontração que vivenciamos ao longo desses dois anos. Mesmo correndo o risco de cometer injustiças, cito nominalmente alguns pares com os quais tivemos mais proximidade: Kleber Silva, Messias Nascimento, Pietro Félix, Cícero Harisson, Carolina Nogueira e Wanessa Martins.

Aos feirantes que tão bem nos receberam ao longo dessa pesquisa e que são dignos de aplauso pela disposição, coragem e alegria com que encaram seu trabalho na busca do sustento familiar, deixo minha eterna admiração.

“Fumo de rolo arreio e cangalha  
Eu tenho pra vender, quem quer comprar  
Bolo de milho broa e cocada  
Eu tenho pra vender, quem quer comprar  
Pé de moleque, alecrim, canela  
Moleque sai daqui me deixa trabalhar  
E Zé saiu correndo pra feira de pássaros  
E foi passo-voando pra todo lugar

Tinha uma vendinha no canto da rua  
Onde o mangaieiro ia se animar  
Tomar uma bicada com lambu assado  
E olhar pra Maria do Joá

Cabresto de cavalo e rabichola  
Eu tenho pra vender, quem quer comprar  
Farinha rapadura e graviola  
Eu tenho pra vender, quem quer comprar  
Pavio de cadeiro panela de barro  
Menino vou me embora  
Tenho que voltar  
Xaxar o meu roçado  
Que nem boi de carro  
Alpargata de arrasto não quer me levar

Porque tem um Sanfoneiro no canto da rua  
Fazendo floreio pra gente dançar  
Tem Zefa de purcina fazendo renda  
E o ronco do fole sem parar”

**Feira de Mangaio (SIVUCA)**

## RESUMO

As feiras livres exercem significativa relevância no processo de ocupação e desenvolvimento de diversos núcleos urbanos, especialmente no interior da região nordestina. A feira que se realiza aos sábados no município de Boqueirão, localizado na Microrregião do Cariri Oriental do Estado da Paraíba, foi escolhida como objeto de nossa pesquisa em razão de sua representatividade enquanto espaço de consumo para população de Boqueirão e municípios circunvizinhos. Nossa investigação teve como objetivo principal analisar a dinâmica comercial da feira livre de Boqueirão, especialmente o seu papel na (re) produção espacial urbana e regional na contemporaneidade. A metodologia da pesquisa contou com um levantamento bibliográfico e documental, além dos procedimentos realizados em campo: registros fotográficos, realização de entrevistas e aplicação de questionários. A investigação realizada constatou alteração no perfil das feiras livres, observa-se novos conteúdos, formas e ações, de acordo com as novas lógicas e alterações do mercado e do consumo. Observamos que a Feira de Boqueirão tem conseguido se adaptar as novas atualizações do sistema capitalista nesse período de globalização através de ressignificações nas relações econômicas e sociais e concomitantemente, nota-se a coexistência de formas e processos presentes desde a sua origem. Com isso, acreditamos não ser possível classificar as feiras livres como espaços de comércio tradicional, pois as constantes modificações – que variam em nível em cada feira – nos mostram que as feiras têm se modernizado.

**Palavras-Chave:** Feiras livres. Comércio e consumo. Fluxos e abastecimento.

## ABSTRACT

The fairs have significant relevance in the process of occupation and development of several urban centers, especially in the northeastern region. The fair that takes place on Saturdays in Boqueirão, located in the microregion of the Eastern Cariri in Paraíba State was chosen as object of our research because of its representativity as a space of consumption for the Boqueirão's population and surrounding towns. Our research had as main objective to analyze the commercial dynamics of Boqueirão 's fair, especially its importance in urban and regional production in contemporary times. The methodology of the research it is based on a bibliographical and documentary survey, besides the procedures performed in the field: photographic records, interviews and questionnaires. The research revealed a change in the profile of the fairs, it is observed new contents, forms and actions, according to the new logics and changes in the Market and consumption. We observed that the Boqueirão's fair has managed to adapt the new updates of the capitalist system in this period of globalization through resignifications in economic and social relations and concomitantly, we can note the coexistence of forms and processes present since their origin. With this, we believe that it is not possible to classify fairs as a space of traditional commerce, because of the constants changes – that vary in level in each fair – show us that the fairs have been modernized.

**Keywords:** Fairs. Commerce and consumption. Flows and supply.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Quadro das características do comércio tradicional e moderno .....	35
Figura 02 - Mapa de localização do município de Boqueirão .....	39
Figura 03 - Mapa de localização da Microrregião do Cariri Oriental .....	40
Figura 04 - Mapa de localização do Município de Boqueirão dentro da Microrregião do Cariri Oriental .....	41
Figura 05 - Mapa dos primeiros caminhos da Paraíba .....	43
Figura 06 - Vila de Carnoió, situada imediatamente à jusante do boqueirão, na margem do Rio Paraíba .....	45
Figura 07 - Feira livre de Boqueirão na década de 1950 – Rua Oliveira Ledo .....	45
Figura 08 - Mapa geológico da Microrregião do Cariri Oriental .....	47
Figura 09 – Mapa pedológico da Microrregião do Cariri Oriental .....	48
Figura 10 - Climograma do município de Boqueirão .....	50
Figura 11 - Vista Aérea parcial do açude Epitácio Pessoa .....	59
Figura 12 - Operários trabalhando na construção do Açude Epitácio Pessoa .....	61
Figura 13 - Centro Comercial de Boqueirão: Passado e presente .....	63
Figura 14 - Comporta de descarga do Epitácio Pessoa perenizando parte do Rio Paraíba .....	65
Figura 15 - Os Espaços agrários do Sertão Paraibano – 1974 .....	67
Figura 16 - Feira livre de Boqueirão .....	70
Figura 17 - Carros Pau-de-Arara que fazem o transporte de clientes e mercadorias para a feira .....	77
Figura 18 - Crianças carregando compras em carrinhos-de-mão .....	79
Figura 19 - Gráfico dos preços dos produtos perecíveis X Tempo de exposição.....	88
Figura 20 - Comercialização da carne sem instrumentos de refrigeração.....	90
Figura 21 - Quadro dos produtos comercializados na Feira Livre de Boqueirão – PB .....	99
Figura 22 - Mapa da origem dos produtos da Feira Livre de Boqueirão–PB .....	102
Figura 23 - Gráfico que retrata a prática do fiado pelos feirantes de Boqueirão .....	107
Figura 24 - Espaço da feira livre de Boqueirão, respectivamente, antes e depois da padronização .....	109

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AESA** – AGÊNCIA EXECUTIVA DE GESTÃO DAS ÁGUAS DO ESTADO DA PARAÍBA

**AL** - ALAGOAS

**ASCOFAB** – ASSOCIAÇÃO DOS COMERCIANTES, FEIRANTES E AMBULANTES DE BOQUEIRÃO

**BA** - BAHIA

**CEPAL** - COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE

**CPRM** – COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

**DNOCS** – DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA A SECA

**EMPASA** – EMPRESA PARAIBANA DE ABASTECIMENTO E SERVIÇOS AGRÍCOLAS

**IBGE** – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

**IDHM** – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO

**IFOCS** – INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA A SECA

**IOCS** – INSPETORIA DE OBRAS CONTRA SECA

**NECC** – NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE COMÉRCIO E CONSUMO

**OIT** – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

**PE** - PERNAMBUCO

**PB** – PARAÍBA

**PIB** – PRODUTO INTERNO BRUTO

**PRODER** – PROGRAMA DE EMPREGO E RENDA

**SUDENE** – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2</b>	<b>APORTES TEÓRICOS PARA A COMPREENSÃO DAS FEIRAS LIVRES</b> .....	18
2.1	GEOGRAFIA DO COMÉRCIO: CAMINHOS TRILHADOS E PERSPECTIVAS ...	18
2.2	FEIRAS LIVRES: COEXISTÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES.....	24
2.3	COMÉRCIO E CONSUMO .....	32
<b>2.3.1</b>	<b>Comércio Tradicional e Setor Informal</b> .....	34
<b>3</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA E HISTÓRICA DE BOQUEIRÃO-PB</b> ..	38
3.1	LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E PROCESSO DE OCUPAÇÃO .....	39
3.2	CARACTERIZAÇÃO NATURAL .....	46
<b>3.2.1</b>	<b>Aspectos climáticos e fitogeográficos</b> .....	49
<b>3.2.2</b>	<b>Atividades Econômicas do município</b> .....	51
<b>3.2.3</b>	<b>Pecuária</b> .....	51
<b>3.2.4</b>	<b>Agricultura em Boqueirão</b> .....	54
3.3	AÇUDE EPITÁCIO PESSOA: CONTEXTO HISTÓRICO.....	56
<b>3.3.1</b>	<b>Construção do açude Epitácio Pessoa</b> .....	59
<b>3.3.2</b>	<b>Atividades Econômicas no Epitácio Pessoa</b> .....	64
<b>3.3.3</b>	<b>Irrigação às margens do Epitácio Pessoa</b> .....	65
<b>4</b>	<b>FEIRA DE BOQUEIRÃO: COEXISTÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES</b> .....	70
4.1	TRANSPORTES.....	73
<b>4.1.1</b>	<b>Transportes em dia de feira livre</b> .....	76
4.2	PRODUTOS COMERCIALIZADOS E ORIGEM DA PRODUÇÃO .....	80
<b>4.2.1</b>	<b>Fluxos das mercadorias comercializadas na feira livre de Boqueirão</b> .....	83
<b>4.2.2</b>	<b>Gêneros Alimentícios</b> .....	84

<b>4.2.3 Laticínios, carnes e peixes</b> .....	89
<b>4.2.4 Biscoitos e guloseimas</b> .....	91
<b>4.2.5 Plantas e animais</b> .....	91
<b>4.2.6 Produtos artesanais</b> .....	92
<b>4.2.7 Produtos manufaturados</b> .....	95
<b>4.2.8 Síntese dos Fluxos</b> .....	98
<b>4.3 (DES) ABASTECIMENTO DOS PRODUTOS</b> .....	103
<b>4.4 FEIRA LIVRE: POSSIBILIDADE DE TRABALHO E CONSUMO</b> .....	104
<b>4.5 ACESSO AO CRÉDITO PARA FEIRANTES E CLIENTES</b> .....	106
<b>4.6 PADRONIZAÇÃO DA FEIRA</b> .....	108
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	111
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	115
<b>APÊNDICES</b> .....	123

## 1 INTRODUÇÃO

As feiras livres são espaços de comercialização antigos, com fortes raízes e que permanecem atuantes até hoje na economia de diversos municípios brasileiros, exercendo grande importância na vida urbana e rural de muitas cidades. A feira livre de Boqueirão-PB sobrevive às modernizações de consumo com adaptações e com sua tradição. A necessidade de compreender tais mudanças ocorridas nesse espaço, e sua atual situação como ambiente socioeconômico e cultural de grande relevância para o município estimulou a execução dessa pesquisa.

Os espaços das atividades comerciais sempre revelaram e reproduziram a estrutura social e econômica das populações, fazendo parte do seu cotidiano. Esses redutos de compra, venda e troca de mercadorias exercem uma significativa contribuição que não se restringe a esfera econômica, mas sobretudo a vida social das populações que vivem integradas por estes espaços.

O espaço comercial é mutável, e nele podemos perceber essa variação através do surgimento de novas formas, dinâmicas e também do desaparecimento ou enfraquecimento das antigas formas, mudando assim as estruturas socioespaciais. A feira livre de Boqueirão permanece como um elemento de comércio popular e tradicional, mesmo sofrendo alterações em suas bases e sofrendo com o avanço da modernidade, congregando também objetos e ações típicas do atual período técnico-científico-informacional.

Considerando as transformações vivenciadas no espaço brasileiro ao longo dos últimos decênios, optamos por focalizar nossa pesquisa na supracitada Feira, considerando suas heranças e sua historicidade que se imbrica com o próprio desenvolvimento do município de Boqueirão.

A Feira de Boqueirão não está imune as transformações socioeconômicas que se visualizam em escala local, regional, nacional e, cada vez mais, em escala global. Na atual conjuntura de interligação do espaço, em razão dessas variações a feira busca se adaptar as novas necessidades de consumo da população.

Nosso objeto de estudo constitui uma importante feira da microrregião do Cariri Oriental, tornando-se importante não só para a cidade, e sendo um elemento de atração comercial para à área. Buscamos considerar o fato da Feira de Boqueirão ter uma dinâmica social intensa, transformando a vida da cidade durante sua realização, merecendo estudos acerca de sua dinâmica espacial.

É notória a importância do comércio para o surgimento e expansão de diversos núcleos urbanos, tendo em vista suas relevantes funções econômicas e sociais. Acreditamos que analisar esses espaços nos permite uma melhor compreensão do desenvolvimento da urbanização e do nível das transformações vivenciadas pela sociedade.

Foi essa percepção que estimulou a nossa pesquisa a discutir a Feira Livre de Boqueirão enquanto recorte espacial para análise geográfica que pode colaborar na elucidação de questões referentes às atualizações socioeconômicas vivenciadas por diversos municípios interioranos do Nordeste brasileiro, pautados sobre a égide da globalização do capital.

Com base nessas percepções, tomamos como objetivo principal de nossa pesquisa: analisar a dinâmica comercial da feira livre de Boqueirão, especialmente o seu papel na (re) produção espacial urbana e regional na contemporaneidade.

Como auxiliares do objetivo central, traçamos os seguintes objetivos específicos: identificar e analisar as transformações/modernizações implantadas na supracitada feira livre regional, bem como os seus efeitos e formas espaciais resultantes; conhecer a relevância deste espaço comercial entre os municípios que compõem a Microrregião do Cariri Oriental Paraibano; relacionar os fluxos das bases econômicas do município com a comercialização e o abastecimento de produtos na Feira Livre de Boqueirão.

Tendo a temática e os objetivos do trabalho definidos, dedicamo-nos à definição metodológica da pesquisa. Entendemos a pesquisa como um processo permanentemente inacabado. Ela se encaminha por meio de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo-nos subsídios para uma compreensão do objeto estudado e intervenção no real (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

A metodologia nos permite estudar os caminhos da organização e dos instrumentos utilizados para realizarmos uma pesquisa. Ela vai além da descrição dos procedimentos e indica a escolha teórica de abordagem.

Na Geografia, estudos direcionados as questões comerciais são conduzidos a partir de abordagens variadas. Havendo, dessa forma, uma grande diversidade de perspectivas, que acabam por gerar uma área de estudos passível de múltiplas leituras que não são necessariamente excludentes. Os focos de pesquisa também são variados, trazendo questões envolvendo distribuição dos produtos, disposição de fixos e fluxos, influência do capital financeiro, hábitos socioeconômicos dos consumidores e suas influências na (re) produção espacial. Todas essas decodificações nos dão subsídio para tentar compreender uma parcela da dinâmica pela qual passa o espaço urbano e correspondem ao resultado de diferentes posições e postulados teóricos de matrizes acadêmicas utilizadas.

Estando cientes da diversidade de postulados da Geografia do Comércio, vislumbra-se como uma realidade espacial mais próxima às ações/práticas cotidianas das populações que se interagem e reproduzem constantes dinâmicas socioespaciais, como ocorre nos tradicionais espaços comerciais de feiras livres.

O desenvolvimento teórico-metodológico, bem como os procedimentos que foram trilhados nesta pesquisa enquadram-se, especialmente, nos estudos da Geografia do Comércio, Serviços e Consumo, enquanto subárea da Geografia Econômica e Urbana, mas que foram pautados a partir de um caráter regional.

Na análise teórico-empírica que buscamos desenvolver, a relação entre o espaço e o tempo se torna imprescindível e assim nosso recorte temporal compreende as questões na atualidade, deixando claro que diante dos objetivos propostos e métodos utilizados, para que alcancemos os resultados esperados também é necessário que façamos um recuo temporal para garantir uma compreensão sobre a (re) produção do espaço.

O procedimento metodológico que utilizamos foi o Estudo de Caso, focando em questões inerentes à feira livre de Boqueirão, de maneira a garantir (assim como proposição do método), um estudo factual do objeto. Ressaltamos também que se trata de uma pesquisa de natureza básica.

Para alcançar os objetivos propostos na dissertação, realizamos uma pesquisa investigativa e analítica, compreendendo as seguintes etapas metodológicas:

1. Realização de um levantamento bibliográfico acerca de obras/estudos que contemplam e analisam os diferentes aspectos da atividade comercial na atualidade, bem como outras pesquisas que estudam a dinâmica deste setor econômico em cidades de estruturas urbanas pequenas. O material bibliográfico pesquisado foi selecionado com o intuito de fornecer um embasamento teórico sobre as principais pesquisas que se realizam sobre a temática da Geografia do Comércio e também uma bibliografia mais específica sobre o município de Boqueirão e a região do Cariri paraibano.

2. Identificação e caracterização do espaço comercial da feira de Boqueirão através de pesquisas in loco, com o uso de registros fotográficos e mapa do espaço urbano da cidade em apreço.

3. Elaboração e aplicação de questionários e entrevistas com os agentes sociais responsáveis pelo dinamismo comercial da feira pesquisada (consumidores, feirantes e comerciantes).

4. Análises dos dados coletados e elaboração da redação final da pesquisa, revelando, com base em gráficos e quadros e mapas desenvolvidos, a dinâmica da feira livre regional de Boqueirão no período atual.

A organização do texto da presente dissertação possui três partes, dispostas da seguinte forma: O primeiro capítulo apresenta um aporte teórico para analisar a temática da Geografia do comércio e de modo mais específico o contexto das feiras livres e organização do Espaço. No segundo, trazemos uma caracterização geográfica e da formação histórica do município de Boqueirão, em moldes regionais, que colaboram significativamente para que entendamos as transformações espaciais que se fazem refletir na feira livre local. No último capítulo, abordamos a Feira Livre de Boqueirão no período atual, mostrando suas transformações e coexistências.

## **2 APORTES TEÓRICOS PARA A COMPREENSÃO DAS FEIRAS LIVRES**

### **2.1 GEOGRAFIA DO COMÉRCIO: CAMINHOS TRILHADOS E PERSPECTIVAS**

O comércio, em múltiplos espaços-tempo, estimulou o crescimento de núcleos populacionais existentes, atendendo a diversas necessidades criadas pelos grupos sociais. Também é notória a influência do comércio na transição de uma sociedade eminentemente agrícola, para um modelo urbano predominante na contemporaneidade (SPÓSITO, 1997). Essa influência na vida urbana, também nos é apresentada por Vargas (2001, p.96), ao afirmar que, desde o início “locais onde a troca realizava-se possuíam um papel muito importante, não apenas na atividade econômica, mas principalmente na vida social”, mostrando sua influência na (re) produção do espaço.

Mesmo em épocas primitivas, é impossível imaginar a vida em agrupamentos sem que houvesse situações de carências elementares que levassem a efetivação de troca de produtos ou o escambo. O nível de tais relações se aprofunda de forma inseparável dos moldes tomados pela sociedade no decorrer da história. O comércio e consumo expandem-se em caráter intrínseco ao controle do homem sobre a natureza.

As formas de localização do comércio também variam ao longo do tempo. Pintaudi (2008) mostra que a atividade comercial nas primeiras comunidades humanas, localizava-se, quase que exclusivamente, em áreas próximas a clientela. Atualmente, existe uma tendência de centralização da atividade comercial num único espaço (super/hiper-mercados, shoppings), não necessariamente em áreas próximas aos clientes, mas que sejam de fácil acesso para estes.

Ao dialogar sobre os circuitos da economia urbana, Santos (1979) afirma que a difusão da informação e a difusão de novas formas de consumo são elementos fundamentais para se entender a organização do espaço a partir de análises sobre suas repercussões espaciais.

Na história ocidental, a expansão das rotas mercantis, do comércio de longa distância e das feiras, juntamente com uma expansão e disseminação de um sistema de crédito e aumento da circulação monetária foram fundamentais para a consolidação de novas práticas econômicas, que em fase posterior se consolidam sob a forma da industrialização e urbanização (SILVA JUNIOR, 2011). Perceber essa conjuntura é fundamental para entendermos o sistema econômico mundial na atualidade e o modelo de sociedade em que vivemos. No mesmo sentido, Spósito (1997, p.30) afirma que: “A cidade nunca fora um espaço tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo”.

Nesse contexto, ampliam-se os sistemas de circulação local e esses se entrecruzam com as rotas de grande circulação em uma correlação intimamente vinculada com o comércio. Surgiram, então, regiões de passagem e de entrepostos que culminaram com o nascer de várias cidades. Essas trocas geram um fluxo mercantil entre determinadas áreas, materializando-se por intermédio das redes de transporte e comunicação.

O comércio surge como elemento constituinte das condições de vida da sociedade, sendo ao mesmo tempo produto desta, fazendo parte de uma relação dialética e histórica. Nesse contexto o comércio se problematiza dentro do processo de reprodução do espaço geográfico, “tornando-se condição e produto para a reprodução das relações de produção que se estabelecem entre os homens na sua prática cotidiana” (SILVA, 2011, p. 155).

De tal modo, as formas comerciais são também formas sociais dotadas de uma dimensão histórica importante e que são construídas ao longo do processo de reprodução das relações de produção.

Os estudos que tratam do comércio, circulação e troca de mercadorias não representam um fenômeno recente na ciência geográfica. Na Geografia Clássica ou tradicional, Ratzel já elucidava que desde o momento que se desenvolveram tecnologias de transportes e de comunicações eficientes, as comunidades não precisavam produzir tudo que se consumia no seu próprio local de vivência, pois existe um: “ movimento no espaço, de pessoas e objetos a partir de regiões ou pontos determinados, com o objetivo de equilibrar as trocas, os recursos e os dons naturais da terra e dos homens” (RATZEL, 1903 apud HUCKEL, 1906). Fundamentados nesse pensamento, é importante ressaltar que essa “Geografia da Circulação”, tratada por Ratzel, não se restringe a aspectos econômicos, mas é inegável sua influência nesses estudos.

Portanto, os estudos da Geografia do Comércio existem desde os primórdios da Geografia Humana moderna, sendo muito associados à Geografia Econômica; Assim, parte-se pressuposto que há uma necessidade de troca e de transferência de bens, decorrentes de uma distribuição desigual de produtos e recursos.

Hettner afirma que: “para a Ciência Econômica Geográfica estão no cerne do interesse os fenômenos e produtos econômicos, e ela questiona por sua distribuição geográfica; a Geografia Econômica tem a ver com a vida econômica das regiões (Länder) e localidades”.

Assim, estamos em consonância com a proposição de uma relação próxima entre a região e a Geografia Econômica, tendo em vista seus processos de interação que nos permitem trabalhá-los em conjunto, de modo a garantir uma visão integrada dos fenômenos analisados a partir dessa ciência.

Continuando seu raciocínio, o autor adentra na seguinte questão:

O objeto da Geografia Econômica é o caráter econômico das regiões (Länder) e localidades e da Terra inteira, não apenas a produção, mas sim a vida econômica inteira como um fenômeno da natureza da região (Landesnatur). Com certeza ela não pode e nem lhe é permitido entrar nas especificidades da organização econômica, que pouco tem a ver com a natureza da região (Landesnatur); isso ela deixa aos cuidados da Economia Nacional, que deveria construir esse lado regional de sua ciência mais do que até então. A Geografia Econômica é, segundo sua essência, uma disciplina da Geografia (HETTNER, 2013, p.20).

Nesse sentido, o caráter de investigação geográfica na área econômica e, por conseguinte, no comércio esteve nesse período, intimamente ligada as análises regionais. A ênfase desses estudos era posta na circulação de produtos entre regiões, em diversas escalas.

Com o advento da Revolução Industrial e disseminação do processo de produção em massa, que é uma das características fundamentais do capitalismo emergente na época, criaram-se ambientes voltados para armazenamento e escoação de grandes volumes de produção (FERNANDES, 2000). Assim, segundo o mesmo autor, esses grandes locais de negócio passam a interferir na organização socioeconômica dos espaços urbanos e rurais em que exercem influência e despertam interesse de investigação de diversos ramos do conhecimento científico

Para Carlos (2001), o espaço geográfico é um produto histórico e social das interações entre a sociedade e o meio. Verifica-se assim a influência da técnica nas condições sociais e na (re) produção espacial.

Na história brasileira, o surgimento das cidades interioranas realizou-se em subordinação as cidades litorâneas. Corrêa (2001), nos mostra que a criação desses núcleos urbanos, por diversas vezes, esteve ligada a atividades econômicas desenvolvidas nesses espaços.

As cidades se estruturam, em diversas ocasiões, em torno desses espaços: “[...] a troca comercial torna-se função urbana; essa função fez surgir uma forma (ou formas: arquiteturas e/ou urbanísticas) e, em decorrência, uma nova estrutura do espaço urbano” (LÉFÈBVRE, 2004, p.23).

Também há de se destacar a importância da abertura de caminhos que cortavam o vasto interior das regiões brasileiras. O entroncamento dessas vias marcou a origem de vários núcleos de povoamento. No estado da Paraíba, a cidade de Campina Grande é o mais notório exemplo desse processo:

Campina Grande, no Estado Paraíba, corresponde a um destes inúmeros povoados que nasceram e determinaram a conquista dos Sertões. Caracterizada como ponto de

cruzamento de importantes estradas vindas de distantes e distintas regiões, a cidade tornou-se, portanto, ponto de passagem dos comerciantes de gado e de cereais, dos tropeiros, que por ali passavam com suas tropas de burros, muares, boiadas, vindos dos Sertões dos Estados do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e até do Piauí, com destino aos centros urbanos litorâneos, como o Recife (DINIZ, 2004, p.22).

Assim, Campina Grande torna-se uma importante via de acesso para o Cariri Paraibano<sup>1</sup>, ganhando relevância como ponto de integração e comercialização de produtos e tornando-se referência e principal centro da região.

O fato a ser percebido é que o comércio faz parte da “razão de ser da cidade” (SALGUEIRO; CACHINHO, 2009, p. 9), tendo em vista que sua atividade atrai clientes e mercadorias para as cidades; também pode suscitar vida a determinadas áreas do espaço urbano, ao passo que pode precipitar o declínio de outros. Pensamento semelhante ao de Ortigoza (2010, p. 26), que expõe que a história do comércio se confunde com a história do espaço urbano, destacando ainda que essa ligação faz parte de um longo processo.

Para Salgueiro (2006), as cidades são importantes centros de comércio e serviços, tendo em vista que apenas uma oferta que seja diversificada e especializada poderá suprir as necessidades daqueles que vivem nesses espaços ou dos que o visitam para realizar comprar ou recrearem-se.

A mesma autora nos mostra que os centros urbanos de pequeno porte, vilas e aldeias, limitados por seus fracos contingentes populacionais e conseqüentemente por um restrito número de consumidores em potencial, não fazem mais que garantir a satisfação das necessidades básicas aos seus habitantes. Talvez por isso que os grandes centros foram privilegiados no foco das pesquisas da Geografia do Comércio. Contudo, é importante destacar que em um cenário assim como o exposto por Santos (1997, p. 190), quando o mercado - graças à ciência e a técnica- é um mercado global. Portanto, é fundamental que analisemos também esses pequenos núcleos.

Então, nos espaços do comércio, reside o embrião da vida urbana. São nesses lugares que a sociedade atende as suas necessidades de consumo mais preeminentes, também servindo como espaço de sociabilidade, de interação entre pessoas, de troca e disseminação de informações. Essa multiplicidade de ações efetivadas nesse espaço comprova que assim como exposto por Corrêa quando nos diz: (2000, p.1), a “geografia do comércio situa-se na confluência da geografia econômica, urbana e cultural”.

---

<sup>1</sup> Antiga classificação regional, que abrange as atuais microrregiões do Cariri Oriental e Cariri Ocidental, de acordo com divisão do IBGE.

Em fase posterior da construção do pensamento geográfico, as análises envolvendo a temática das trocas entre regiões entram em declínio. Os estudos da Geografia do Comércio passam a focar a estrutura e processos que envolvem a distribuição. Nessas análises, os padrões espaciais dos estabelecimentos e as áreas de mercado ganham relevância, buscando inspiração na obra de Christaller sobre a teoria dos lugares centrais, voltada para o estudo da espacialidade do varejo e dos assentamentos humanos.

Esses estudos ampliam-se a partir de 1950, buscando, com fundamentação nos padrões espaciais percebidos, formular questões que envolvam a gênese, dinâmica, os agentes sociais e suas práticas, de modo a relacionar quais impactos das citadas questões incidem sobre as formas espaciais na sociedade (Corrêa, 2000).

Esses estudos da “Nova Geografia” ganhavam adeptos, pois atendiam dois anseios antigos dos geógrafos: Reconhecimento como cientistas e relevância e aplicabilidade do saber geográfico. Esses trabalhos traziam consigo uma conexão do discurso científico neopositivista com o cenário político-econômico que o Brasil vivia nesse período, envolvendo as pretensões de cientificidade e de aplicação da ciência geográfica (ABREU, 1994).

Nesse cenário, é inegável a contribuição de Brian Berry, com estudos demonstrando a noção de alcance espacial de um determinado produto, influência dos centros e seu caráter hierárquico. Salgueiro e Cachinho (2009, p. 26), fazem a ressalva que embora a classificação de Berry tenha “revolucionado a percepção sobre a organização espacial das áreas comerciais intra-urbanas”, ela possuía limitações como falta de universalidade e uma transposição, sem alteração alguma, em níveis de escala (local/regional).

Com o surgimento e disseminação do pensamento das correntes estruturalistas e marxistas, há uma ampliação das pesquisas que abordassem os atores, sistemas de distribuição, comércio em áreas marginalizadas e também o acesso variado a equipamentos e comércios por parte dos diferentes grupos sociais. (SALGUEIRO; CACHINHO, 2009).

Ainda segundo Salgueiro e Cachinho (2009), as abordagens partindo do materialismo histórico possuem, em sua base, o objetivo de identificar estruturas, ideologias e uma natureza dialética dos fenômenos sociais que estão implícitos as práticas espaciais. Os mesmos autores ainda afirmam que se busca realçar as contradições na estrutura da sociedade e a forma como essas se encontram na reprodução socioespacial.

Nesse contexto de pesquisa, as atividades comerciais não devem ser percebidas e compreendidas através de uma análise voltada para o padrão próprio dessas atividades, mas sim, evidenciados pelos estudos pautados nos processos socioeconômicos que estão em seu cerne.

Para muitos autores, estas forças emanam do modo de produção dominante, da forma pela qual as mais-valias do capital circulam, se concentram e são utilizadas no espaço, e pelas contradições do capitalismo que necessitam da contínua reestruturação do processo de acumulação (SALGUEIRO; CACHINHO, 2009, p. 28).

Na Geografia brasileira das últimas décadas, tal corrente é impulsionada e cresce substancialmente o número de pesquisas que buscam entender o espaço enquanto um produto social e teorizar sobre as contradições do modo de produção capitalista. Evidenciando uma relação entre a atividade comercial e o processo de reprodução ampliada do capital.

O estudo das formas comerciais, analisando a dinâmica de produção e consumo da cidade nos permite compreender que tais formas são elementos fundamentais ao espaço urbano. Nessa perspectiva, afirma Pintaudi (1999 p.145): “analisar as formas comerciais, que são formas espaciais históricas, permite-nos a verificação das diferenças presentes no conjunto urbano, o entendimento das distinções que se delineiam entre os espaços sociais”.

Dentre os estudos brasileiros voltados para a área da Geografia do Comércio, destacamos alguns: Côrrea, com suas pesquisas sobre a configuração de redes, relacionando as contribuições do comércio para a organização espacial urbana. São de grande valia suas considerações acerca do comércio varejista, incluindo uma associação com fixos (analisando as formas comerciais segundo sua gênese, dinâmica, organização estrutural e padrão espacial) e fluxos (envolvendo os deslocamentos espaciais por parte de consumidores e também os comerciantes envolvidos nos circuitos espaciais dos mercados periódicos).

Corrêa (2001) conclui que o Brasil é um rico laboratório para pesquisas geográficas sobre o comércio e que estudos sobre a temática podem contribuir em significativos avanços para desvendar uma geografia em constante transformação.

Milton Santos (1979), com o clássico “O Espaço Dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos”, tendo em vista seu caráter socioeconômico, também teve influência direta em diversos estudos sobre o comércio no Brasil e merece destaque por observar uma necessidade metodológica de se atentar para as diferenciações regionais e suas implicações na economia urbana para os países considerados subdesenvolvidos, focando nas especificidades referentes à organização da economia, da sociedade, do espaço e, por conseguinte, da urbanização.

Uma contribuição marcante dessa obra foi o entendimento da necessidade de superar a compreensão das cidades dos países subdesenvolvidos como um bloco de comércio indiferenciado. Parte-se então para um entendimento que tais cidades abrigam, do ponto de vista socioeconômico, dois subsistemas responsáveis pelo processo econômico e também de

organização do espaço: O circuito superior e o circuito inferior. O primeiro, tendo origem atrelada a modernização tecnológica e representado por organizações de natureza monopólica, sobretudo multinacionais, dispendo de um alto grau de influência na macroestruturação espacial. Enquanto que o circuito inferior seria constituído por atividades de pequena dimensão, mas dispendo de relações privilegiadas com sua região. Em contraponto, sem capacidade de operar macroestruturações no espaço.

Tratando dos níveis de influência de cada circuito, verificou-se que em cidades menores (caso da nossa área de estudo) a influência do circuito inferior ampliava-se frente ao superior.

Para que haja uma compreensão concreta da economia urbana, tem de se ressaltar a necessidade de uma abordagem integradora entre esses subsistemas, evidenciando suas relações mútuas.

Em contexto atual, a dialética entre os subsistemas urbanos torna-se mais complexa e de difícil mensuração. Vemos um aprofundamento da interdependência dos lugares (proporcionado pela evolução nos sistemas de comunicação e transporte), uma disseminação de tecnologia cada vez mais presente no circuito inferior e uma expansão do crédito e do acesso ao consumo entre as camadas mais pobres da sociedade, dentre outras questões que nos levam a refletir sobre os métodos de aplicação desta teoria na atualidade, sem com isso, questionar sua validade ou deixar de destacar sua importância.

As pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos sobre o Comércio e Consumo (NECC), coordenado por Silvana Pintaudi servem de auxílio para entender a produção do espaço comercial moderno e influência do capital financeiro nesse processo.

Percebemos que a Geografia do Comércio é passível de múltiplas leituras, que não necessariamente são excludentes. Os focos de pesquisa também são variados, trazendo questões envolvendo distribuição dos produtos, disposição de fixos e fluxos, influência do capital financeiro, hábitos socioeconômicos dos consumidores e suas influências na (re) produção espacial. Todas essas decodificações nos dão subsídio para tentar compreender uma parcela da dinâmica pela qual passa o espaço urbano.

## 2.2 FEIRAS LIVRES: COEXISTÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES

A feira livre<sup>2</sup> é um espaço de comercialização antigo e popular, que permanece atuante na economia de diversos municípios brasileiros no período atual, exercendo significativa

---

<sup>2</sup> Entende-se por feira livre aqueles espaços comerciais, como ruas, praças e calçadas, onde se realizam espontaneamente pequenas e numerosas atividades comerciais. Estas atividades envolvem pequenos comerciantes,

importância na vida urbana e regional. Além disso, se constitui como um centro da vida social das cidades, um local de comercialização, de encontro de pessoas, um espaço repleto de simbolismos.

O setor comercial possui grande influência na área econômica das pequenas e grandes cidades brasileiras, movimentando sempre uma parte considerável das atividades produtivas destas. O comércio das feiras é um dos principais elementos centralizadores de uma cidade, ou seja, sua dinâmica e intensidade influenciam no crescimento e desenvolvimento da mesma, contribuindo também no surgimento de novos serviços dentro deste mesmo espaço, tornando-a uma referência para outras localidades circunvizinhas.

Em realidade, tanto a dispersão das atividades econômicas como a integração entre essas, contribuíram para o fortalecimento do papel estratégico que as cidades exercem no nosso modelo societário atual.

Desde a Antiguidade as feiras livres já movimentavam a economia das cidades existentes, porém, é com o renascimento comercial, a partir do século XII que elas ganham relevância em um momento em que as forças produtivas e econômicas ainda possuíam suas bases alicerçadas nos feudos e na agricultura de subsistência. (BRAUDEL, 1998).

As feiras livres possuem uma importância na vida das cidades há vários séculos, desde o surgimento daquelas que remontam ao Renascimento do comércio na transição da Idade Média para a Idade Moderna, em um momento que se dava uma produção regular de excedentes agrícolas destinados aos espaços de troca de produtos. Nesse período do Renascimento, há uma ampliação do mercado consumidor, aumento do intercâmbio comercial e impulso nos fluxos de mercadorias. Número significativo de pessoas afluía às cidades, ampliando o dinamismo e importância destas.

Santos (2013) aponta que nessa época as feiras livres consistiam uma das formas mais representativas do ponto de vista econômico, sendo um período de intensa disseminação dessa forma comercial, por estarem em consonância com o contexto histórico da época.

Em termos referentes ao surgimento dessa forma comercial em território brasileiro, vemos que:

No Brasil, o processo de formação das feiras-livres está ancorado, segundo Bromley (2005), aos fatores exógenos, elas surgem a partir de dinâmicas externas, fora do lugar, a exemplo das feiras de gado de algumas cidades, como a feira-livre de Capuame, atualmente Dias D'Ávila, mais tarde relocada para Feira de Santana e Arco Verde. (SANTOS, 2013, p.768).

---

que comercializam desde produtos alimentícios (verduras, legumes, frutas, carnes, etc.) a vestuário, brinquedos importados, artesanatos locais etc.

Segundo Gilmar Mascarenhas de Jesus (1992, p.96), as tradicionais feiras livres se fizeram presentes ao longo do período colonial no Brasil como uma importante tradição cultural ibérica implantada pelo colonizador português, sendo incorporada ao passo em que se dava a expansão da fronteira econômica. O autor também retrata a importância dessa forma de comercialização no processo de criação e expansão de diversos núcleos urbanos, especialmente no interior da região nordestina. Tais pontos eram locais privilegiados ao encontro das populações (residente ou forasteira), desenvolvendo concentrações e aglomerações populacionais, originando povoações fixas nesses mesmos espaços. Como exemplo desse processo, damos destaque para os centros urbanos regionais que possuem maior dinamismo na atualidade, dentre os quais estão: Campina Grande, Caruaru, Feira de Santana, Sobral, Juazeiro, Patos, Cajazeiras, Caicó entre outros.

Sobre esses núcleos, cabe mencionar Cardoso e Maia (2007, p.524) que destacam feiras localizadas na região Nordeste, as quais, segundo os autores, são responsáveis, desde o período colonial, pelo surgimento de algumas povoações, onde simbolizaram como “pontos de convergência de populações em locais escassamente povoados”. Assim como citado por Cardoso e Maia (2010), as feiras livres contribuíram para a formação de núcleos de povoamento em território brasileiro, tendo função de ponto de convergência em locais que outrora foram escassamente povoados.

No Brasil, é perceptível que tal espaço de comercialização conseguiu maior êxito na região Nordeste, em função - dentre outros aspectos - da formação socioespacial da região, das condições socioeconômicas de sua população, dos meios de comunicação, do tipo de agricultura e da pecuária praticadas na região (DANTAS, 2008, p. 91). O mesmo autor nos mostra outra questão relevante ao contexto: a exploração e a ocupação do Nordeste brasileiro estiveram intrinsecamente relacionadas ao desenvolvimento do capitalismo comercial por parte de Portugal, no adentramento pelo território brasileiro. Vemos assim, a importância das feiras livres como ferramentas utilizadas nesse processo.

Elas ocorrem em níveis diversos, existindo em pequenos povoados, vilas e pequenas sedes municipais e também em centros sub-regionais e regionais, desempenhando uma importante função na dinâmica desses lugares.

Irenêo Joffily menciona a importância desse espaço de comercialização em sua obra, citando o caso da Paraíba, explica que, em fins do século XIX, as feiras surgem nesse território “para que se tornasse mais fácil e cômoda a troca de produtos da vasta região pastoril com os agrícolas” (JOFFILY, 1977, p.224).

Santos (2013) vai além e afirma que as feiras livres brasileiras, sobretudo no Nordeste, tiveram um relevante papel na produção do espaço e que ainda serão “responsáveis pelo aparecimento de diversos núcleos urbanos” (SANTOS, 2013, p.764).

Portanto, ela não é uma instituição de nossa época, trata-se de um elemento antigo, mas que vem sobrevivendo ao longo do tempo. É um espaço dotado de rugosidades, parafraseando Santos (1997), apresentando características socioculturais específicas, tal rugosidade ainda apresenta funcionalidade imprescindível na vida urbana, ao atender necessidades elementares de determinados grupos sociais, tal aspecto é o motivo e justificativa de sua existência.

Outro aspecto de suma importância sobre o desenvolvimento das feiras no Nordeste brasileiro está relacionado à mobilidade espacial de pessoas e mercadorias no interior da região. Os relatos históricos nos mostram que a ampliação dos caminhos e estradas que interligavam a região motivada por uma influência direta de uma expansão da pecuária na área contribuíram para ampliar a circulação intrarregional de produtos que chegavam ao povoados, estimulando o comércio e as feiras livres. Esse processo de deslocamento do gado foi responsável por abrir caminhos e com isso, estimular a ligação entre vários núcleos populacionais, além de estabelecer as condições de ocupação mais efetiva da região e estimular o desenvolvimento da economia nessas áreas.

Roberto Lobato Corrêa (2000) faz a ressalva que dentro dos estudos geográficos, houve negligência a respeito dos mercados periódicos. Ele ainda afirma que na região Nordeste, as feiras constituem a base através da qual os pequenos centros adquirem uma maior centralidade, semanalmente. A sincronização espaço-temporal dos comerciantes constitui uma racionalidade envolvendo fixidez e movimento, em uma relação econômica, social, política e cultural, que permeiam o âmbito da formação espacial na qual estão inseridas (CORRÊA, 2000, p.18).

A feira livre é um espaço de comercialização antigo, com fortes raízes e que permanecem atuantes até hoje na economia de diversos municípios brasileiros, exercendo grande importância na vida urbana de muitas cidades. São as feiras, assim como citado por Dantas (2008, p.92), que alteram a dinâmica da cidade durante sua realização, sendo perceptível pelo deslocamento das pessoas ou mesmo na própria organização da área onde está situada.

São locais importantes para o abastecimento de uma grande diversidade de produtos, elas concentram em sua área um número significativo de pequenos estabelecimentos e uma variação nos produtos comercializados. Mais que isso, como aponta Andrade (1997, p.127), as feiras são um “ponto de encontro entre o meio rural e urbano e coexistem lado a lado dos pequenos e médios estabelecimentos comerciais”. De fato, diversos estudos comprovam que as

feiras livres exercem suma importância no escoamento da produção agrícola regional e também se constituem como um dos principais centros para o abastecimento da população rural.

Mas ao mesmo tempo em que apresenta rugosidades - parafraseando Santos (1997) - a feira livre também apresenta adaptações ao nosso tempo, sendo um elemento fundamental à sua sobrevivência, cada vez mais se assiste a inserção/expansão de formas modernas de investimentos e inovações.

Nesse sentido, Salgueiro (1989) nos mostra fatores que contribuíram para essas alterações, como o desenvolvimento dos transportes, crescimento das cidades, uma maior motorização na produção e até mesmo a elevação dos índices educacionais, que fazem o consumidor exigir uma maior qualidade agregada ao produto e a sua produção. Portanto, o espaço do comércio, tem sua evolução influenciada por transformações da sociedade, tais como mudanças nos estilos de vida, metamorfoses da estrutura urbana e avanços técnicos.

Nesse contexto foi que ocorreu uma verdadeira revolução no sistema comercial, envolvendo a estrutura da atividade e sua natureza; as escalas de operações comerciais; novos formatos de lojas e novos modelos de gestão; aumento da importância do marketing; alteração das relações entre produtores e distribuidores; novos padrões de localização e organização espacial da oferta e novas práticas de consumo; além de uma mudança de atitude face ao setor. (CACHINHO, 2005).

Essas mudanças são concomitantes a um novo período histórico-geográfico, apontado por Santos, caracterizado por grandes avanços técnico-científicos-informacionais. Esse fenômeno conduz a diversas transformações no espaço e nas relações sociais e nos dá novos conteúdos ao espaço geográfico, convergindo para as alterações de mercado. De acordo com Santos:

[...] o mercado, graças exatamente à ciência, à técnica e à informação, torna-se um mercado global. O território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação de insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informações, das ordens e dos homens. (SANTOS; SILVEIRA 2001; p.49).

Com isso, principalmente a partir da última metade do século passado vemos expandir-se o número de novas formas de comércio, fazendo-se cada vez mais presentes no espaço urbano, competindo com formas comerciais mais tradicionais. Dentre essas novas formas de comércio, citamos os shoppings centers e o comércio virtual, também os supermercados e hipermercados que adotaram o autosserviço, descrito por Salgueiro (1989), que consiste em um acesso livre e direto entre o consumidor e a mercadoria, realizando, neste caso, o contato com

o vendedor apenas no caixa de pagamento, localizado próximo à saída do estabelecimento. Essa prática inovou nas relações com os clientes e deixou o antigo serviço, caracterizado pelo balcão de atendimento, enfraquecido.

Tudo isso ocorre envolto a um contexto em que a situação econômico-social, no Brasil, partindo dos anos de 1960, apresenta fortes tendências de concentração, desenvolvimento de monopólios e um intenso fluxo do capital financeiro voltado para a área comercial (SALGUEIRO; CACHINHO, 2009).

Pintaudi (2011) afirma que há mudanças com relação a outros espaços-tempo. No que diz respeito aos aspectos socioespaciais e relações cotidianas, que são produzidas no espaço e que estão relacionados a formas de produção. Essas mudanças podem estar associadas ao imaginário do consumo, idealizando novas necessidades para as diversas classes sociais e também as constantes inovações que se tornam interativas na vida dos consumidores.

Essa situação está relacionada ao interesse dos grandes capitais, como percebemos em Pintaudi (1999, p.155):

A forte tendência de centralização da atividade comercial num único espaço (supermercado, hipermercado, shoppings centers, etc.) reforça os interesses dos grupos empresariais, que avançam intensamente sobre o espaço comercial das cidades, garantindo maior acessibilidade à clientela, ao possibilitar o encontro de uma grande diversidade de produtos no mesmo local, além de outras facilidades na comercialização.

Há uma expansão de formas modernas de mercadejar, mesmo em espaços de comercialização tradicionais. Esse processo reflete mudanças estruturais dentro do padrão capitalista, mas que mantêm uma lógica socioespacial excludente. Surgem, assim: “novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 2006, p.140).

No atual nível de consolidação do sistema capitalista em nível global, vemos cada vez mais transformações nos processos produtivos, de distribuição e de consumo. Nesse contexto, o setor de comércio e serviços exerce suma importância, participando de uma reestruturação produtiva e tecnológica como também de alterações cada vez mais perceptíveis nos hábitos de consumo.

O fato é que essas novas formas de comércio estão cada vez mais próximas e inseridas nas pequenas cidades e seus moradores, seja por sua expansão nesses territórios, ou pela facilidade de fluxos e transporte de pessoas e mercadorias (é notória uma facilitação no deslocamento das pessoas em virtude da disseminação dos transportes coletivos, automóveis,

expansão da malha viária, etc.) que se direcionam aos grandes centros. Também pela ampliação de usuários dos meios virtuais que adentraram pelo interior brasileiro nos últimos anos. Surgem então questionamentos, como as feiras livres dessas pequenas cidades interioranas irão continuar se desenvolvendo diante desta nova realidade.

No caso das feiras livres regionais, embora estas ainda exerçam influências na vida social, sobretudo, de populações interioranas, observam-se transformações nestes tradicionais espaços comerciais, a partir da presença de novas formas comerciais, como os supermercados e/ou mercadinhos entre outras novas modalidades comerciais. Mesmo assim, as feiras livres mantêm uma dinâmica socioespacial marcante nas economias locais de diversas localidades urbanas, bem como uma coexistência no perfil de consumo das populações de diferentes níveis socioeconômicos.

Nas feiras livres se é praticada a venda itinerante, Salgueiro (1996) descreve essa ação como um método em que o vendedor se desloca espacialmente em intervalos de tempo regulares (ciclos semanais, quinzenais, etc.). A mesma autora afirma que tal prática, originalmente, era característica de áreas rurais que possuísem um povoamento pouco concentrado ou baixo nível de poder aquisitivo, onde o comércio fixo tinha dificuldade em subsistir. Mas o fato é que mesmo na atualidade, as vendas itinerantes, assim como as feiras livres, exercem significativa importância em numerosos núcleos urbanos.

Com referência a municípios interioranos do Nordeste brasileiro as feiras são caracterizadas, por Corrêa (2000, p.50), pelos seus intensos mercados periódicos, que são definidos pelo autor como “aqueles núcleos de povoamento, pequenos, via de regra, que periodicamente se transformaram em localidades centrais: uma ou duas vezes por semana, de cinco e cinco dias, durante o período de safra, ou de acordo com outra periodicidade”. Afirma ainda que, “fora dos períodos de intenso movimento comercial esses núcleos voltam a ser pacatos núcleos rurais, com a maior parte da população engajada em atividades primárias”. Desta forma, sendo as feiras importantes pontos de comercialização da economia regional, a sua influência na origem e na vida das cidades interioranas tem um caráter histórico e social determinante.

Tratando sob o fluxo dos consumidores, Corrêa (2000) que no mundo atual, há um novo significado na relevância do fator distância, seja esta medida em quilômetros, tempo ou valores de custo. O autor ainda aponta que há uma variação desse significado entre diversas estratificações da sociedade.

Percebemos assim que as formas do comércio contêm e refletem o movimento de transformação da sociedade, sendo notório que o desenvolvimento histórico do comércio

caminhou de forma conjunta com o da sociedade. De tal modo que cada forma comercial foi sendo criada (ou adaptada) conforme as necessidades e novas imposições socioeconômicas e culturais surgiam.

Diante dessa situação, concordamos com Salgueiro (1989), que afirma que: “As grandes superfícies nunca poderão anular completamente o pequeno comércio”, tendo em vista que ao nosso entendimento, este não envolve apenas elementos econômicos, mas também culturais. Santos (1979), tratando do Circuito Inferior, afirma que as modernizações podem ser obstáculos para determinadas atividades econômicas desse circuito, tendo em vista surgir uma concorrência desigual do preço dos produtos, mas faz a ressalva que não necessariamente essa concorrência determine o desaparecimento da atividade não-moderna, relacionada com especificidades de suas interações socioeconômicas.

Identificamos o comércio não apenas a partir de uma perspectiva econômica, mas também, visto como uma atividade sociável e integradora que respondeu, em diferentes períodos da história, os anseios e as necessidades mais imediatas das sociedades.

Entendemos a feira livre como um lugar de manifestações culturais, ocasiões em que se percebe um rico fluxo de identidades e valores. Nela podemos evidenciar uma sociabilidade entre seus frequentadores. Com isso buscamos ressaltar que a feira não é apenas um espaço econômico, mas também um local de produção cultural. Não é apenas um espaço de dinamização de consumo, é também um espaço de socialização dos indivíduos.

Características culturais estão presentes nas feiras livres desde os primórdios, nas quais as relações comerciais se davam através dos excedentes, também serviam como uma forma de integração e aproximação de culturas e costumes entre diferentes povos e comunidades.

Também há o fato desse espaço ser caracterizado por uma intensa relação social entre seus participantes, com manifestações culturais e hábitos que identificam seu povo e onde as sociabilidades são construídas com base na espontaneidade. Isso faz com que um estudo de natureza geográfica não possa estar relacionado apenas à área econômica, mas também buscar uma integração que revele essas inter-relações.

A feira livre mostra-se assim, um espaço repleto de funcionalidades, tanto em aspectos econômico-produtivos, como em aspectos socioculturais. Oferecendo aos pesquisadores uma rica possibilidade de análise e compreensão do espaço local e regional.

Entender a atual relação entre as modernizações, que vem ocorrendo no nosso espaço-tempo, e a sua maneira de interagir com as tradições presentes nas feiras livres, buscando perceber suas transformações e coexistências, é um caminho indicado a ser percorrido pela Geografia.

## 2.3 COMÉRCIO E CONSUMO

Analisando o comércio enquanto parte do processo de (re) produção espacial e das condições de reprodução das relações de produção, entendemos que tal atividade constitui-se como um dos principais elementos de transformação e criação de novos conteúdos econômicos, políticos, sociais e culturais na vida urbana.

Assim como exposto por Barros (1987), as pequenas formas de atividade econômica, incluindo o comércio, apresentam um significado universal. E sobre essa temática, desenvolveu-se um intenso debate sobre suas permanências e transformações em um contexto de progresso técnico do capitalismo.

Salgueiro (1996) caracteriza o comércio como uma fase intermediária entre a produção de bens ou serviços e a efetivação de seu consumo e utilização, exercendo a função de disponibilizar mercadorias até os consumidores.

Sua importância econômica e social é evidente, sendo um mecanismo indispensável ao funcionamento do mercado, atendendo ao mesmo tempo os interesses de consumidores e produtores. Salgueiro (1996, p. 34), evidencia que sua função primordial sempre foi a de facilitar a aquisição dos bens no mercado, mas ressalta que atualmente sua função expande-se e o comércio passa a ir ao encontro das necessidades e desejos dos consumidores, satisfazendo algumas necessidades, criando outras e incentivando diretamente o investimento na produção e inovação de produtos.

A importância da atividade comercial é notória, possuindo um contributo relevante para a economia de um país, de uma região, de uma cidade ou de um pequeno vilarejo. Logicamente, atuando de forma distinta e com níveis diferenciados em cada escala, por múltiplos fatores.

É através das formas do comércio que se concebe a união entre as etapas do processo produtivo e os consumidores, sendo perceptível a circulação, troca e consumo de bens e demais serviços referentes a essa dinâmica socioespacial. Para Silva (2011), tais formas de comércio se apresentam como complexidades espaciais “pois são produtos históricos, desenvolvidos ao longo da existência humana em sua busca constante de meios e respostas rápidas e eficazes para satisfação de suas necessidades de vida” (op cit, p. 161).

A atividade comercial, mesmo diferenciando-se regionalmente através do escoamento de produções locais, sempre foi “veículo de contato e de informação sobre o mundo exterior, ao trazer aos mais recônditos cantos do planeta as novidades da produção industrial” (SALGUEIRO, 1996. p. 17).

O comércio também é um importante instrumento urbanístico pelo seu contributo para a paisagem urbana, não apenas pelas funções de abastecimento que ofertam para a localidade na qual estão inseridos, mas também por relaciona-se com os cidadãos, numa perspectiva social, por exemplo: servindo como ponto de referência em uma indicação de nossa residência, favorecendo a convivência e interação entre vizinhos, criando laços de sociabilidade no bairro ou ampliando os fluxos locais e dando vida à cidade. (SALGUEIRO, 1996).

Tal situação explica o número cada vez maior de geógrafos que ao pesquisar o comércio e o consumo, focam na articulação de conceitos que colaborem para compreensão dos espaços de reprodução da vida que são os lugares da materialização da realidade social. (SILVA, 2011). Nessa perspectiva, as formas de comércio e consumo se apresentam como estruturas que podem nos auxiliar na compreensão da (re) produção do espaço geográfico.

Há uma subdivisão que está relacionada às etapas de distribuição do produto: O comércio atacadista, que estabelece a ponte entre os produtores e os varejistas, reunindo produções dispersas e executando as vendas em grandes quantidades.

Já o comércio varejista é aquele que oferece o produto, de forma direta, assumindo uma interface com o consumidor final e que geralmente se dá em volume reduzido de produtos. O conceito de varejo pode ser definido, segundo Kotler (2000, p. 540) como:

Todas as atividades envolvidas na venda de bens e serviços diretamente aos consumidores finais para uso pessoal. Um varejo ou loja de varejo é qualquer empresa cujo volume de vendas decorre, principalmente, do fornecimento por unidade ou pequenos lotes. O local onde os produtos ou serviços são vendidos (lojas, rua ou residência do consumidor) não é importante. Da mesma forma, todas as maneiras pela qual estes bens ou serviços são vendidos estão incluídas no conceito de varejo, seja através de venda pessoal, correio, telefone ou máquina automática.

As características tradicionalmente atribuídas ao comércio atacadista e varejista distinguiam-se não apenas pela função exercida ou pelo campo de atuação, mas também pela dimensão. Nesse sentido, se associa o pequeno comércio ao retalho (varejo) e ao comércio atacadista se associava maior dimensão e maiores quantidades de capital.

É importante que entendamos que tal divisão não é dicotômica nos dias atuais, pois já existem empreendimentos que acumulam e integram as funções varejistas e atacadistas. Também há casos em que os estabelecimentos retalhistas com maior dimensão e capacidade efetuam as suas compras diretamente aos fabricantes e produtores, de tal forma a ignorar a figura do atacadista.

### 2.3.1 Comércio Tradicional e Setor Informal

Muito tem se escrito sobre uma classificação que diferencia o comércio entre o “Tradicional” e o “Moderno”, tal divisão popularizou-se a partir do desabrochar da revolução comercial, com a difusão de novos formatos de estabelecimentos comerciais, técnicas de venda e estratégias de gestão. A conceituação do comércio tradicional dispõe de contornos imprecisos, e seu uso tem sido feito sem que se tenha efetuado uma apurada investigação histórica sobre o termo, mas que começou a ganhar consistência na segunda metade do século XX .

Tal conceituação se associa a pequena dimensão das empresas de caráter familiar; pequena quantidade de mercadorias; relação próxima entre comerciante e consumidor, entre outros fatores.

Em contraponto, segundo Fernandes (2000) *et all*, os estabelecimentos providos de novos formatos, novas técnicas de venda e gestão que surgiram com a revolução comercial e alteraram a dinâmica comercial existente até então, ganharam a nomenclatura de “modernos”. O mesmo autor propôs alguns atributos que poderíamos utilizar nessa classificação, que estão agrupados no quadro a seguir:

Figura 01 – Quadro das características do comércio tradicional e moderno

**Atributos do comércio retalhista**

<b>Dimensões da análise</b>	<b>Tradicional</b>	<b>Moderno</b>
Formatos das lojas	Pequenas lojas generalistas Pequenas lojas especializadas Mercados Feiras Grandes armazéns Galerias comerciais	Grandes superfícies de dominante alimentar; supermercados, hipermercados, lojas de desconto Grandes superfícies especializadas Centros comerciais Megastores Lojas de conveniência
Formas de venda	Venda ao balcão Relação estreita entre comerciante e consumidor Venda ambulante	Livre serviço Venda automática Venda a distância Lojas virtuais
Tipo de comerciantes	Pequenos retalhistas Comerciantes independentes Pequenas empresas(mono-estabelecimento)	Grandes cadeias de distribuição Sistema de franchising Redes sucursalistas Sociedades por quotas e anónimas
Estratégias de gestão das empresas	Predomínio de gestão familiar Estratégias de gestão passivas e reactivas Ausência de estratégias de crescimento bem definidas	Gestão estratégica (capitalista) Estratégias reactivas e proactivas Procura de economias de escala Redução dos custos Diversificação dos formatos Diferenciação da oferta Conquista de novos mercados
Localização; lugares e princípios	Centro da cidade Artérias principais da cidade Bairros residências Proximidade (vizinhança) Centralidade Conveniência (proximidade)	Periferia Centro da cidade Grandes artérias urbanas Acessibilidade Facilidade de estacionamento Conveniência (horários flexíveis)
Significado das lojas	Espaços de trocas Lugares de compras/abastecimento Espaços mono-funcionais	Espaços <mercadoria> Lugares de experiência de consumo Espaços de <síntese>

Fonte: Fernandes, *et all*, 2000.

Evidentemente, não podemos obedecer rigidamente essas diferenciações na medida em que nos deparamos com as formas comerciais presentes nas nossas cidades. O próprio Fernandes afirma que no quadro, se vê uma oposição estilística entre o moderno e tradicional, como se fossem antônimos, mas que na verdade, quando se analisa a realidade, tal oposição

nem sempre é nítida. Isso acontece devido a alta complexidade real, que talvez possam nos levar a encontrar casos de autêntica reversibilidade.

Diante desses aspectos, uma parcela significativa dos comércios tradicionais – incluindo nosso objeto de estudo - estaria inserido no que se denominou de setor informal. Sobre tal tema foram desenvolvidos numerosos estudos sobre a economia urbana do Nordeste brasileiro, patrocinados pela Superintendência o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e pela Fundação Joaquim Nabuco (BARROS, 1987). Tal setor, com alta capacidade de absorção de trabalho, se apresentaria como uma alternativa para mitigar as dificuldades de sobrevivência de uma parcela considerável da sociedade.

No início dos anos 1970, a Organização Internacional do Trabalho – OIT, publicou os estudos pioneiros sobre o denominado setor informal da economia urbana, descrito como um fenômeno típico de países subdesenvolvidos, nos quais o avanço das relações mercantis modernas não havia sido capaz de incorporar significativa parcela da população trabalhadora no padrão de emprego capitalista, suscitando o aparecimento de outras estratégias de sobrevivência (OIT, 1972).

A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), teve influência no norteamento desses estudos, a partir da constatação de que o crescimento econômico da época não vinha sendo suficiente, nos países subdesenvolvidos, para melhorar as condições sociais das camadas populacionais que continuavam vivendo em condições de pobreza absoluta e marginalidade social.

O Setor Informal, nessa conjuntura, era visto como uma porta de entrada ao mercado de trabalho urbano. Podendo ter sido, um recurso de acesso à atividade econômica urbana para a população que migrava dos campos, num contexto de êxodo rural.

Esses estudos, assim como a política de emprego com base no setor informal, se disseminaram na década de 1970, quando houve declínio na estratégia político-econômica que se baseava no amplo endividamento externo e interno para financiamento das inversões privadas e expansão estatal.

A partir da década de 1990, a discussão em torno desta temática ganhou novos contornos, contando com um contexto de profundas mudanças econômicas e no mercado de trabalho. Vale ressaltar que atualmente, apesar da recuperação do emprego com vínculo formalizado na última década, ainda permanece uma enorme heterogeneidade no mercado de trabalho e o denominado setor informal permanece exercendo função vital na rede urbana brasileira.

Acreditamos que com o crescimento urbano que se consolidou no Brasil ao longo do século XX, as feiras livres, além da função essencial de centro de compras e abastecimento que exercem para a população local, contribuíram também na geração de trabalho e renda para pessoas que não se inseriram no setor formal da economia e que identificaram no comércio popular uma alternativa para sobrevivência.

Verificar as atuais conjunturas que se inserem o comércio tradicional e informal das feiras livres, além de sua importância regional para populações urbanas e rurais torna-se pertinente à nossa pesquisa, focando em uma análise com características socioeconômicas e populacionais.

### 3 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA E HISTÓRICA DE BOQUEIRÃO-PB

As pequenas cidades são numerosas em todo o território brasileiro e geram, assim como apontado por Corrêa (1999), uma expressiva densidade de centros que geralmente se situam a uma pequena distância média entre si, ainda que essa distribuição possa variar de acordo com a densidade demográfica da região em que estão localizados.

Dentre os fatores que os teóricos justificam a elevada ocorrência destes pequenos centros está a de uma necessária economia de mercado, de modo a garantir trocas e comercialização de produtos, que mesmo nos casos em que são realizadas de forma incipiente, estejam fundamentadas em uma divisão territorial do trabalho (CORRÊA, 1999).

Outro elemento fundamental para a existência desses pequenos centros, na visão de Corrêa (1999, p. 45), emana de “densidades demográficas associadas a uma estrutura agrária calcada no pequeno estabelecimento rural ou em ‘plantations’ caracterizadas pelo trabalho intensivo”. Nesse cenário surge uma grande demanda de bens e serviços por parte dessa sociedade eminentemente rural e que em grande parcela, estão caracterizados por limitados alcances espaciais que se tornam responsáveis por uma ampliação no número de centros de mercado no espaço.

Milton Santos (1982) aponta a importância das cidades locais ao responder as necessidades vitais mínimas de toda uma população que estão vinculadas a esses espaços e que mesmo dispondo de uma menor complexidade, esses pequenos centros estão implicados em uma vida de relações.

Endlich (2006), ao tratar dos pequenos centros urbanos defende que estes não são iguais entre si, e que em alguns casos existem relações hierárquicas entre eles. Concordamos com o autor ao perceber que municípios que dispõem de um núcleo urbano com uma maior diversidade de atividades comerciais e ofertas de serviços públicos e privados funcionam como polos microrregionais.

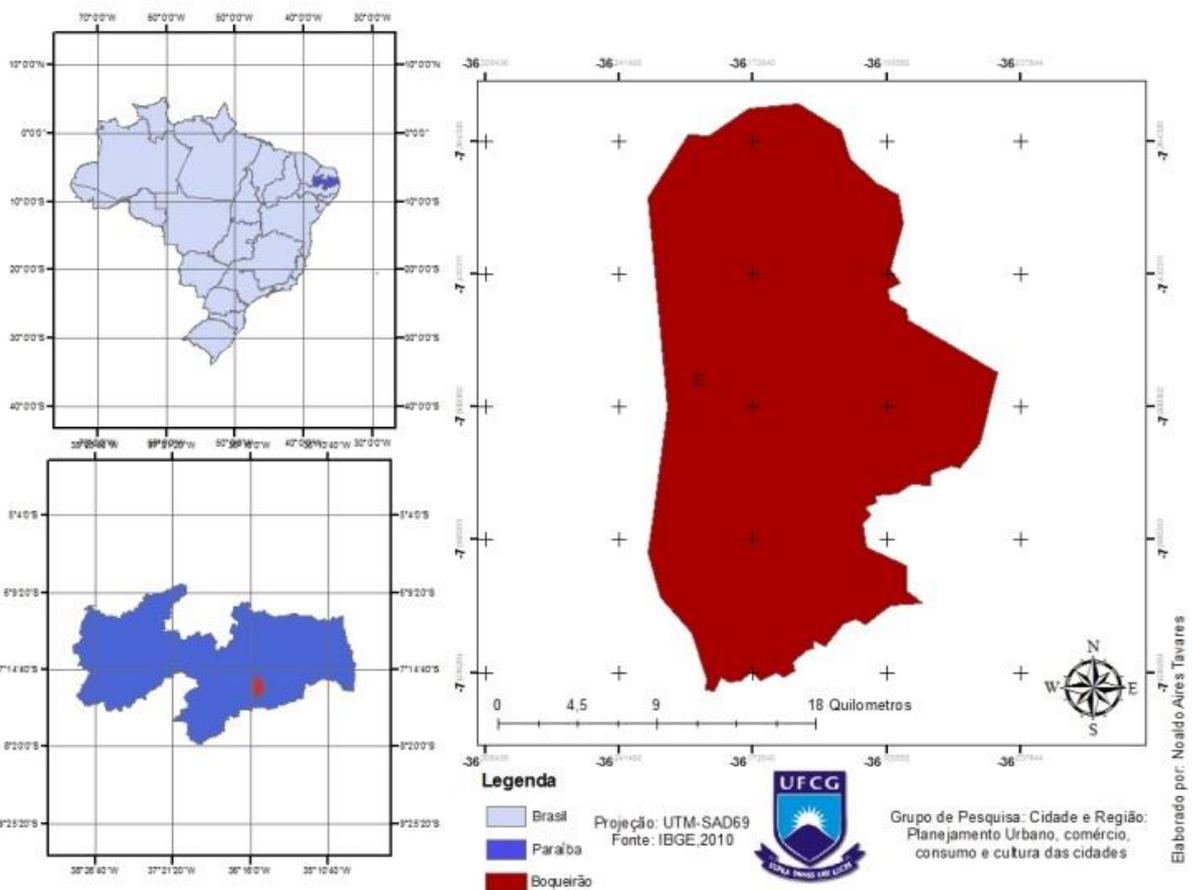
Como poderemos perceber ao longo do capítulo, o processo de ocupação e desenvolvimento econômico de Boqueirão apresenta características próximas a esses apontamentos, que o fazem um pequeno, mas importante núcleo urbano na região do Cariri Oriental paraibano.

Nessas pequenas localidades, que geralmente são calmas e quietas, a feira livre exerce um significativo papel na vida econômica e social do município e assim como afirma Souza (1946, p. 390) vivem “horas de intensa agitação, movimento e balbúdia nos dias de feira”.

### 3.1 LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E PROCESSO DE OCUPAÇÃO

O município de Boqueirão, situado à latitude 7,48 S e longitude 36,11W - está localizado no Nordeste do Brasil, e se inserindo na região do semiárido, sendo um dos 223 municípios do estado da Paraíba (Figura 02). Localiza-se mais especificamente na Mesorregião da Borborema e na Microrregião do Cariri Oriental. É de 45 km a sua distância para a cidade de Campina Grande, e 169 km para capital do estado, João Pessoa. Sua altitude média é de 380m, possuindo uma área territorial de 371,984 Km<sup>2</sup> e população estimada em 17.757 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016).

Figura 02- Mapa de localização do município de Boqueirão

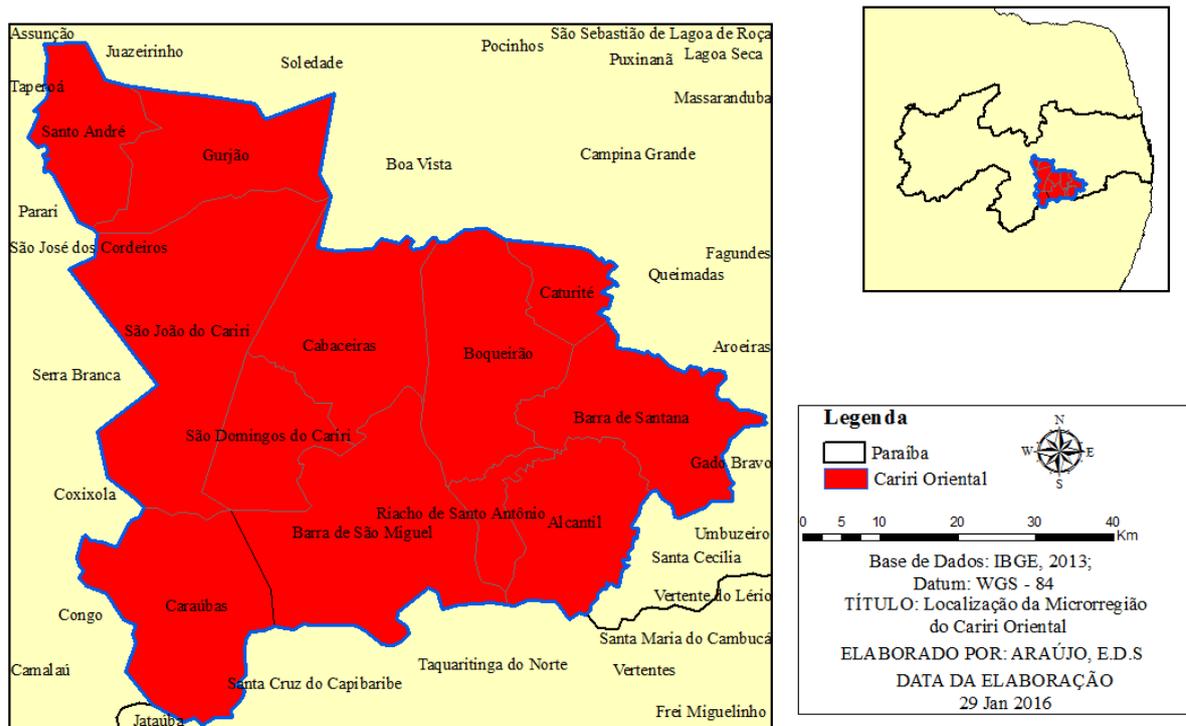


Fonte: Tavares, 2013.

Apresentando a divisão territorial-administrativa da microrregião do Cariri Oriental (Figura 03), vemos que além de Boqueirão, ela agrupa os municípios de Alcantil; Barra de Santana; Barra de São Miguel; Cabaceiras; Caraúbas; Caturité; Gurjão; Riacho de Santo

Antônio; Santo André; São Domingos do Cariri e São João do Cariri, totalizando uma área de 4.158,8 km<sup>2</sup>, representando 7,3% da área territorial do Estado (SEBRAE, 2001). Conta com uma precipitação média de 267 mm em anos normais, o que representa uma das áreas de menor precipitação no Nordeste Brasileiro. (AESAs, 2016).

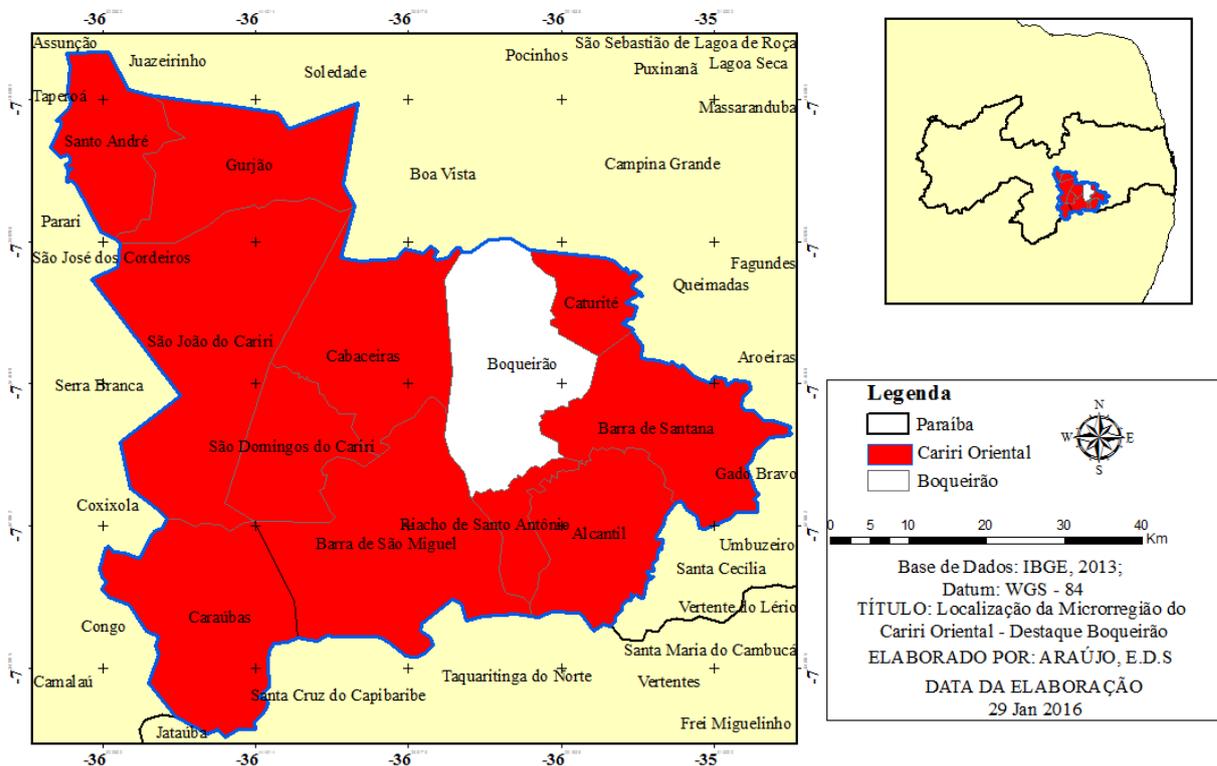
Figura 03 – Mapa de localização da Microrregião do Cariri Oriental



Fonte: Araújo, 2016.

A feira livre da cidade de Boqueirão, embora possua quase um século de existência, mantém, na atualidade, uma importante função na distribuição de produtos e de desenvolvimento comercial local e regional, especialmente entre os municípios que compõem a Microrregião do Cariri Oriental no estado da Paraíba, uma vez que esse espaço ainda concentra e atualiza parte significativa da vida econômica e cultural dos habitantes locais e municípios circunvizinhos (TAVARES, 2014). Diante desse cenário, achamos importante destacar a seguir (Figura 04) a localização do município de Boqueirão frente à microrregião tendo em vista que a função econômica e comercial não é o único ponto de destaque que este município exerce sobre os demais da microrregião. Boqueirão também é o mais populoso dentre os doze municípios que estão inseridos no Cariri Oriental.

Figura 04 – Mapa de localização do Município de Boqueirão dentro da Microrregião do Cariri Oriental



Fonte: Araújo, 2016.

Quando observamos o desenvolvimento histórico das feiras livres no Nordeste Brasileiro percebemos que estas se disseminaram não apenas nos espaços urbanos, mas também em áreas rurais. (MOTT,2000). No caso de Boqueirão a feira livre já existia desde a época em que essa localidade ainda se denominava Vila de Carnoió, área rural do município de Cabaceiras.

Assim como diversos municípios do interior nordestino, a ocupação de Boqueirão possui íntima relação com as atividades pecuárias e comerciais, que se desenvolveram através da instalação de currais e feiras de gado. Deste modo a povoação do município acontece em faixas próximas ao curso do Rio Paraíba, que serviu como um caminho natural para o desbravamento dos sertões nesse Estado. Observe-se que as sesmarias concedidas no semiárido do Nordeste possuíam as testadas principais (frente do terreno) às margens dos rios utilizados na penetração das boiadas. Almeida (2012) relata que as primeiras fazendas mediam três léguas

de cumprimento por uma légua de largura, padrão das sesmarias. Tal processo de ocupação ocorreu por volta da segunda metade do século XVII. (IBGE, 2016).

Outro fator intrínseco a esse processo foram as bandeiras, objetivando efetivar a posse da terra, e muitas vezes o aprisionamento/extermínio da população indígena da região. Nesse movimento de adentrar no território paraibano, destaca-se a família Oliveira Ledo, que foi a responsável pelas expedições que culminaram no povoamento da antiga Vila de Carnoió<sup>3</sup>. Nesse contexto, Joffily (1977) afirma que entre essas bandeiras, o capitão Theodosio de Oliveira Ledo, acompanhando o percurso do Rio Paraíba, chega até o boqueirão da Serra de Carnoió, onde firmou acampamento. O historiador ressalta ainda que para alcançar esse ponto, os bandeirantes tiveram a necessidade de repelir por muitas vezes os Índios Cariris, que eram os habitantes autóctones da área. Daí a nomenclatura da microrregião, atualmente chamada de Cariri Oriental, que também já foi conhecida por “Cariris Velhos”. A antiga área dos Cariris Velhos (hoje dividida em Cariri Oriental e Cariri Ocidental) foi descrita por Almeida (2012, p. 68) como a zona mais seca do estado, também sendo caracterizada por Melo (2012, p. 178), na década de 1950, como a “Zona mais extensa e menos povoada” da Paraíba.

Esse processo consistiu na primeira inserção do semiárido paraibano em um movimento de economia capitalista, exercendo uma função provedora de animais que visava atender as necessidades de consumo e produção advindas do litoral do estado. Tal processo ocorreu em razão da necessidade de separação das atividades de criatório e açucareira. (FARIAS, 2003, p. 29).

As terras descobertas e exploradas durante as bandeiras, eram dadas em sesmarias pelos capitães-mores governadores, em recompensa aos bandeirantes, pelos serviços de conquistas (JOFFILY, 1977, p. 116).

Nesse processo aparecem os primeiros núcleos de povoamento e com elas as feiras livres que foram um elemento fundamental no desenvolvimento do comércio interno nos sertões e brejos da Paraíba.

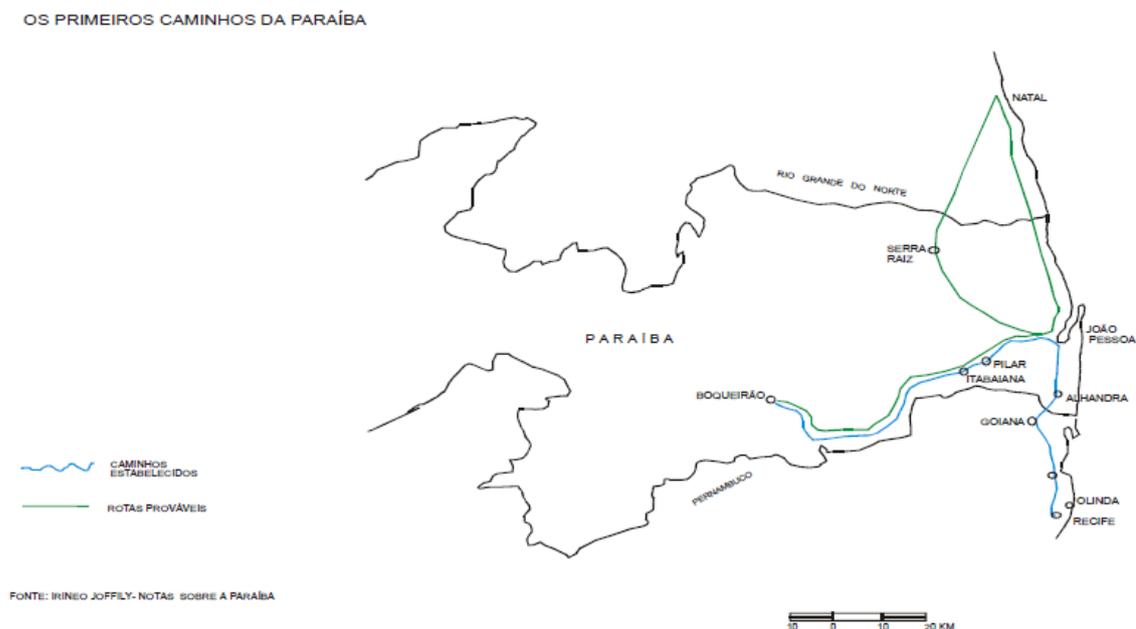
Assim como exposto por Andrade (1959, p. 61), desde o fim do século XVII a velha fazenda do Boqueirão do Carnoió já funcionara como trampolim das bandeiras de gado dos Oliveira Ledo em busca das pastagens do Assú. O mesmo autor ainda relata que dentre Boqueirão estava na rota dos primeiros caminhos, por onde a Paraíba recebeu elementos colonizadores, datando do ano de 1670, partindo diretamente de Pernambuco, ainda ressaltando

---

<sup>3</sup> Carnoió foi a primeira denominação do município, que posteriormente veio a denominar-se de Boqueirão, pela lei estadual nº 2311 de 27-06-1961. O termo Carnoió adveio de uma das tribos dos Cariris, que possuíam a mesma nomenclatura e habitavam os atuais municípios de Cabaceiras e Boqueirão.

que grande parte deste caminho foi aproveitada na construção da estrada que hoje liga essa parte do território paraibano à cidade do Recife. Boqueirão possui outra característica singular relatada pela história, se caracterizando como a aldeia mais antiga dos Cariris, e em seus primórdios, vivia quase que isolada da Paraíba, comunicando-se de forma mais direta com o estado de Pernambuco (Joffily, 1977, p. 40).

Figura 05 - Mapa dos primeiros caminhos da Paraíba



Fonte: Notas sobre a Paraíba. Irineu Joffily (1977)

Dai nasce o primeiro caminho de gado paraibano com direção para Pernambuco, transpondo o divisor do Rio Paraíba. (ANDRADE, 1959, p.60). Assim como já discutimos no capítulo anterior, os transportes constituem fator fundamental para o desenvolvimento e intensificação do comércio. Nesse sentido, com o decorrer dos anos ampliam-se o número de estradas, rodovias e ligações entre as comunidades circunvizinhas e os centros do comércio regional - que eram as feiras livres - contribuindo na disseminação dos bens de consumo e circulação de matérias primas

A História nos mostra que o município nasceu e se desenvolveu as margens da bacia hidrográfica do Paraíba. O Rio Paraíba - principal da bacia - também é o mais extenso do estado, com sua nascente localizada na Serra do Jabitacá - município de Monteiro (Planalto da Borborema), e se estendendo no sentido Sudoeste-Nordeste até sua foz localizada no município de Cabedelo, desaguando no Oceano Atlântico (AESAs, 2009). A bacia do Paraíba do Norte,

como também é conhecida, se estende por um total de 20.071,83, Km<sup>2</sup>, contidos inteiramente no Estado da Paraíba.

O principal aproveitamento das águas dessa bacia, que além do Rio Paraíba conta também com a sub-bacia do Rio Taperoá, é para irrigação e abastecimento urbano. Tendo como principal reservatório hídrico o açude Epitácio Pessoa (Boqueirão).

Uma significativa obra que alterou profundamente a dinâmica espacial da região refere-se à construção do açude Epitácio Pessoa (principal fonte de água potável do cariri paraibano), administrado pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) e construído entre os anos de 1951 a 1956.

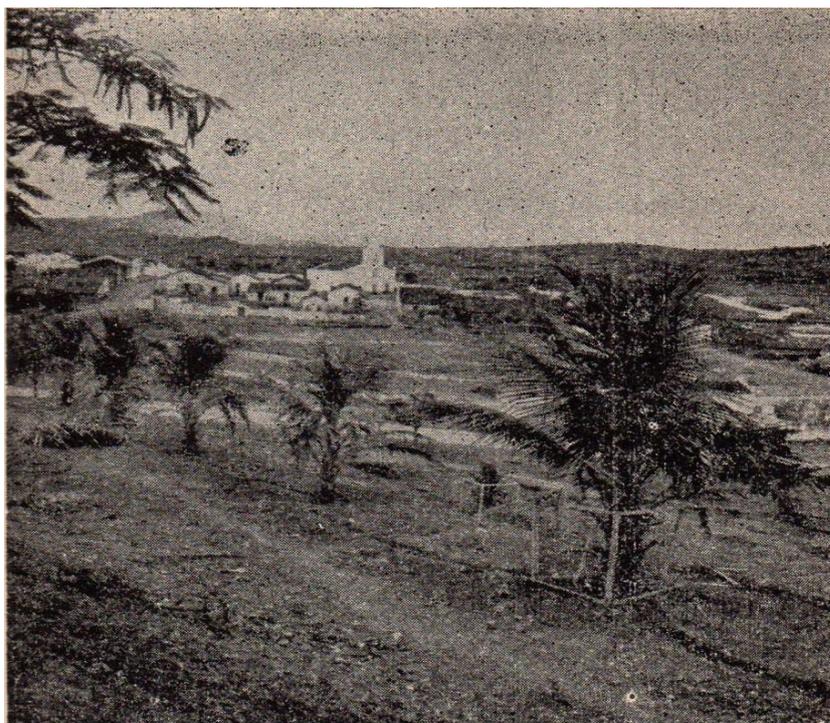
A partir do processo de construção desse reservatório, a antiga vila denominada Boqueirão de Cabaceiras, ganha notoriedade em nível local e na escala microrregional (OLIVEIRA, 2007). Fica perceptível, nessa conjuntura, um forte crescimento populacional, concomitante ao crescimento econômico. Tendo havido uma convergência de operários e técnicos que trabalharam na construção da barragem e posteriormente permaneceram no território. Assim, o setor de serviços cresce substancialmente, em especial o comércio varejista, para suprir a demanda jamais vista antes naquela localidade e que surge a partir de tal crescimento populacional. Coube à feira livre local atender as necessidades básicas de consumo da população municipal, mesmo antes da emancipação municipal de Boqueirão, que a está altura era um distrito de Cabaceiras – PB.

Diante desse contexto, com a evolução da Vila, a população começou a reivindicar frente aos órgãos competentes a sua emancipação política, que se concretizou em 30 de Abril de 1959, através da Lei nº 2078, passando a denominar-se Boqueirão. Após esse processo emancipatório, Boqueirão chegou a ser o segundo maior município do Estado da Paraíba, em extensão territorial. Posto que perdeu posteriormente, com a emancipação de quatro dos seus distritos (Caturité, Barra de Santana, Riacho de Santo Antônio e Alcantil), no ano de 1996.

Entendemos que esse processo vai de acordo com o pensamento de Carlos (2001), que nos mostra o espaço geográfico enquanto produto histórico e social, fruto das relações estabelecidas entre a sociedade e o meio circundante.

Antes mesmo da emancipação política de Boqueirão, já existiam atividades comerciais que visavam atender as necessidades básicas de seus moradores. Tais pontos comerciais localizavam-se em uma rua próxima à margem do Rio Paraíba e em outras ruas menores, próximas a Igreja Católica da Vila de Carnoió (Oliveira, 2007). A imagem a seguir retrata esse vilarejo, que ainda pertencia ao município de Cabaceiras, em 1958, época em que já começava sua expansão devido à construção do açude Epitácio Pessoa.

Figura 06 - Vila de Carnoió, situada imediatamente à jusante do boqueirão, na margem do Rio Paraíba



Fonte: Andrade, M. C., 1958.

Embora não haja uma precisão quanto à data, a imagem abaixo retrata um movimento político (comício) dentro da feira livre de Boqueirão, ainda na época em que está se localizava na Rua Oliveira Ledo. A mudança para o atual local se deu a partir da construção do Mercado Público Municipal.

Figura 07 - Feira livre de Boqueirão na década de 1950 – Rua Oliveira Ledo



Fonte: Acervo pessoal de Cléa Cordeiro Rodrigues.

Até hoje existe no município uma significativa produção de redes e tapetes, que dominou durante algumas décadas a economia local (SOUSA; BRITO; ANDRADE, 2013). Com a praga do bicudo, na década de 1980, houve uma redução significativa dessa produção, assim como das atividades cotonicultoras existentes no município.

Após a década de 1970, a produção de culturas irrigadas às margens do açude ganha importância no cenário econômico da região. Boqueirão chegou a possuir cinco agências bancárias, sendo estas: Banco do Brasil, Caixa Econômica, PARAIBAN, Bradesco e Banco do Nordeste do Brasil. (OLIVEIRA, 2007).

Posteriormente, crises hídricas e o risco de desabastecimento de algumas cidades fizeram com que a irrigação com água do açude fosse proibida em alguns períodos. Com isso, também houve a redução da atividade econômica municipal.

Atualmente, Boqueirão possui um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de 7.291,97 reais e um Índice de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM) de 0,607, considerado médio, de acordo com os padrões de classificação.

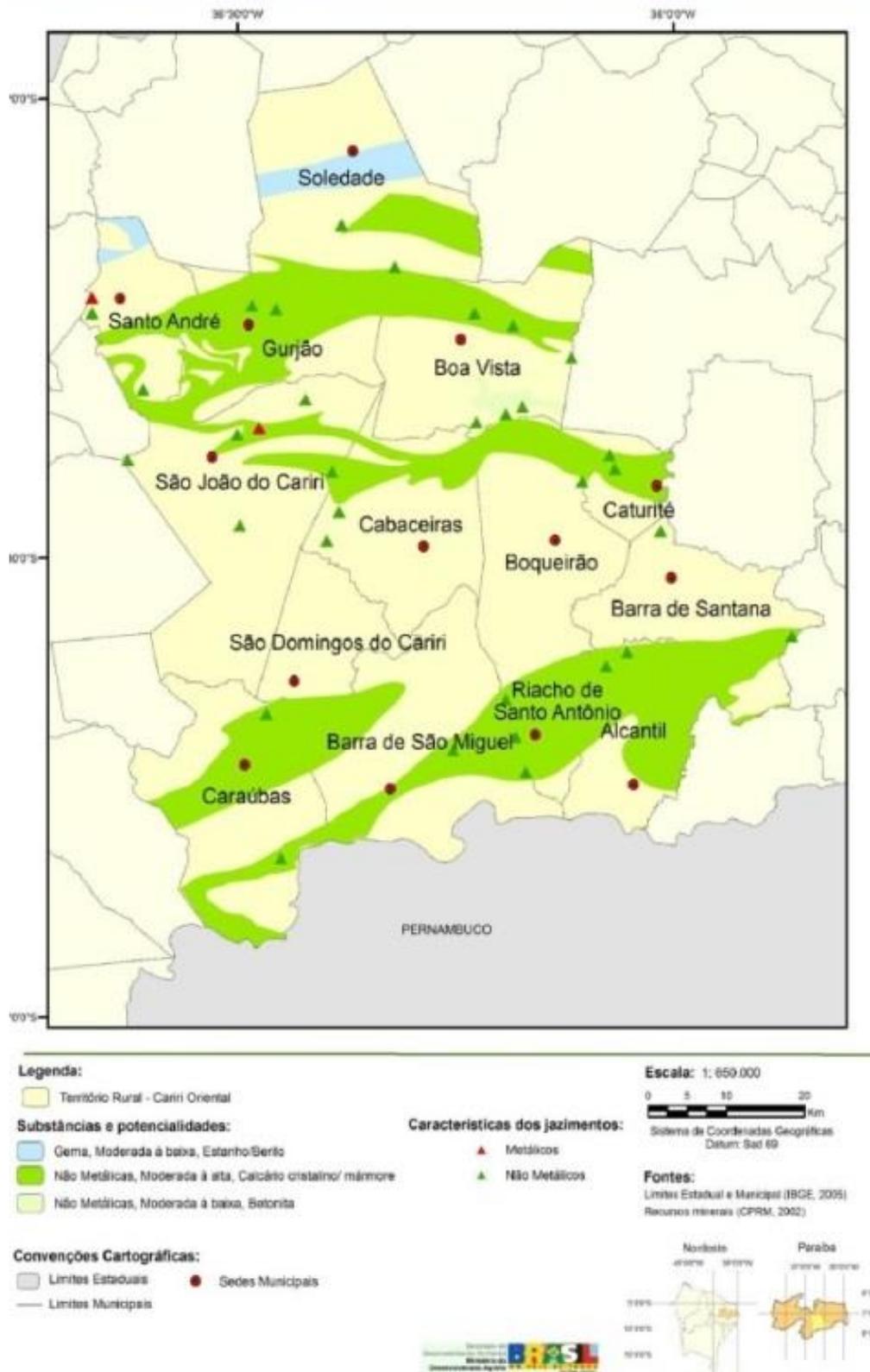
### 3.2 CARACTERIZAÇÃO NATURAL

Consideramos a importância de se entender a Geografia também como uma ciência descritiva. Isso não significa que o trabalho de descrição é suficiente por si só, mas que é extremamente relevante para embasar as discussões e fundamentar as conclusões científicas. Nesse sentido pretendemos esboçar algumas das feições do quadro natural que nos permitam indicar uma caracterização da área em estudo.

Boqueirão situa-se na área geomorfológica do Planalto da Borborema, mais precisamente na parte centro-sul deste. No que tange a Geologia e estratigrafia, segundo dados da CPRM (2002), o município está inserido em uma Unidade Litoestratigráfica chamada “Metanortosito Boqueirão (PM $\delta$ )”, representada por uma pequena intrusão, que corta as rochas arqueanas e paleoproterozóicas do maciço. Sua litologia é composta por Metanortosito incluindo Metadiorito e MEtagrabo, com formação datada do Paleo/Mesoproterozóico.

Dentre as reservas minerais do município, destaca-se o Calcário, que no ano de 1999 possuía reservas estimadas em 583.082 toneladas, de acordo com os dados da CPRM (2002). Há também afloramentos de rochas graníticas, que chegaram a ser explorados durante alguns períodos e que atualmente encontram-se desativados, característicos de um complexo gnáissico-migmatítico-granodiorítico. (Ver Figura 08).

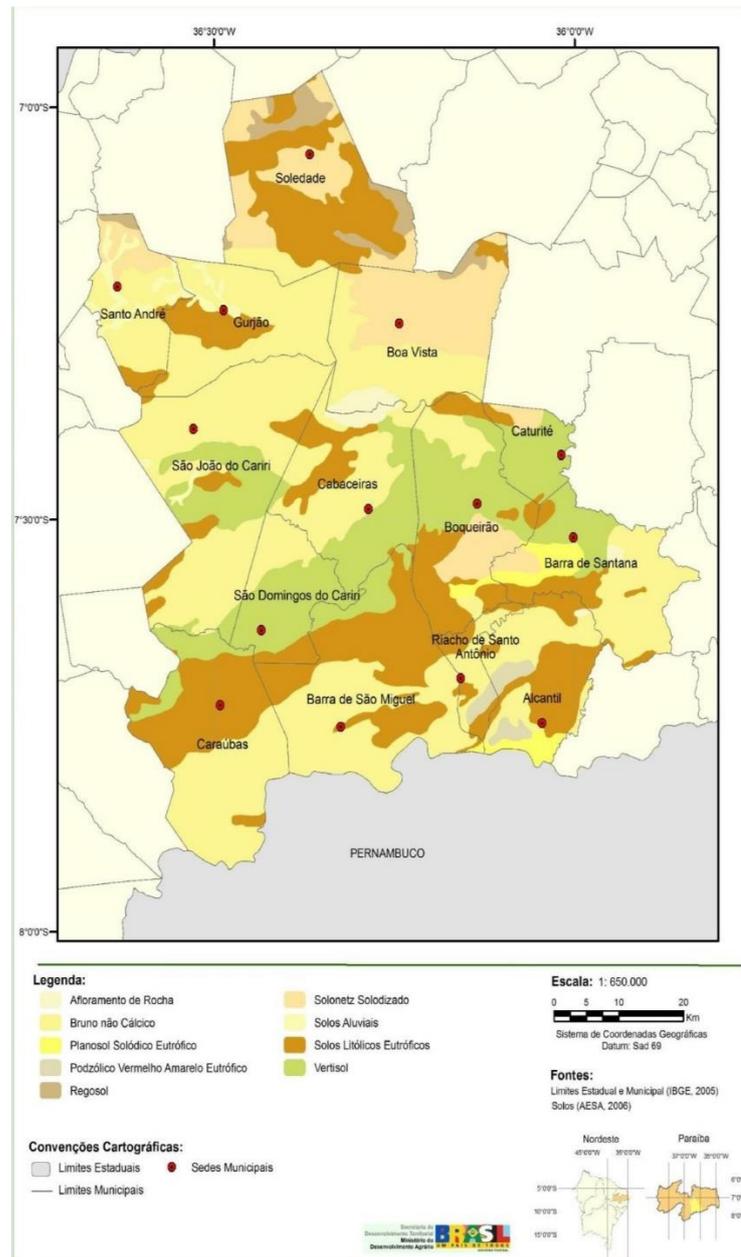
Figura 08 - Mapa geológico da Microrregião do Cariri Oriental



Fonte: CPRM, 2002.

Em toda extensão territorial do município, se verifica a predominância de alguns tipos de solos. Destacam-se os solos Litólicos Eutróficos, que são facilmente encontrados na região semiárida, principalmente nas áreas de afloramentos rochosos. Tratando de suas características, vemos que são pouco desenvolvidos, rasos e apresentando horizonte A diretamente sobre a rocha ou horizonte C de pequena espessura. Exatamente por conta disso, apresentam muitas limitações de uso econômico (drenagem, manejo mecânico, entre outras) para atividades agrícolas, além das limitações climáticas, expressas através das incertezas de chuvas e baixos índices pluviométricos. (Ver Figura 09).

Figura 09 – Mapa pedológico da Microrregião do Cariri Oriental



Fonte: CPRM, 2002.

Também é necessário destacar a presença, em outra parcela considerável do território Boqueirãoense, a presença do Vertisol, caracterizados por serem solos escuros ou pretos, argilosos, com alta capacidade de retenção de água, imperfeitamente drenados e que possuem presença alta de matéria orgânica do horizonte A. São solos de várzea, com caráter hidromórficos. Essas várzeas foram os locais em que se desenvolveu a agricultura local e de onde advinha uma parcela significativa de produtos hortifrutigranjeiros que eram levados para serem comercializados na feira livre, servindo ao abastecimento dos moradores da região.

O mapa também apresenta a existência de outros tipos, em menor área territorial: Solonetz Solonizado (que foi reclassificado e atualmente é denominado como: Planossolo háptico solódico); Planosol Solódico Eutrófico e Bruno não cálcico.

### 3.2.1 Aspectos climáticos e fitogeográficos

Assim como acontece em toda microrregião do Cariri Oriental, em Boqueirão o revestimento vegetal originário é o da Caatinga<sup>4</sup>. Seu predomínio se dá em consonância com o padrão climático local, em que a vegetação necessita de adaptação a solos rasos e um clima seco. Localmente, a vegetação da Caatinga se apresenta principalmente em forma arbóreo/arbustiva aberta, mas também há de se destacar o elevado nível de alterações antrópicas. As espécies de sua flora são na maioria, caducifólias, espinhosas e de folhas pequenas.

Ao descrever a vegetação do Cariri Paraibano com toda sua desenvoltura literária, José Américo de Almeida diz:

E, à primeira impressão de desprazer, em que a flora agressiva senhoreia a paisagem desnuda, sucede, inopinadamente, a ressurreição das primeiras chuvas, de uma nuvem que passa, como se a folhagem tivesse caído do céu ou a água se congelasse reverdecendo no manto da *babugem* (2012, p. 66).

Alterações na caatinga se deram com o início do processo de colonização dessas terras, a princípio como consequência da pecuária e de práticas agrícolas rudimentares. Além disso, as extrações de lenha para produção de carvão vegetal e atividades de caça influenciaram na degradação do bioma. (ANDRADE, et al, 2005). Uma parcela considerável dessa vegetação é

---

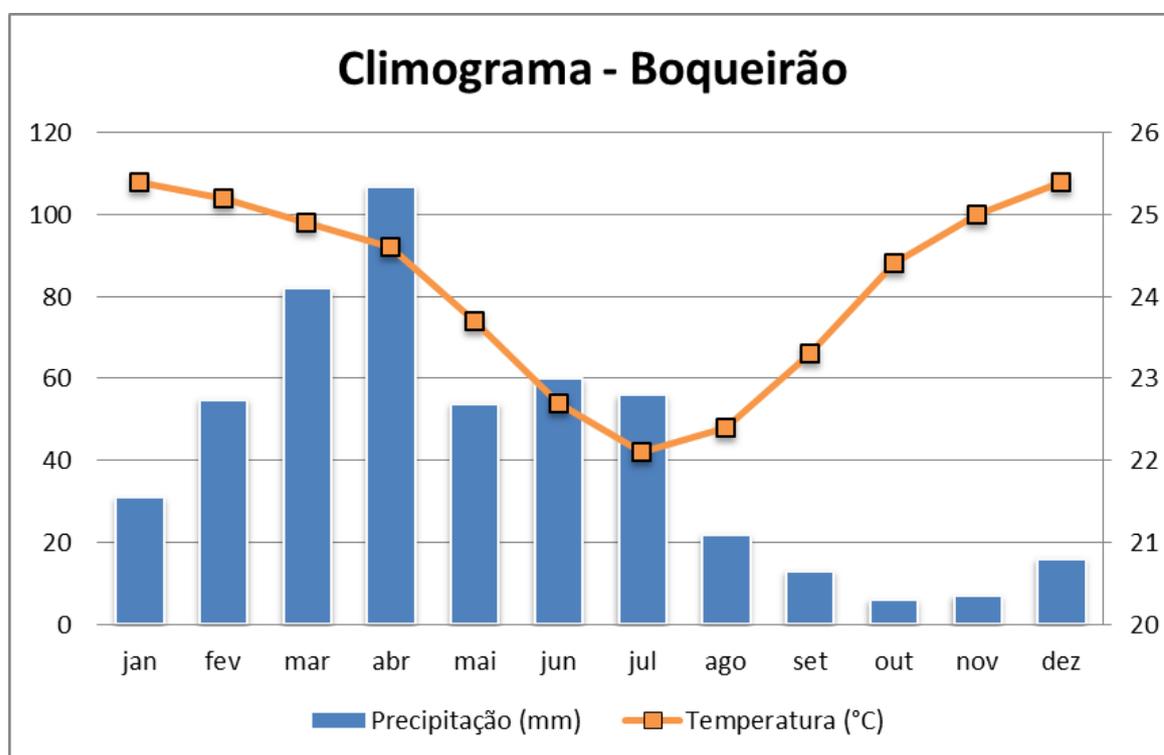
<sup>4</sup> A vegetação das Caatingas pode ser enquadrada como floresta arbustiva ou arbórea. Grande parte dessa vegetação apresenta espinhos, microfília e algumas características xerófitas (PRADO, 2005, p.23).

classificada atualmente como uma Caatinga Secundária, em decorrência dessas e de outras atividades antrópicas que interferiram e modificaram sua forma originária.

Segundo a classificação de Köppen o clima do município é o Bsh' (semiárido quente). A região semiárida nordestina também apresenta elevada demanda evapotranspirométrica, possuindo os maiores índices do Brasil, devido a uma grande incidência de insolação, agravando os problemas hídricos.

Assim como aponta Melo (2012, p.20), o comum dessa área, tratando de regime pluviométrico, é que haja uma distribuição espaço-temporal extremamente irregular, que geralmente consiste em seis meses consecutivos no ano em que as chuvas são escassas. Essa exposição é corroborada pelos dados climáticos sobre o município. Nos períodos mais calamitosos, anos inteiros praticamente sem chuvas não são tão raros. (Ver Figura 10).

Figura 10 - Climograma do município de Boqueirão



Fonte: BDCLIMA/EMBRAPA

Assim, um problema mais grave que a quantidade de precipitação é a irregularidade desta pois causa entraves para ocupação e aproveitamento da terra. Todas essas questões fizeram com que, ao longo da história, a população local exercesse um tremendo esforço de resistência e adaptação às condições desse ambiente natural (MELO, 2012, p. 142).

Concordamos quando Almeida (2012), apreciando a Paraíba em inícios do século XX, afirmou que o clima era o regulador de nossa atividade econômica e, extensivamente, de nossa existência histórica. Logicamente, essas condições de escassez natural influenciam na forma em que ocorreu o desenvolvimento regional e a composição das atividades econômicas locais, incluindo o pequeno comércio. Também é notório que o avanço da técnica e da ciência, nas últimas décadas, reduziu esse papel regulador do clima sobre a vida econômica e social do estado, comprovado pela expansão dos serviços e da agroindústria, por exemplo, mas de modo algum podemos afirmar que o anulou. As variáveis naturais continuam sendo relevantes no desenvolvimento da sociedade.

### **3.2.2 Atividades Econômicas do município**

Boqueirão, durante várias décadas, encontrou sua base econômica inserida fundamentalmente em atividades voltadas a pecuária extensiva e à agricultura de subsistência. Em épocas mais recentes, ganha relevância a produção e comercialização de produtos hortifrutigranjeiros e artesanatos (redes para dormir e tapetes), que exercem um papel relevante na dinâmica econômica e socioespacial desta pequena localidade urbana.

O avanço do comércio local ocorreu concomitantemente ao desenvolvimento dessa base produtiva. Assim, a Feira Livre de Boqueirão tornava-se ponto central na distribuição da produção municipal para áreas circunvizinhas ao mesmo tempo em que contribuía na geração de empregos e renda local.

### **3.2.3 Pecuária**

Desde o início do povoamento dessa região que a pecuária exerce significativa importância na vida econômica nessa sociedade. Moreira (1996) nos expõe que da mesma maneira que os engenhos eram a unidade fundamental de organização social no litoral paraibano, na região semiárida do interior do estado, eram as fazendas de criatório que exerciam tal função.

De fato, na história da colonização brasileira é perceptível que a criação de gado contribuiu de forma significativa como um meio para a conquista da terra e ao mesmo tempo na fixação das populações nessas áreas (SOUZA, 1946).

Como já observamos, em Boqueirão, e no restante do Cariri as primeiras fazendas fixaram-se às margens dos principais rios. Joffily (1977, p. 124) afirma que a indústria pastoril

da região dos Cariris Velhos da Paraíba foi implantada, muito possivelmente por Antônio de Oliveira, nas margens do Rio Paraíba, em campos adjacentes ao atual município de Boqueirão.

Melo (2012) nos mostra que os rebanhos bovinos, caprinos e ovinos sempre tiveram relevância na Caatinga dos Cariris. Almeida (2012) nos afirma que o Cariri é o centro de uma indústria pastoril desde o final do século XVII, com as primeiras criações advindas dos estados e Pernambuco e do alto sertão da Bahia. Essa produção dinamiza a circulação econômica local, seja através do abate desses animais, da produção leiteira e seus derivados ou do couro, utilizado na fabricação de diversos e variados artigos. Todos esses produtos fazem-se presentes nos mercados periódicos regionais, estimulando o pequeno comércio local.

A importância é tamanha, que Moreira e Targino (1996) falam de uma civilização do couro, tendo em vista que o rebanho fornecia matéria-prima (couro) para uma gama de bens utilizados pelo sertanejo em seu cotidiano, tais como: calçados, roupas, chapéus, utensílios domésticos e também instrumentos para o próprio trato com o gado (arreios, celas, amarras de chocalho, dentre tantos outros). Ainda hoje percebemos a existência desses produtos na feira livre de Boqueirão e demais feiras da região Nordeste.

Os dados apresentados por Almeida em 1923 nos mostram a importância da atividade pastoril na microrregião do Cariri, que mesmo se tratando de uma região com baixos índices pluviométricos e que sofre constantemente com problemas hídricos, apresentava àquela altura números vultosos de rebanhos bovinos, equinos e caprinos.

Cabe destacar que as atividades pastoris praticadas nessa área vêm lutando ao longo de todos esses séculos com obstáculos ao seu desenvolvimento. Problemas associados à escassez de forragem e de água em épocas de estios. As secas periódicas associadas a um regime de imprevidência do homem do campo - que não armazena forragens obtidas em épocas de abundância para ser utilizada nos momentos de escassez – periodicamente trazem dificuldades especialmente aos pequenos criadores. Ainda é exposto por Andrade (1980, p. 34) que em épocas de estiagem prolongada em que o gado não encontra alimentação, os vaqueiros e pequenos produtores queimam os espinhos de algumas cactáceas como o facheiro, xiquexique e mandacaru, assim como a macambira, para alimentar o rebanho.

Sobre essa problemática, vemos que a pecuária: “Sujeita mais do que outra qualquer aos perniciosos efeitos das seccas, que, por vezes, a têm quasi aniquilado, a criação renasce sempre com tal vigor, que, em pouco tempo, adquire maior prosperidade do que a perda nestas épocas terríveis” (JOFFILY, 1977, p. 123).

Andrade (1980) nos faz apontamentos sobre as atividades pastoris no Sertão Nordestino. Ele nos mostra que os maiores rebanhos, que são os bovinos e caprinos são criados soltos, na

maioria dos casos, em caráter extensivo e sem que se faça uma seleção racial com vista ao melhoramento do rebanho. O mesmo autor ainda nos mostra que em áreas inóspitas nas quais a capacidade de lotação é baixa e são exigidos muitos hectares para criação de uma rês, torna-se pequena a vigilância ao gado e não sendo atendidos cuidados básicos que aumentariam sua produção, tais como alimentação racional, seleção racial e medidas sanitárias. Com isso, o gado do sertão nordestino apresenta pequeno porte e peso, quando comparados com animais criados em regiões com sistemas de criação mais avançados e condições naturais mais favoráveis.

Esse sistema de criatório em caráter ultra extensivo contribuiu como inibidor de um predomínio do trabalho escravo no sertão paraibano, tendo em vista que era impossível que o grande fazendeiro controlasse diretamente a produção. (MOREIRA; TARGINO, 1996, p. 71). Esse tipo de criatório também não exigia um grande número de trabalhadores para que a fazenda funcionasse adequadamente, isso talvez sirva como uma das justificativas para a sempre baixa densidade demográfica da região, quando comparada a outras áreas do estado.

Esse contexto de baixa densidade populacional e desse regime extensivo de criação do gado também está associado à pobreza da pastagem natural da caatinga e de um regime pluviométrico irregular, com seca prolongada. (MOREIRA; TARGINO, 1996. p. 71). Esse cenário, aliado a utilização de técnicas rudimentares de criação obrigou a atividade pecuária do sertão a se desenvolver em grandes propriedades de terra.

Outra discussão relevante, trazida por Moreira e Targino (1996) aponta que as atividades pecuárias presentes no interior do Estado possuíam pouca dependência do Mercado Externo e que com isso as crises externas não acarretavam uma regressão do sistema criatório tal como ocorria com o sistema açucareiro. Sua base de consumo se dava no mercado interno, favorecendo a ampliação das relações comerciais locais e regionais.

Uma das técnicas utilizadas para amenizar as dificuldades de criação do gado está na associação com o cultivo de culturas para subsistências. Com isso, são utilizados os restolhos de tais culturas (milho, feijão e algodão, principalmente) para alimentação do gado, na época que segue a colheita e que geralmente coincide com período de estiagem no semiárido.

É necessário que essa relação entre a pecuária e agricultura seja analisada de modo que nos permita entender sua importância para a base econômica da região estudada, e de forma mais específica, compreender suas relações com o pequeno comércio das feiras livres regionais, tendo em vista que essas atividades contribuíram e ainda contribuem não apenas para o abastecimento de gêneros de primeira necessidade para a população residente, mas também para o desenvolvimento local.

### 3.2.4 Agricultura em Boqueirão

Melo (2012), ao descrever as atividades agrícolas no Cariri Paraibano em meados do século XX, mostra uma problemática ligada à questão climática. O autor afirma que: “a lavoura torna-se uma espécie de jogo de azar em que as maiores probabilidades nem sempre estão ao lado do agricultor” (p. 180). Tal conjuntura comprova a importância que o meio físico desempenha na organização do espaço geográfico, principalmente em áreas tecnicamente menos desenvolvidas, nas quais a menor presença científica e tecnológica contribui para uma maior dependência frente aos condicionamentos naturais.

As culturas plantadas, em geral, eram aquelas de pequeno ciclo que conseguissem se adaptar aos curtos períodos chuvosos da região. Predominavam assim as culturas do milho e do feijão e outros gêneros em menor proporção (jerimum, macaxeira, etc.), contudo, as safras tornavam-se sempre incertas.

A pequena produção de alimentos no Cariri paraibano propagou-se, inicialmente, associada à atividade pecuária existente na região. Moreira e Targino (1996) afirmam que o necessário suprimento dos vaqueiros contribuiu para o desenvolvimento de uma produção alimentar com base nas culturas do feijão e do milho, que eram plantadas no interior das fazendas, “sobretudo nas áreas de baixios, nos vales e leitos secos dos rios temporários que cortam a região.” (MOREIRA; TARGINO, 1996, p. 77)

A agricultura nessa parcela do território paraibano, assim como demonstrado por Joffily (1977), se dava durante os períodos chuvosos, em roçados e roças localizados as margens de rios e riachos. Em alguns casos, também se dava em época de início do período seco, em áreas mais restritas que eram as vazantes desses rios. A plantação nessas áreas de vazantes apenas se dava quando não eram mais esperadas cheias no rio para aquele ano.

Esses agricultores que plantavam nas vazantes<sup>5</sup>, estavam sujeitos a perder toda produção em decorrência de cheias extemporâneas no rio. Contudo, propriedades que possuíam terras de vazantes tornavam-se mais valiosas por ampliar a época do ano passível de se obter safras. Nessas áreas se diversificam os produtos cultivados pelo pequeno produtor, destacando-se a cultura da batata-doce.

Outra atividade agrícola que teve significativa relevância durante décadas para a economia local foi a cotonicultura. O algodão, desde o período pré-colonial, já estava presente na vida das sociedades que habitavam o território paraibano. (MOREIRA; TARGINO, 1996).

---

<sup>5</sup> Faixas de terras situadas às margens de rios ou riachos, que são cobertas pelas águas durante o período chuvoso e descobertas nas épocas secas.

Mas foi no fim do século XVIII, em decorrência do crescimento da indústria têxtil e ampliação da demanda desse produto no mercado internacional que a cultura cotonicultora é ampliada e ganha relevância no estado.

A expansão do algodão no Cariri paraibano não consistia em competição dessa cultura com a pequena produção alimentar. Isso se explica pelo fato de que o algodão pode ser cultivado em consórcio com as lavouras que eram comumente plantadas na região. O que havia, na verdade, era uma cooperação, ou sustentação mútua, dessa variedade de culturas. Almeida (2012, p. 476), descrevendo essa situação, acrescenta que esse plantio em consórcio se tornava mais lucrativo. O autor ainda cita que nessas terras com vegetação débil e aparência mesquinha, a cotonicultura (especialmente a de tipo herbáceo e fibras curtas) se adapta com perfeição as condições climáticas e edáficas.

Também contribuiu para consolidação do algodão em terras do Cariri Paraibano o fato do seu restolho ser utilizado como alimento para o gado no período do ano com maior estiagem. Tornando-se também uma atividade complementar da pecuária já praticada na região. Consolidou-se, dessa forma, o trinômio gado-algodão-policultura, “marco da organização do espaço agrário sertanejo paraibano até a segunda metade do século XX” (MOREIRA; TARGINO, 1996, p. 77).

É incontestável que o algodão, plantado em sua forma arbórea e herbácea, foi o principal produto da lavoura do Cariri paraibano durante vários anos. Permanecendo com relevância nos arranjos agrícolas na região até a década de 1980, quando é devastado pela praga do bicudo, responsável pela destruição de grande parte dos algodoads existentes. Faz-se necessário destacar que mesmo antes da infestação da praga na região, o algodão já vinha perdendo relevância no cenário regional. De acordo com Moreira e Targino (1996), tal situação se explica por uma crise na indústria têxtil regional e substituição do seu uso por fibras sintéticas.

. Há uma ressignificação nessa estrutura da agricultura tradicional do município com a construção do açude Epitácio Pessoa e a delimitação de áreas para plantações de culturas irrigadas a partir da década de 1970. Concomitante a esse processo ocorrem mudanças significativas no espaço geográfico boqueirãoense.

Tanto a agricultura tradicional, quanto essa nova fase de produtos agrícolas plantados com os benefícios da irrigação contribuíram e ainda contribuem de forma substancial no abastecimento da população local e na prosperidade do pequeno comércio das feiras livres da microrregião, sobretudo a que é nosso objeto de pesquisa. Logicamente, as influências e os rebatimentos geográficos de cada uma dessas formas agrícolas se deram de formas e maneiras diferenciadas que detalharemos ao decorrer de nosso trabalho.

### 3.3 AÇUDE EPITÁCIO PESSOA: CONTEXTO HISTÓRICO

No Brasil, as políticas públicas que tratam a temática das secas iniciaram após o governo reconhecê-las como problema nacional e agir com intuito de solucioná-las. Tal compreensão só aconteceu com a tragédia e repercussão mundial da Grande Seca de 1877 a 1879, quando morreram milhares de pessoas no semiárido do Nordeste brasileiro (CAMPOS, 2015, p.65).

Dentre as políticas públicas praticadas no Nordeste brasileiro no século passado, a maioria foi formulada no âmbito do combate às secas. Objetivando a criação de um sistema central que coordenasse as ações públicas voltadas a mitigar os problemas relacionados à seca, em 1909 foi criada a Inspeção de Obras Contra a Seca (IOCS), no ano seguinte, de acordo com Almeida (2012), esse órgão já iniciava as observações pluviométricas em território paraibano. A IOCS foi posteriormente renomeada para Inspeção Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS) e sendo denominado atualmente (desde 1945) como Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Assim como afirma Campos (2015), a concepção dessas instituições federais que substituíram as antigas comissões imperiais representou um grande avanço na busca de soluções para os problemas vivenciados.

A criação desses órgãos teve o objetivo principal de fazer com que a política, em nível federal assumisse um papel mais eficaz no que diz respeito aos problemas hídricos que assolavam uma parcela considerável da população nordestina.

A contribuição do DNOCS para o desenvolvimento do Nordeste foi de extrema relevância, contando com a construção de açudes e usinas hidrelétricas, mas sendo perceptível também por obras não hídricas como a construção de estradas, pontes, portos, ferrovias, e implantação redes de energia elétrica e telegráficas.

Um dos principais problemas vivenciados pela sociedade que residia no semiárido nordestino era o de baixa confiabilidade das águas, em decorrência do caráter intermitente dos rios da região. Com intuito de resolver esse problema o governo decidiu investir em uma política de açudagem, construindo diversos reservatórios em todo território nordestino e tornando-se a política pública que consumia mais recursos financeiros do DNOCS. (CAMPOS, 2015).

Ao contrário do que grande parte da população Boqueirãoense acredita, o açude Epitácio Pessoa não foi projetado e idealizado pela gestão do Governo Kubitschek. Na verdade, décadas antes já se pensava na sua construção, tendo sido realizados vários estudos in loco, para verificar a viabilidade da obra. Como se pode observar, até o início da obra acontece antes da posse de Juscelino, ainda no governo Getúlio Vargas.

O paraibano Irineu Joffily era um dos defensores da construção de reservatórios. Assim como exposto em sua obra, considerava a açudagem um dos meios mais profícuos para se combater a seca que assolava grande parcela do estado da Paraíba. Em suas palavras, uma das soluções seria “construir represas nas gargantas dos vales, mais apropriadas a esta sorte de construções, afim de formar inexauríveis depósitos para contínuo abastecimento dos rios engenhosamente açudados. (JOFFILY, 1977)

Joffily, ao descrever os boqueirões do território paraibano, ainda no final do século XIX, já destacava que o boqueirão formado pelo rio Paraíba na serra do Carnoió, prestava admiravelmente para a construção de um imenso açude que constituiria um grande benefício para todo estado paraibano, de forma mais especial para o Cariri, região castigada pelo flagelo da seca (JOFFILY, 1977). Até a época em que Joffily escrevia essas palavras, ainda não haviam ousado represar os rios do sertão paraibano. A construção do açude Epitácio Pessoa, por exemplo, se deu mais de meio século após o estudioso fazer a constatação da importância dessa obra.

O nome do reservatório nos remete a um acontecimento de grande relevância para o Nordeste que foi a chegada à presidência da república brasileira do paraibano Epitácio Pessoa, até então, único nordestino a ter alcançado o posto. Ele era um defensor da política de açudagem e durante seu mandato construiu as bases para ampliação do ritmo de construção de reservatórios hídricos em todo Nordeste

Segundo apontamentos de Almeida (2012, p 328), já no início do século XX estudou-se a viabilidade de 32 açudes em solo paraibano, dentre os quais está o de Boqueirão. Através desses estudos, percebeu-se que a área do boqueirão de Carnoió possuía, vantajosamente, os requisitos para construção de uma grande represa: rio de correnteza suficiente para abastecer o reservatório, boas condições para construção da represa e áreas adequadas à irrigação (ALMEIDA, 2012).

Contudo, assim como afirma Campos (2015, p.77) “não se pode dizer que os intelectuais da formulação das políticas tinham a ilusão de que a construção de açudes, por si só, fosse capaz de acabar com as secas”. O presidente Juscelino Kubistchek, ao discursar no I encontro dos bispos do Nordeste, expunha que:

“os açudes, tão falados e discutidos açudes, por exemplo, representaram e ainda representam contribuições vitais, medidas salvadoras de homens e terras em algumas regiões que se diriam mortas numa aridez e secura de desertos, mas não será possível concentrar na açudagem todas as soluções para as secas temporárias e para a permanente situação econômica do Nordeste.” (I ENCONTRO DE BISPOS DO NORDESTE, 1960, p.19)

No mesmo sentido, ao discutir uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste, no fim da década de 1950, Celso Furtado destacava que até então, as ações de combate aos efeitos da seca consistiam em: medidas de curto prazo, com caráter assistencial e as medidas de longo prazo, que se concentravam, essencialmente, na construção de açudes (SUDENE, 1967). Segundo a análise da superintendência, nenhuma dessas medidas havia conseguido atingir os resultados esperados para mudar o curso dos acontecimentos.

A SUDENE afirmava que as secas vivenciadas pelos nordestinos, eram uma crise de produção que afetava fundamentalmente a oferta de alimentos. Portanto, não bastava a retenção da água nos reservatórios, era necessário interferir diretamente no mercado de gêneros alimentícios. A superintendência ainda criticava a insignificante fração de áreas que eram destinadas a irrigação naquela época e uma ausência de preocupação de estabelecer áreas irrigadas nos projetos originais de grande parte das barragens construídas. (SUDENE, 1967).

Buscando entender o contexto histórico local à época das discussões sobre a construção do açude de Boqueirão, pudemos constatar, conforme o Programa de Emprego e Renda - PRODER (1997) que no final da década de 1940 a cidade de Campina Grande, que a época era maior e mais desenvolvida cidade do interior nordestino, vivia uma crise hídrica devido à insuficiência do volume de água dos açudes que abasteciam o município. Essa crise no abastecimento de água, além de ser um problema para os moradores locais, significava também um entrave para o desenvolvimento da indústria na região.

Diante desse cenário, em meados da década de 1950, a sociedade campinense, em conjunto com a Igreja Católica, buscou pressionar o poder público a tomar medidas que solucionassem a crise hídrica vivenciada no município. Nessa época, em maio de 1956, foi realizado em Campina Grande, o I Encontro dos Bispos do Nordeste, no qual pedia-se celeridade em se resolver o problema do abastecimento de água e conter as correntes migratórias da região para o Sul do país. O documento que resultou desse encontro pedia urgência na conclusão da barragem de Boqueirão e da construção de uma adutora que levasse a água até Campina Grande.

O que queremos dar destaque, ao tratar dessa questão, é que os objetivos principais da realização dessa obra eram o de fornecer a água necessária para abastecimento de Campina Grande e também propulsionar as atividades agrícolas a jusante e vazante da barragem, com um amplo sistema de irrigação.

Àquela altura, a construção do açude Epitácio Pessoa era vista pela sociedade local e pelo governo federal como uma iniciativa que viria a trazer grande avanço para a região,

evitando estagnação da economia, garantindo uma base necessária ao desenvolvimento industrial no interior paraibano e amenizando o flagelo da seca.

### 3.3.1 Construção do açude Epitácio Pessoa

Na Paraíba, o DNOCS foi responsável pela construção de vários açudes, dentre os quais o Epitácio Pessoa (ver Figura 11), também conhecido como “açude de Boqueirão”. O reservatório barra o rio Paraíba, pertencente ao sistema de mesmo nome.

Figura 11 - Vista Aérea parcial do açude Epitácio Pessoa



Fonte: AESA, 2004.

Construído com recursos financeiros da União, o levantamento topográfico da bacia hidráulica do açude de Boqueirão teve início em 1948.e as obras de fundação foram iniciadas em 1951 e finalizadas em novembro de 1956, com inauguração realizada no dia 16 de janeiro de 1957 pelo então presidente Juscelino Kubitschek. Porém, bem antes disso já se pensava e se analisava a viabilidade de sua construção. Nesse momento da história predominava o paradigma da construção de reservatórios hídricos, grandes médios e pequenos, com o intuito de tornar a região menos vulnerável às secas.

Assim que foi inaugurado, o açude cobria uma área de 2.680 há, com uma bacia hidrográfica que se alastrava por aproximadamente 12.410 km<sup>2</sup> e era capaz de acumular um volume de 535.680.000 m<sup>3</sup>. A extensão do manancial adentra os municípios de Barra de São Miguel e Cabaceiras.

Com o passar de mais de meio século, o açude foi perdendo, de forma progressiva, sua capacidade de armazenamento. Esse assoreamento, motivado pelo desmatamento da mata ciliar e uso desordenado do solo da bacia hidrográfica fez com que a capacidade de armazenamento do reservatório tenha caído para 411.686.287 m<sup>3</sup> (PARAÍBA, 2004).

Como já exposto, esse manancial exerce uma função especial na economia local e estadual, abastecendo a cidade de Campina Grande, que continua sendo, na atualidade um dos principais núcleos urbanos de todo o interior do Nordeste brasileiro e segundo maior centro econômico do Estado da Paraíba, perdendo apenas para a capital João Pessoa.

Assim como exposto por Oliveira (2007), com o início da construção da barragem, a antiga vila de Boqueirão de Cabaceiras passou por um rápido crescimento e significativas transformações sociais e econômicas, tendo se transformado em um ponto de convergências de milhares de operários e técnicos vindos de muitos lugares que viriam participar da execução da obra.

Já em 1948 deram início à construção de vilas cujas residências eram destinadas aos empregados do DNOCS que trabalhariam na construção do açude (Ver Figura 11). Ao total, foram construídas três vilas, conhecidas como: Operária, Mecânica e Morro, contando com centenas que casas. Esse foi o ponto de partida para ampliação desse até então pequeno e pacato, núcleo urbano.

Figura 12 - Operários trabalhando na construção do Açude Epitácio Pessoa



Fonte: Acervo pessoal, Cléa Cordeiro, década de 1950.

Silva (2012) aponta que posteriormente, na década de 1970, já com a construção do açude e com o desenvolvimento das atividades econômicas do município que estavam ligadas ao manancial, Boqueirão tornou-se área atrativa para imigrantes, e com a chegada desses, houve novo aumento da população, gerando um desordenado crescimento urbano, fazendo surgir novo bairro que se denominou de Bela Vista, área que contava com uma forte concentração de pobreza.

Oliveira (2007) aponta que nessa época, aumentava a população da antiga vila, concomitantemente, formavam-se novas ruas e novas profissões passaram a surgir, de acordo com as necessidades dos operários da obra, dando à localidade um aspecto urbano. Via-se o desenvolvimento rápido e contínuo do comércio local, a feira livre de Boqueirão vive, nesse momento da história, uma ampliação significativa no número de feirantes e frequentadores, consolidando-se como um dos mais importantes centros comerciais de todo Cariri Paraibano.

Como já exposto, nessa época a população residente na então Vila de Boqueirão começa a galgar sua emancipação política da cidade de Cabaceiras. Tal pleito foi atendido em 1959, e com tal conquista o município continuava a expandir seu núcleo urbano.

A partir da emancipação política e buscando atender o aumento populacional crescente no município, o poder público municipal atuou para fornecer condições básicas para o

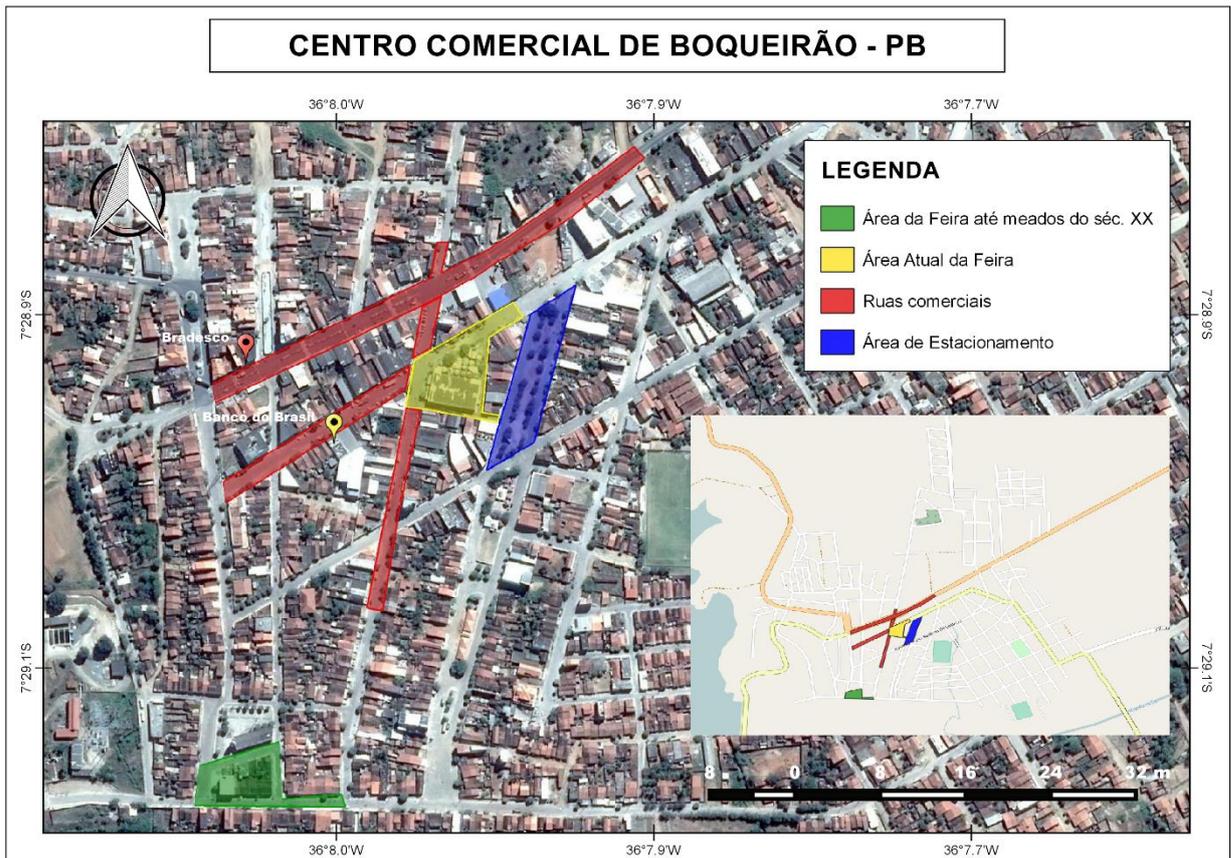
desenvolvimento local, com construção de escolas, implantação de farmácias e outros serviços públicos.

No início da década de 1960, uma obra construída pelo poder público municipal vem a transformar o espaço urbano de Boqueirão: A construção no Mercado Público Municipal, relacionada à expansão no número de pessoas que viam no crescimento da nova cidade uma oportunidade para implantar um próprio negócio. Para tal, diante da situação socioeconômica debilitada da maioria desses empreendedores, sem dispor de grande quantidade de capital ou acesso ao crédito, eles buscaram adentrar no que se convencionou chamar de setor informal, considerado a porta de entrada ao mercado de trabalho urbano.

Nessa conjuntura, viu-se o crescimento de uma tradicional expressão do setor informal da economia: a feira livre. E a expansão do número de feirante e clientes estimulou o poder público a realizar a construção do Mercado Público e a consequente mudança da área em que se realiza a feira livre para o entorno desse prédio, gerando uma profunda ressignificação para esses espaços.

As antigas ruas onde se realizava a feira livre em Boqueirão, desde a época que pertencia ao município de Cabaceiras, perderam importância no comércio local, caindo no esquecimento dos fregueses e no ostracismo econômico. Em contraponto, as ruas que ladeiam o novo espaço da feira livre e do Mercado Público Municipal ganham relevância no espaço urbano municipal, visto através de sua valorização e do número de empreendimentos que buscam se instalar em áreas circunvizinhas desses comércios (Ver figura 13).

Figura 13: Centro Comercial de Boqueirão: Passado e presente



Fonte: Tavares; Silva, 2016.

Há uma mudança na localização do que se convencionou chamar de centro da cidade em decorrência da alteração do local em que se realiza a feira livre de Boqueirão. Daí se pode notar a importância que esse espaço de mercadejar exerce para a economia e para a organização da sociedade dessa região. Esse fato comprova algumas discussões que realizamos no capítulo 1, comprovando que de fato as cidades se estruturam, em diversas ocasiões, em torno dos espaços comerciais, assim como apontado por Léfèbvre (2004).

Voltando a discutir a implantação do manancial, porém focando em uma análise do ponto de vista socioeconômico e ambiental, podemos perceber que a construção do açude Epitácio Pessoa também trouxe alguns prejuízos à população local. Os proprietários das terras inundadas com as águas represadas foram forçados a sair rapidamente de suas localidades, com o início da construção. Em 26 de Maio de 1954, o então presidente Getúlio Vargas, através do decreto N° 35.549, declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, uma área de noventa e três milhões de metros quadrados (aproximadamente 9.300 ha) para construção do açude de Boqueirão.

Não houve esforços necessários para um reassentamento adequado da população que vivia nessas áreas. Há, inclusive, relatos de proprietários que não foram sequer indenizados pelo Governo Federal.

Após a construção do reservatório o DNOCS ficou responsável pela administração da barragem e das áreas ao seu entorno, que foram destinadas a agricultores de baixa renda, em forma de concessão. Tornando-se uma forma de estimular a produção hortifrutigranjeira nos municípios que ladeiam o manancial. Na divisão inicial, foram contemplados 250 concessionários, com lotes que mediam 2,5 hectares de área seca e 80,14 metros lineares de área de vazante (DNOCS, 2014).

Oliveira (2007) nos mostra que esses lotes arrendados pelo DNOCS possuem uma faixa seca e outra úmida ou de vazante. Ele ainda expõe que na faixa seca é onde fica localizada a casa, os cercados para criação de animais e pequenas áreas com pastagens para alimentação desses animais. Já nas áreas de vazante, observava-se o plantio de diversas culturas agrícolas.

Como veremos posteriormente, essas áreas ganham significativa valorização em função da irrigação que começa a ser adotada nessas terras, utilizando a água do manancial Eptácio Pessoa para produção de diversas culturas agrícolas ao longo de todo o ano. Essa é outra mudança que traz significativa relevância e transforma o abastecimento de produtos desse gênero na feira livre de Boqueirão.

Assim, podemos perceber que a evolução do setor de serviços no município de Boqueirão e em especial do comércio realizado na feira livre local esteve atrelado as obras de construção do açude Eptácio Pessoa.

### **3.3.2 Atividades Econômicas no Eptácio Pessoa**

Além de garantir o abastecimento hídrico para consumo residencial e industrial de Campina Grande e diversos outros municípios paraibanos, o açude exerce grande influência para os municípios nos quais está inserido, principalmente Boqueirão.

Dentre as atividades econômicas que tem sua base assentada na utilização da água do reservatório, se pode destacar a prática da pesca; atividades de esporte e lazer vinculadas ao turismo e o desenvolvimento de culturas agrícolas irrigadas.

Todas essas funções ajudam a dinamizar a economia Boqueirãoense e ampliar a renda gerada no município, mas é evidente que dentre tais, a atividade econômica de maior relevância e que merece destaque em nosso estudo é a da irrigação.

### 3.3.3 Irrigação às margens do Epitácio Pessoa

Já tivemos a oportunidade de perceber que Boqueirão, desde a origem da antiga vila de Carnoió até poucas décadas atrás, encontrava sua base econômica inserida fundamentalmente em atividades voltadas a pecuária extensiva e à agricultura de subsistência.

Essa agricultura de subsistência, apesar de não ter desaparecido, foi gradualmente substituída por uma nova agricultura que se destinava ao comércio dos produtos colhidos. Em Boqueirão, o ápice dessa transição se dá entre as décadas de 1950-1960 quando os produtores locais deram início a esse novo modelo destinado ao comércio (OLIVEIRA, 2007). Essa mudança está atrelada a utilização das águas represadas pela barragem do Epitácio Pessoa e também por terem perenizado, em dadas proporções, o Rio Paraíba (Ver Figura 14) à jusante do reservatório, com a utilização do túnel adutor. É necessário ressaltar que na atualidade esse Rio não é mais perenizado, pois essa prática foi cessada no fim da década de 1990, época em que o manancial viveu sua primeira grande crise hídrica.

Figura 14 - Comporta de descarga do Epitácio Pessoa perenizando parte do Rio Paraíba



Fonte: AESA, 1997.

O incentivo a irrigação era uma das soluções apresentadas por diversos estudiosos para amenizar as calamidades vivenciadas na região do Semiárido nordestino. Almeida (2012, p. 551), por exemplo, afirma ainda no início do século XX que nessa região: “a terra é fértil e necessita apenas de irrigação para produzir”, sendo um dos árdios defensores da promoção de áreas irrigadas. Ressaltando o aspecto da má distribuição das águas que caem sob a região, seria necessário acumulá-la e distribuí-la de maneira que garantisse um manejo eficiente desse recurso. Assim, a ampliação das áreas irrigadas no Nordeste esteve ligada a política de construção de açudes.

Nessas áreas agrícolas beneficiadas direta ou indiretamente pelas águas represadas no açude cresceu a produção e variedade de culturas plantadas. Dentre essas, podemos destacar o feijão, milho, repolho, pimentão, banana e o tomate. Essas terras possibilitam um aumento na produção agrícola do município, situação que estimulou a migração de várias pessoas que residiam em municípios vizinhos e buscavam trabalho nesse mercado agrícola em expansão.

Melo (1985), analisando a utilização da mão-de-obra utilizada na tomaticultura local na década de 1980 já constatava um número significativo de assalariados temporários que trabalhavam no preparo da terra, no plantio e sobretudo na colheita. A renda obtida por esses trabalhadores contribuía para ampliação das vendas na feira livre do município.

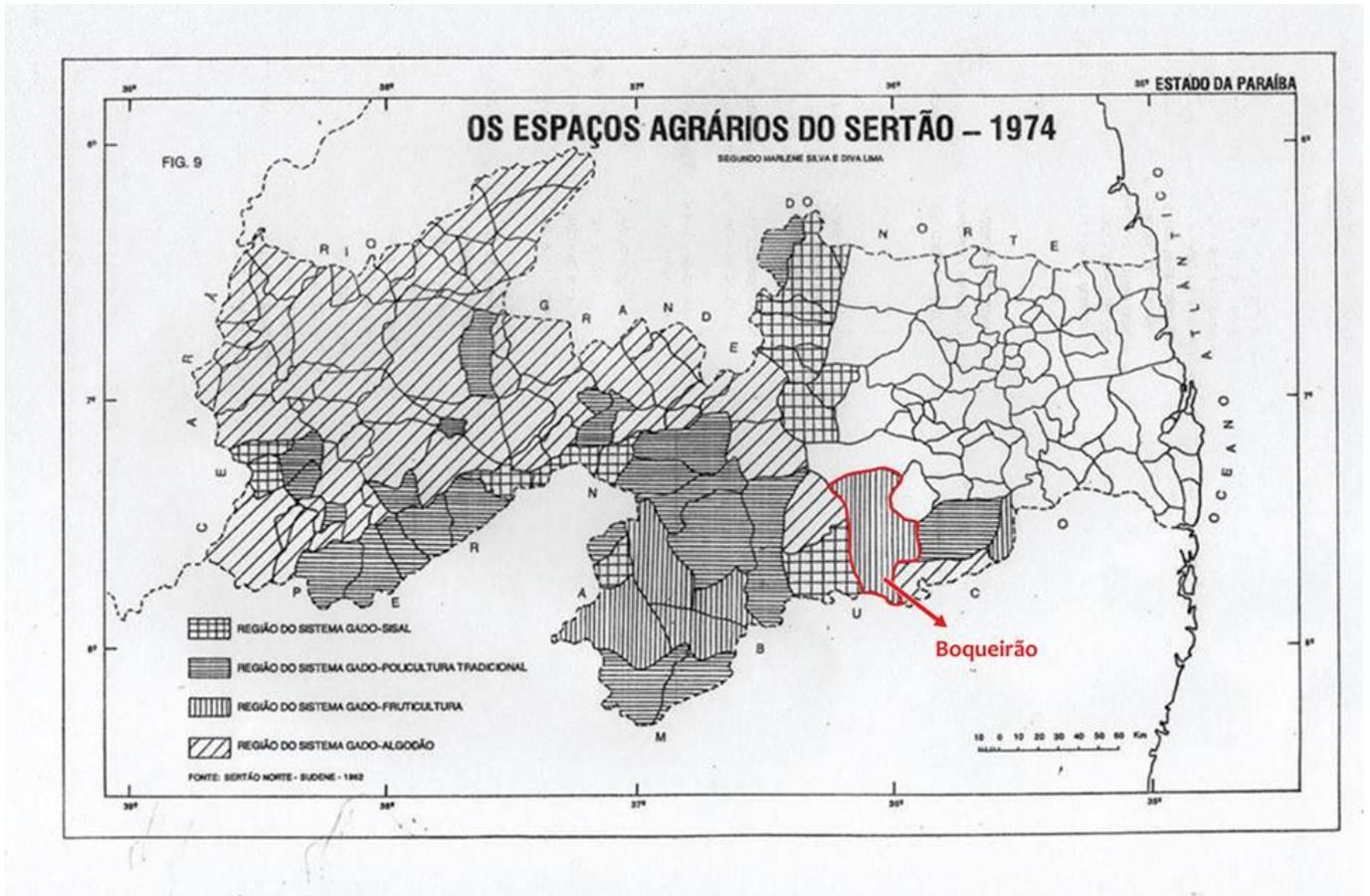
O uso da irrigação apresenta significativos benefícios para a atividade agrícola, especialmente em regiões áridas e semiáridas assim como é o Cariri Oriental da Paraíba. Dentre esses benefícios, podemos citar a diminuição no risco de perda da produção por fatores climáticos; aumento na produtividade e a possibilidade de colheita em época de entressafra, que garante remuneração adicional aos produtores e um abastecimento mais regular do mercado consumidor.

A transformação a partir da utilização de métodos para irrigação foi tão expressiva que alterou de forma substancial as características agrárias do município. Estudos coordenados pela SUDENE, entre as décadas de 1970 e 1980, objetivavam apreender as formas de organização do espaço e processos geradores dessas formas em território nordestino. Eles mostraram que na Paraíba, dentro da área do sistema gado-algodão, existiam quatro subunidades espaciais que se diferenciavam com base em formas e utilização de recursos: a) área do sistema gado-algodão; b) área do subsistema gado-policultura alimentar tradicional; c) área do sistema gado-sisal e; d) área do sistema gado-fruticultura.

Assim como retratado na figura 13, o município de Boqueirão (ainda composto pelos distritos que viriam a se emancipar em 1996) foi caracterizado como pertencente à área do sistema gado-fruticultura, diferenciando-se assim dos demais municípios circunvizinhos que

até a construção do açude e disseminação da irrigação possuíam características muito semelhantes as suas.

Figura 15 - Os Espaços agrários do Sertão Paraibano - 1974



Fonte: SUDENE, 1982. (Adaptado por TAVARES, 2016).

Tavares (2015) apresenta que as culturas irrigadas mais comumente encontradas às margens do reservatório são: Banana, Tomate, Pimentão, Feijão, Maracujá, Alface, Mamão, Goiaba e Milho. Tal produção é destinada para alguns centros de distribuição como: Campina Grande-PB, Patos- PB, Recife-PE, Natal-RN além do próprio comércio local.

Nas últimas décadas também ocorreram transformações na base técnica utilizada na agricultura local. Esses avanços são evidenciados na utilização crescente de insumos químicos, sementes selecionadas e maquinário agrícola. Todas essas melhorias proporcionaram aumento da produtividade

Segundo dados da Associação dos irrigantes do açude Epitácio Pessoa, em épocas de pico, a área irrigada às margens do açude chega a um total de aproximadamente 1000 ha. Dos quais 50% estão localizados no município de Boqueirão e o restante divide-se entre os municípios de Barra de São Miguel e Cabaceiras.

Essa atividade econômica possui um número total de 540 irrigantes e servindo como fonte de renda direta para algo próximo a 3000 pessoas nos três municípios. Nos dados referentes exclusivamente ao município de Boqueirão, existem 244 irrigantes e 1500 trabalhadores diretos.

Crises hídricas e o risco de desabastecimento de algumas cidades (ocasionado pelo aumento substancial do consumo e por baixas precipitações que não foram suficientes para recarga hídrica do reservatório) fizeram com que a irrigação com água do açude fosse proibida em alguns períodos. Com isso, também houve a redução da atividade econômica municipal.

Percebemos um cenário de crise hídrica desse manancial na atualidade. Segundo dados da AESA, em maio de 2016, o reservatório possui menos de 10% de sua capacidade. E mesmo estando em época de período chuvoso, não apresentou recargas consideráveis do seu nível hídrico.

Para perceber a relevância da crise hídrica vivenciada na região faz-se notar que as cidades abastecidas pelo manancial, incluindo Campina Grande com toda a pujança econômica que representa para o Estado, passam por racionamento hídrico e a captação de água para esses núcleos urbanos já se faz utilizando o volume morto do manancial. O risco de desabastecimento de água nas diversas cidades que são abastecidas pelo açude Epitácio Pessoa fez com que a irrigação às margens do reservatório fosse proibida em julho de 2014, ocasionando uma significativa retração na economia local, tendo em vista o número significativo de pessoas que dependiam dessa atividade como fonte de renda.

Ocorre ainda mencionar que está em curso o projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, sendo o reservatório Epitácio Pessoa um dos contemplados para receber águas por intermédio do eixo leste. Acredita-se que a se confirmar o êxito do projeto, de modo que se possa assegurar uma oferta hídrica para atender as demandas regionais, as atividades econômicas fundamentadas na água do Epitácio Pessoa possam ganhar sobrevida mesmo em períodos de estiagem na região. A obra também possibilitaria novo desenvolvimento econômico do município, inclusive reestabelecendo a possibilidade de se perenizar o Rio Paraíba, revitalizando a agricultura dessa área.

Tais prognósticos podem ou não se confirmar a partir da conclusão da transposição e merecerá uma significativa atenção dos pesquisadores sociais que se interessarem por estudar as transformações socioespaciais e econômicas na área motivados por esse novo projeto de desenvolvimento territorial.

Sumariamente, percebemos que ao se analisar as funções da feira livre na região, torna-se evidente que ela exerce uma importante função na relação entre campo e cidade e no

suprimento de necessidades básicas dos moradores dessas áreas. Entender as transformações relativas ao abastecimento de gêneros alimentícios básicos na feira livre local a partir do início da atividade irrigatória na região e também as alterações socioeconômicas em períodos de estiagem, dentre tantas outras mudanças pelas quais tem passado essa tradicional forma de comércio em um mundo cada vez mais interconectado são indagações fundamentais que devem ser discutidas à luz das ciências sociais.

#### 4 FEIRA DE BOQUEIRÃO: COEXISTÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES

Em Boqueirão, a feira ainda se configura, na atualidade, como um importante ponto de comercialização e de desenvolvimento comercial local e regional (Ver Figura 16) especialmente entre os municípios que compõem a microrregião do Cariri Oriental no estado da Paraíba, uma vez que esse espaço ainda concentra e atualiza parte significativa da vida econômica e cultural dos habitantes locais e municípios circunvizinhos.

Figura 16 - Feira livre de Boqueirão



Fonte: elaborado pelo autor, 2013.

Localizadas em zonas urbanas ou rurais, em pequenas ou grandes cidades, as Feiras Livres possuem alguns aspectos, via de regra, muito semelhantes: se especializam em espaços públicos e abertos; não dispõem de um padrão específico de produtos a ser comercializado e possuem uma constância ou regularidade determinada (calendário). No que se refere a sua periodicidade, a feira de Boqueirão é realizada semanalmente, aos sábados, desde antes do raiar do sol até o início da tarde.

Pazera Júnior (2003), classificou as feiras nordestinas em dois tipos, de acordo com o tamanho do centro na qual estão inseridas: as feiras dos grandes centros urbanos, dotadas de uma maior estrutura de comércio regular, e as pequenas feiras espalhadas por todo o interior e que seriam consideradas remanescentes das feiras tradicionais, nas quais o agricultor, artesão e

criador se transformam em comerciantes. Ainda de acordo com o autor, nesse tipo de feira o comerciante esporádico vende o que possui em excesso para adquirir os gêneros de sua necessidade. De acordo com tal divisão, a feira de Boqueirão, pelo menos à primeira vista, se enquadraria entre estas últimas. Entretanto, acreditamos que na atualidade essa dualidade não se apresenta mais com tanta clareza, em razão das transformações socioeconômicas (reestruturações produtivas) que a região viveu nas últimas décadas. Portanto, torna-se extremamente necessária uma leitura mais atual e complexa desses espaços na contemporaneidade.

Na feira de Boqueirão é comercializada uma significativa variedade de produtos, dentre os quais: cereais; frutas; verduras; ervas medicinais; hortaliças; temperos; roupas e calçados; carnes; laticínios; acessórios para o lar e para o trabalho no campo, dentre vários outros gêneros. Além do comércio, se nota na atualidade, uma significativa oferta do setor de serviços. Em sua realização podemos perceber a mobilidade de serviços e de pessoas que são atraídas para a cidade com variadas finalidades, proporcionando à localidade uma centralidade temporária.

Assim como exposto por Costa (2016), as feiras livres, estudadas ao âmbito da Geografia, podem nos ajudar a entender a natureza econômica, a sociabilidade, a cultura, as técnicas, a produção local, os fluxos, as influências externas, a introdução e o desaparecimento de produtos, as relações entre o antigo e o novo e o perfil de consumidores e comerciantes, dentre outros fatores referentes ao espaço em que estão inseridas. Buscar esse diálogo entre a feira enquanto objeto de estudo e a organização espacial sob a qual ela está inserida, possibilitando uma maior compreensão em escalas que variam desde a local até a mundial é a questão fundamental, ao nosso entender, a ser observada pelas pesquisas desenvolvidas à luz da Geografia.

Portanto, cabe destacar que a feira livre se constitui como um importante fator de distribuição de produtos e dinamizador econômico, especialmente no Nordeste (PAZERA JR, 2003). Percebemos a feira livre, desse modo, profundamente envolvida nos sistemas de mercado regional e reagindo às mudanças que ocorrem no campo político e econômico do país.

A classificação que divide as atividades comerciais entre modernas e tradicionais, assim como já observamos, difundiu-se a partir da revolução comercial que se deu ao longo do século XX, em que se ampliaram as técnicas de venda e de gestão ao passo em que surgiam novas formas comerciais.

Ao revisar o que tem se escrito sobre uma conceituação do comércio tradicional percebemos que esse está geralmente associado a pequena dimensão das empresas de caráter

familiar; pequena quantidade de mercadorias; relação próxima entre comerciante e consumidor, entre outros fatores.

De acordo com a classificação organizada por Fernandes, et al, (2000) que apresentamos no primeiro capítulo, a feira livre seria um dos formatos do comércio tradicional. Tal classificação contribuiu ao avanço da discussão teórica sobre esse tipo de divisão das atividades comerciais, reconhecendo sua importância mais ao mesmo tempo evidenciando uma limitação para analisar as diversas complexidades existentes nos espaços comerciais que se sobrepõem ao estilismo dessa divisão reconhecida pelo próprio Fernandes.

A partir dessa conjuntura, buscamos analisar a feira livre do município de Boqueirão-PB, a partir dos aspectos socioeconômicos, como também entender as mudanças que ocorrem nesse espaço na atualidade. Buscando conhecer a relevância do espaço comercial da feira citada, enquanto espaço de sociabilidade e de consumo e analisar transformações e modernizações que ocorreram na feira livre da cidade, e seus possíveis efeitos na estruturação local.

Entendemos que tais transformações evidenciadas na feira de Boqueirão podem ser observadas como resultados de mudanças técnicas, sociais e econômicas ocorridas nas últimas décadas e que têm atuado de modo interligado, causando alterações no espaço regional e, conseqüentemente, em suas atividades de comércio e serviços. Milton Santos (1978), ao dialogar sobre as metamorfoses do espaço habitado, já nos apresentava que quando uma variável se introduz em um determinado local, ela transforma as relações preexistentes ao mesmo tempo em que estabelecem outras.

Não podemos cair do reducionismo de apenas observar as transformações destes redutos comerciais, torna-se fundamental ao âmbito da pesquisa analisar também as permanências, que de igual modo, também constituem importantes elementos para compreender as relações que se dão nesse complexo espaço de comercialização.

São notórias as transformações econômicas que ocorreram no Cariri Paraibano ao passar dos séculos. Tratando o município de Boqueirão em específico, vemos um conjunto de mudanças que vão desde a base econômica, passando por nível técnico das atividades geradoras de renda até chegar às formas comerciais e de serviços existentes no município. Dentre as explicações para entender a razão pela qual essas instituições medievais conseguem sobreviver aos impactos da modernidade e globalização, notamos a importância de suas contínuas adaptações, sejam elas referentes às normas de mercado, formas de pagamento ou estrutura social na qual está incluída. Pazera Jr (2003), ao destacar as feiras nordestinas como importantes centros de distribuição e de dinamização econômica, faz questão de ressaltar que essas instituições reagem às mudanças que ocorrem no campo político e econômico da região.

Entendemos que nas formas e funções socioespaciais que podem ser observados nas feiras nordestinas, se percebe ao mesmo tempo um contraste e coexistência do tradicional e do moderno. Salgueiro (2009), ao observar a evolução do comércio, aponta que ele é influenciado por transformações de valores da sociedade, estilo de vida e também por mudanças econômicas e espaciais.

Nesse contexto, Costa (2016), faz uma importante observação sobre a problemática da escala, tendo em vista que devemos perceber as questões que se estabelecem para a pesquisa em diversas escalas, pois a feira local não existe em desarticulação com outros municípios, regiões e estados, ou fora do contexto econômico nacional e mundial.

As formas de produzir, distribuir e consumir estão relacionadas à maneira como se comporta a sociedade. A essência do que pretendemos explicitar é que as feiras estão em ininterrupta continuação, a partir de transformações e coexistências, e que por tal razão, permanecem como importantes espaços para a economia urbana e regional. Através do estudo da sua forma atual, buscamos observar as transformações e a flexibilidade de sua estrutura para atender as novas necessidades de uma população que acompanha as modificações impostas pelo capital e que estão inseridas (desigualmente) no atual processo de globalização.

#### 4.1 TRANSPORTES

Uma das transformações mais facilmente evidenciadas nas últimas décadas que contribuíram na mudança de todo setor terciário, sobretudo nas formas de comercialização, foi aquela vivida pelo setor de transportes. Nesse sentido, em razão da modernidade, dos avanços e de sua popularização, as discussões sobre os transportes ganham relevância nos estudos associados à centralidade urbana.

A atividade comercial, mesmo diferenciando-se regionalmente através do escoamento de produções locais, sempre foi “veículo de contato e de informação sobre o mundo exterior, ao trazer aos mais recônditos cantos do planeta as novidades da produção industrial” (SALGUEIRO, 1996. p. 17).

Com esses avanços e maior facilidade ao acesso de vias e meios de transporte mais desenvolvidos, a circulação de mercadorias e também de consumidores e feirantes é ampliada. O tempo de deslocamento entre as cidades reduz de forma significativa e esses espaços passam a ser cada vez mais interligados. Para os pequenos centros essa facilidade no transporte possui vantagens (facilitação na circulação de mercadorias, integração com outros centros, ampliação da diversidade de produtos vindos de áreas mais longínquas e menor risco de desabastecimento)

e também desvantagens ao passo em que possibilita aos clientes deslocarem-se para outros centros maiores, podendo ocasionar uma redução no volume de comercialização.

Bromley (1980) trata dessa temática nos países subdesenvolvidos, mostrando que o transporte rodoviário contribuiu na redução do problema da distância, conduzindo a uma reestruturação dos sistemas de mercados internos. O autor afirma que com a facilidade e redução dos custos de transporte, os consumidores passam a frequentar de forma mais assídua os grandes centros, desprezando os menores. Em decorrência dessa situação, ele observa que os grandes centros aumentam em número e tamanho, enquanto alguns mercados menores são extintos. Em sentido semelhante, George (1971, p. 50) afirma: “A cidade tem um público consumidor diversificado e hierarquizado, que finda por centralizar muito mais os meios e equipamentos de estímulo ao consumo, com vantagem de dispor um mercado mais amplo.

Diniz (2012) aponta que com o passar do tempo a estrutura comercial tradicional se vê profundamente alterada em decorrência da expansão do capitalismo, que se apropria e, ao mesmo tempo, condiciona a função e o padrão de localização espacial das atividades comerciais em todas as suas dimensões, de modo a gerar formas espaciais de produção e consumo cada vez mais complexas.

Ainda sobre essa questão Barros (1990), observa que a procura de um centro pelos consumidores vincula-se a distância percorrida, que condiciona o preço dos transportes, de tal modo que o mais racional é que o consumidor procure a localidade central mais próxima de sua residência que atenda às suas demandas. Tal situação altera-se caso algum centro mais distante ofereça alguma atração significativa, por exemplo: significativa vantagem no preço que compense o gasto extra com transporte ou vantagens relativas à qualidade e à diversidade de produtos.

Melhorias e expansão nas vias de circulação e na difusão de veículos automotores, assim como observado por Corrêa (2001), fazem parte do processo de urbanização e centralização do capital. Tais processos, sob o prisma econômico, resultam em redução dos efeitos da distância-tempo-custo, que segundo o autor, ofuscam os pequenos centros de mercado que não possuem vantagens locais ou preços competitivos.

Basta fazer um breve resgate histórico para se perceber a estreita relação entre os meios/vias de transporte que uma localidade dispõe e sua base econômica. Pazera Jr (2003) sentencia que a facilidade de comunicação estimula as forças produtivas e o comércio.

No Brasil e na Paraíba, de modo específico, a colonização se deu inicialmente em áreas próximas ao litoral, fundamentando suas ligações através do transporte marítimo. Como já pudemos observar, os caminhos se ampliaram na medida em que se expandia o deslocamento

das boiadas para o interior. A abertura desses caminhos possibilitou o início de uma articulação intra-regional.

Em Boqueirão, assim como em inúmeras vilas, distritos e povoados pelo interior nordestino, as mercadorias chegavam ao comércio local em lombos de animais, a partir dos caminhos das boiadas abertos pelos bandeirantes. Mott (2000) explica esse cenário como decorrência de escassos e deficientes meios de transporte, tendo no gado uma mercadoria que se transportava por si mesmo, daí a importância que adquiriram as feiras de gado por vários pontos do interior do Nordeste brasileiro. Apesar da pecuária ter sido a primeira base econômica assentada sobre o território boqueiraoense, sua feira de gado não prosperou a nível regional. O comércio de gado se restringiu as exportações para maiores centros (Campina Grande e Recife) ou uma pequena comercialização em escala local na feira livre.

Costa (2016) faz uma importante ponderação ao afirmar que nessa época era fundamental a função das feiras livres enquanto distribuidoras de produtos locais, tendo em vista que naquele contexto as redes de cidades eram fracas ou quase inexistentes. Nesse período era comum que houvesse feiras não apenas nos centros urbanos, mas também nos pequenos povoados rurais que eram dependentes desses espaços comerciais para abastecimento e consumo da população que ali viviam.

Corrêa (2001) reitera que a divisão social e territorial do trabalho influencia a organização espacial da distribuição que se consolida a partir de uma massa predominantemente assalariada e na articulação entre diferentes áreas produtoras. O autor ainda sentencia que essa organização espacial proporciona um processo de articulação e integração entre as cidades, através do setor de serviços, além do comércio atacadista e varejista.

A rede urbana brasileira dispunha de uma pequena diversificação funcional de seus centros até a Segunda Guerra mundial. A partir de então, a industrialização, a modernização do campo e o surgimento de uma estratificação social levaram a uma complexificação funcional dos centros urbanos brasileiros. É sob esse contexto que a divisão territorial do trabalho se amplia no espaço nacional e contribuiu para a ampliação das articulações inter-regionais através da implantação de modernas redes de comunicação e de transporte (CORRÊA, 2001). Passa a ser indispensável que a produção seja posta em movimento, tendo em vista que “não é mais a produção que preside à circulação, mas é esta que conforma a produção” (SANTOS, 1997, p. 275).

Em escala regional, o DNOCS, ao longo do século XX, prestou importante contribuição na construção de estradas que interligavam diversas localidades no interior do estado. Essa ação facilitou significativamente o escoamento da produção (MELO, 1985).

A integração nacional se intensifica a partir da década de 1950 e com o passar dos anos os meios de transporte vão se modernizando e as vias se ampliando, essas transformações acontecem de forma concomitante as da economia brasileira e regional e alteram profundamente alguns pilares em que se assentavam o comércio local: os gêneros de produtos comercializados; a centralidade espacial e o fluxo de clientes e mercadores são algumas faces que podem ser observadas para constatar essas mudanças. Todas essas transformações, que se deram em variados níveis, bem como as adaptações da feira livre a esse novo cenário de maior interligação espacial merecem ser observados com maior nível de detalhamento para poder se compreender como esses fenômenos se expressam no espaço comercial.

Estamos inseridos em um sistema econômico no qual a circulação desempenha um papel cada vez mais significativo, de tal modo que a melhoria das estradas e dos meios de comunicação também conduz à ampliação e disseminação do estoque de capital fixo (SANTOS, 1997). Tal fato, ao que pudemos analisar, tem se expressado no sistema comercial da cidade de Boqueirão nas últimas décadas, em que há uma redução no percentual de comércios periódicos e a expansão do varejo físico.

#### **4.1.1 Transportes em dia de feira livre**

Seria impossível tratar dos transportes em dia de feira sem mencionar os antigos caminhões “pau-de-arara” ou “carros-da-feira”<sup>6</sup> (Ver Figura 15); a contribuição deles para a realização das Feiras Livres foi e é incontestável. Desde que os meios automotivos se popularizaram pelo interior nordestino, inclusive com a abertura de estradas pelas zonas rurais dos municípios, esses caminhões se constituíram em principal meio de transporte para a população que residia em áreas mais afastadas e que se dirigia à feira livre.

---

<sup>6</sup> O termo “carros-da-feira” se trata de uma denominação mais genérica que inclui além dos caminhões paus-de-arara, ônibus, camionetes e demais veículos de transporte coletivo que se dirigem a esse espaço comercial

Figura 17 - Carros Pau-de-Arara que fazem o transporte de clientes e mercadorias para a feira



Fonte: elaborado pelo autor, 2015.

De forma frequente, produtores rurais se utilizavam dos paus-de-arara para levar excedentes de produção para serem comercializados na feira. Os caminhões também eram responsáveis por transportar as mercadorias compradas nas feiras e levá-los até as residências dos agricultores que em sua maioria, não possuíam veículos automotores para fazer esse deslocamento. Esses caminhões foram os responsáveis por substituir o transporte de produtos em lombos de animais, que predominou durante décadas no interior nordestino.

Na atualidade, a proibição estabelecida por lei, associada a campanhas educativas e fiscalizações, reduziram a utilização desses caminhões para o transporte de passageiros. Apesar de ainda poderem ser visualizados exercendo essa função em dia de feira, o número atual desses caminhões é muito reduzido quando comparado há algumas décadas atrás. Devido ao risco de ter seu veículo apreendido, vários motoristas que fazem a rota entre as comunidades rurais e a feira trocaram os caminhões por ônibus, que apesar de terem capacidade de carga reduzida quando comparados àqueles, atendem a legislação do código de trânsito e proporcionam maior conforto aos passageiros.

A popularização dos automóveis e motocicletas, que se deu de forma muito incisiva nas últimas duas décadas, também alterou de forma significativa a locomoção de clientes e comerciantes. Ampliou-se o percentual dos transportes individuais em detrimento dos coletivos. Salgueiro (1996), ao aludir as consequências advindas da ampliação da posse de automóveis,

destaca a alteração dos padrões residenciais até então vigentes, dando uma nova face aos padrões de distância e centralidade.

Tal popularização faz-se notar na circulação de veículos pelo centro da cidade em dias de feira, bem superior ao fluxo dos demais dias. Uma rápida volta pelas ruas do centro da cidade, aos sábados, também nos faz constatar uma quantidade de carros estacionados muito superior à normalidade. Novamente fazemos questão de ressaltar a clareza e riqueza de detalhes com que se pode perceber as transformações socioespaciais ao estudar as feiras livres regionais.

Jesus (2009) discute que um dos principais efeitos da disseminação dos veículos automotores particulares foi a descentralização comercial. O automóvel contribui na mudança de paradigmas relacionados ao consumo, proporcionando um confortável deslocamento espacial e o transporte individual de produtos. Essas alterações contribuem para que os clientes possam abandonar os curtos e cotidianos trajetos a pé até a feira livre ou o pequeno varejo fixo característico das pequenas cidades e possa se deslocar a maiores centros para efetivar seu abastecimento pautado em novo molde (JESUS, 2009).

Em razão dessas transformações, percebemos que na atualidade a clientela oriunda da zona rural e de outros municípios que historicamente frequentavam a feira livre de Boqueirão, tornaram-se menos partícipes desse espaço comercial, por uma razão simples: muitos desses clientes dependiam exclusivamente do transporte dos “carros-da-feira” para efetuar e transportar suas compras. Esses carros que passavam por diversas comunidades e se dirigiam para à cidade de Boqueirão aos sábados tiveram um valioso papel na manutenção da centralidade desta referida feira durante décadas. A partir da disseminação e popularização do automóvel, muitas pessoas encerraram a dependência desses transportes coletivos e passaram a ter uma maior facilidade para frequentar outros centros de compra mais distantes.

Um serviço vinculado ao transporte que tem crescido consideravelmente na feira de Boqueirão, também nas últimas duas décadas, é o dos moto-taxistas. O baixo custo desse transporte faz com que vários clientes, inclusive residentes da zona urbana que antes se deslocavam a pé, dele se utilizem. Contudo, também são constantes as viagens com destino aos perímetros rurais que fazem parte da área de abrangência da feira. Percebemos que nos sábados a presença de moto-taxis no ponto próximo a feira é muito maior que o habitual. Ao entrevistar os moto-taxistas, comprovamos que é o fluxo sobe consideravelmente em dia de feira, aumentando o número de corridas e o valor arrecadado por estes. Percebemos então que a feira livre gera emprego e renda, de forma indireta, para aproximadamente 30 moto-taxistas que sobrevivem do fluxo de consumidores e mercadorias por ela estimulado.

Uma atualização muito recente, decorrência da presença de moto-táxis, é a oferta de serviço “delivery” por alguns feirantes. Eles disponibilizam número de celular ou até mesmo o contato por redes sociais como facebook e whatsapp para que o cliente possa fazer seus pedidos em sua própria residência e o feirante envia os produtos solicitados para entrega através dos moto-táxistas. Essa mudança influenciada pelas evoluções no sistema de transporte e comunicação, reflete alterações profundas no hábito de consumo. A presença do cliente no espaço de comercialização deixa de ser obrigatória, podendo-se utilizar desses artifícios. Cabe ressaltar, no entanto, que a maioria das transações realizadas nas feiras ainda está atrelada a presença do cliente e feirante nesse espaço comercial.

Chama a atenção a presença de um tipo de transporte tradicional, que já existia desde as primeiras décadas da feira: as carroças ou “carrinhos-de-mão” (Ver Figura 18). O frete de mercadorias através desse veículo movido à tração humana ainda é comum em Boqueirão e na maioria das feiras do interior do Nordeste. Porém, constatamos que a atual expressão desse transporte está relacionada com uma triste e complexa realidade da sociedade brasileira: o trabalho infantil. Se pôde observar que a maioria dos carroceiros são crianças e adolescentes, que vivem em situação de pobreza e exclusão social e que acham nesse trabalho informal um meio de garantir alguma renda, que por menor que seja, ajude na mitigação das dificuldades de sobrevivência mais imediatas da família. Essas crianças e adolescentes levam mercadorias de clientes que residem na zona urbana e que não dispõem de veículo particular, em troca pelo serviço, recebem um valor previamente combinado.

Figura 18 - Crianças carregando compras em carrinhos-de-mão



Fonte: Acervo pessoal de Paulo da Mata Monteiro, 2004.

São notórias as cristalizações e também os avanços técnicos que estão presentes no espaço comercial das feiras. Sua pluralidade e riqueza de conteúdos se faz a partir de uma dinâmica que ao mesmo tempo sobrepõe elementos do passado e absorve modernizações do presente, adaptando-os à estrutura preexistente e possibilitando novas formas e ações (COSTA, 2003).

Diante do exposto, é fundamental que entendamos que as transformações técnicas e sociais que se pôde perceber no setor de transporte não devem ser analisados de forma isolada. As modificações observadas nas pequenas cidades do Brasil não são realidades distintas e desconexas. Essas mudanças, na verdade, estão interligadas e por vezes forçam novas ressignificações no espaço geográfico. Mesmo que as diversas transformações e coexistências sejam trabalhado em tópicos separados, para fins didáticos e de aprofundamento teórico, nesse trabalho queremos destacar que fazem parte da mesma realidade socioespacial.

Com a discussão dos tópicos seguintes, além das que já pudemos observar até aqui, podemos constatar que existe uma relação direta do sistema de transporte com a dinâmica das feiras livres e suas atualizações ao avançar da história.

#### 4.2 PRODUTOS COMERCIALIZADOS E ORIGEM DA PRODUÇÃO

Uma classificação adotada por Issler (1965), que demonstra o contexto das feiras livres naquela época, as classificava em dois grupos, de acordo com a região em que ocorriam: as feiras de Zonas de Transição e as feiras de Zonas Típicas.

Naquele contexto observado por Issler, as feiras de zona de transição eram aquelas localizadas em áreas de confluência entre duas zonas geograficamente distintas, por exemplo: Zona da Mata-Brejo; Brejo-Agreste. Isso possibilitava que produtos característicos de cada uma dessas áreas fossem trocados e comercializados nas feiras desses locais. Por essa razão, as feiras desses locais apresentavam uma variedade de produtos bem mais significativa que as de outras localidades.

De acordo com Andrade (1997), a maior variedade de produtos cultivados e produzidos no Agreste nordestino possibilitou que as feiras dessa zona policultora tivessem maior desenvolvimento. Em decorrência disso é que as maiores feiras nordestinas estão localizadas na faixa agrestina: Campina Grande, Caruaru e Feira de Santana.

Já as feiras de zonas típicas eram aquelas existentes no interior de zonas geográficas bem definidas. Via de regra, comparadas às das zonas de transição eram menores e dispunham de menor variedade de produtos. O número reduzido de barracas presentes nessas feiras atendia a

população local com produtos de consumo indispensável: gêneros alimentícios, e um pequeno artesanato e confecção local. Assim, a variedade de produtos comercializados nas feiras livres estava relacionada a diversidade produtiva existente na região.

Tal divisão já não responde mais ao cenário observado na atualidade, em um contexto de globalização, desenvolvimento técnico dos meios de transporte e telecomunicações, possibilitando uma rápida interconexão entre diferentes localidades. Com tais alterações, a diferença de variedade de produtos entre as feiras livres já não obedece mais às características físico-espaciais das áreas nas quais estão inseridas.

No caso de Boqueirão, por muito tempo a feira apresentava, quase em sua totalidade, produtos regionais: basicamente gêneros alimentícios cultivados por agricultores residentes na própria região do Cariri Oriental e peças artesanais e manufaturadas elaboradas, também por artesões locais, a partir do couro, palha, barro e algodão. Sobre essa atividade, Pazera Júnior (2003) afirmou que era comum encontrar o artesão em plena atividade, fabricando os artefatos em plena feira livre.

Moreira (2012), ao analisar as formas passadas e presentes da relação sociedade-espço no Brasil, constatou que no século XX a economia brasileira passou por uma transição de agrícola-exportadora para urbana-industrial. Ainda na visão do autor, a geração de excedentes propicia uma especialização produtiva do campo e da cidade, estabelecendo uma divisão social básica de trabalho em que se apoia o desenvolvimento urbano-industrial.

É nesse contexto que se consolidam as mudanças estruturais no campo brasileiro, fazendo com que a unidade familiar camponesa tenda à especialização, efetivando-se uma divisão social de trabalho com a cidade que resulta em uma eliminação da autossuficiência de produtos agrícolas por parte do morador das zonas rurais.

Ao decorrer do século XX, e em razão da ampliação da atividade manufatureira e industrial, um intenso ritmo de produção foi imposto às cidades, resultando em mudanças estruturais nas relações comerciais. A modernização produtiva estimula uma desigual divisão do trabalho que por consequência, promove uma desigual capacidade de consumo.

Costa (2016), destaca que o avanço da industrialização e da urbanização possibilitou que o comércio e os serviços fossem transformados em razão do aumento da demanda por produção de bens materiais e, por conseguinte, elevação do consumo. Concordamos com Costa (2016) ao considerar que as feiras livres não estão isoladas no espaço e recebem influências de mudanças impostas pelas lógicas de mercado e pela organização socioeconômica mundial. Por tal razão, podemos constatar frequentes metamorfoses em seu conteúdo.

Atualmente os produtos comercializados nas feiras livres, mesmo às de áreas rurais ou pequenas cidades, não se restringem àqueles fabricados na região. Há então uma ressignificação de seus conteúdos e de suas atribuições referentes ao consumo de seus frequentadores. Ao mesmo tempo, pode-se perceber um nível de industrialização dos produtos muito mais elevado do que o da primeira metade do século passado. Hoje, podemos encontrar nas feiras brinquedos de plástico que são fabricados no continente asiático; utensílios domésticos de vidro, aço e alumínio que vêm de grandes indústrias do sudeste do Brasil; CDs e eletrônicos que possuem um maior nível de tecnologia agregado, além de alimentos importados das mais variadas regiões do país e do mundo.

Harvey (2006) nos apresenta que a transição do fordismo para a acumulação flexível fundamentada na flexibilidade dos mercados, do processo produtivo e dos padrões de consumo, possibilitando uma aceleração do ritmo da inovação do produto implicou num excedente de oferta de mercadoria disponibilizada para atrair o consumidor e concomitantemente a esse processo a expansão da propaganda ganha expressão na escala espacial. A feira livre se adapta a esse novo contexto e também amplia a variedade de produtos comercializados para manter a atração de seus consumidores.

Em parcela considerável das feiras nordestinas, assim como observou Costa (2016), os objetos modernos e criados a partir das técnicas industriais já predominam sobre a produção manufaturada ou artesanal que provém da própria região. Isso não significa que elas perderam o seu caráter regional, muito menos que existe uma tendência de eliminação da produção local, mas é inegável que elas passaram por uma reconfiguração nas últimas décadas. Esse é mais um ponto de constatação de que o moderno e o tradicional convivem concomitantemente nas feiras livres nordestinas.

Entendemos que essa constatação está relacionada ao que Corrêa (2001) chamou de fragmentação desarticulada que é característica da globalização. O autor explica que os fluxos não estão mais sistematizados e monotonicamente organizados de forma hierárquica a partir de um único padrão de rede que recubra a superfície terrestre uniformemente. Ainda de acordo com Corrêa (2001), a partir do século XIX, os fluxos têm se tornado cada vez mais densos, variados e multidirecionais. Acreditamos que essa constatação nos ajuda a entender a atual intensidade de circulação de produtos que não mais se dá na escala local, mas em nível global.

É importante mencionar a importância dos avanços nos meios técnicos que viabilizavam a mobilidade espacial e permitiram maior intercâmbio de mercadorias entre diferentes regiões. As feiras livres atuais se apresentam como locais em que elementos característicos de diferentes circuitos espaciais de produção sejam comercializados.

Ao decorrer da pesquisa, pudemos corroborar que o atual perfil do consumo nas feiras livres apresenta uma maior flexibilidade no que se refere à inovação e variedade de produtos. São adaptações para essa forma comercial continuar presente no espaço urbano. Estamos em consonância com o pensamento de Costa (2016) que nos mostra que as feiras livres se adequam às novas tendências culturais e econômicas da sociedade contemporânea.

Há concordância entre Pazera Jr (2003) e Costa (2016) ao afirmarem que esse atual perfil de consumo nas feiras exige a diversificação da produção que não necessariamente tenham identificação com a região. Contudo, fazemos questão de destacar a importância da produção regional, não apenas em fins econômicos, mas também como identitário das feiras nordestinas.

Em decorrência do que observamos na pesquisa, podemos afirmar que as feiras livres não podem mais ser analisadas ponderando apenas as características do espaço geográfico local, tendo em vista que mercadorias, clientes e feirantes que delas participam estão envolvidos em conexões mais amplas. Acreditamos que na contemporaneidade as lógicas intrínsecas às escalas local e regional têm convivido, de modo combinado e contraditório com as lógicas globais fazendo com que os pequenos centros tenham ampliado suas funções e articulações no espaço geográfico.

#### **4.2.1 Fluxos das mercadorias comercializadas na feira livre de Boqueirão**

Buscamos realizar um estudo mais detalhado que identificasse a procedência das mercadorias comercializadas na feira livre de Boqueirão e nos ajudasse a entender a rede de ligações entre a feira e outros espaços a nível regional e nacional, ou seja, a amplitude dessas redes ultrapassa as áreas nas quais elas se instalam e materializam. É necessário salientar que nesse tópico, apuramos e agrupamos dados relativos a origem da mercadoria já em fase de comercialização e não da produção propriamente dita.

Harvey (2006, p.140) argumenta que as transformações recentes do capitalismo, de maneira mais intensificada nas últimas décadas, podem ser caracterizadas “pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”.

Procuramos fazer a leitura desse processo dividindo e organizando os grupos de produtos por categoria, de modo a facilitar a exposição do tema, tendo em vista que nossa pesquisa em campo constatou uma diversificada tipologia de mercadorias.

Santos (1997) afirma que cada produto é condutor de certos fins e que esses estão relacionados com as características técnicas e organizacionais daqueles. O autor avança destacando que dentre as características técnicas e organizativas estão as do seu processo produtivo, moduladas por políticas de crédito, qualidade da informação e da assistência técnica, estocagem e transportes.

O agrupamento dos produtos nas categorias propostas pautou-se nas finalidades desses produtos, no modo produtivo e atuação dos agentes sociais que participam do processo de produção e comercialização. Em um contexto de intensas inovações e do avanço constante da técnica e da ciência no Espaço Geográfico é necessário que se analise essas metamorfoses, fato que nos estimulou a fazer um breve resgate histórico da comercialização desses produtos na feira analisada.

#### **4.2.2 Gêneros Alimentícios**

A feira livre exerce uma importância significativa na vida social das cidades, contribuindo de maneira relevante no abastecimento da população urbana e também rural no Brasil. Elas propiciam a redistribuição de gêneros alimentícios na área em que exercem centralidade. Pazera Jr (2003), afirma que as feiras brasileiras são parte integral dos padrões nacionais de produção, distribuição e consumo de gêneros alimentícios.

É notória uma alteração no quadro geral do abastecimento no decorrer das últimas décadas. As grandes redes de supermercado expandiram-se para as periferias, e devido a características como a comercialização em grande escala e altos fluxos de capitais ampliaram a competição com as formas de comércio tradicional, forçando os varejistas tradicionais a adaptar-se a essa situação.

Quanto à origem da produção comercializada na feira livre de Boqueirão, selecionamos de acordo com o grupo de produtos em áreas principais. A primeira delas foi dos gêneros alimentícios, na qual optamos aqui por iniciar destacando os produtos agrícolas e hortifrutigranjeiros.

Como podemos perceber na obra de Almeida (2012), os gêneros alimentícios comercializados no Cariri paraibano até o início do século XX, eram essencialmente aqueles produzidos no próprio município ou microrregião (milho, feijão, fava, mandioca, batata-doce, abóbora e maxixe), tendo em vista que a perecibilidade de alguns produtos do gênero e os combalidos meios de transporte daquela época não permitiam que certas mercadorias fossem trazidas de longas distâncias.

Com exceção dos gêneros cultivados na zona rural de Boqueirão e municípios circunvizinhos, podia-se encontrar na feira alguns produtos vindos do brejo da Paraíba, que atuava como “celeiro do sertão” e exportava a rapadura, a aguardente, a farinha e alguns cereais.

Hoje, ao contrário, pudemos constatar uma teia de relações comerciais que abrange uma área muito maior em razão do desenvolvimento das técnicas de produção e facilitação no transporte das mercadorias. Os cereais, para citar um exemplo, que antes resultavam da produção regional, atualmente chegam a Boqueirão advindos de diversos outros centros abastecedores, tais como Campina Grande (PB), Caruaru (PE) Lajedo (PE), São João (PE), Arapiraca (AL), Lagoa Seca (PB), Irecê (BA), Sapé (PB), além, claro, dos produtos locais que continuam a ser cultivados na região.

Josué de Castro, no clássico “Geografia da Fome”, publicado originalmente em meados do século XX, já destacava como uma falha visível da alimentação do sertanejo a pobreza e irregularidade em que as frutas participam do seu regime alimentício habitual. Os brejos, dispondo de melhores condições de solo e de clima, eram os centros fornecedores de frutas no sertão. Mas assim como destacado por Castro (1980), as laranjas, as mangas e as bananas que tais zonas mandavam às feiras sertanejas, via de regra, eram caras e de má qualidade.

Analisando a produção hortifrutigranjeira em municípios do Cariri Paraibano, Melo (1985) percebeu que em época anterior ao início da atividade irrigada no município o cultivo desses gêneros era restrito a poucas faixas de terra, com técnicas rudimentares e com uma pequena produção sazonal que se comercializava na feira do próprio município.

A partir da construção do açude Epitácio Pessoa e o uso desse manancial para o cultivo de uma produção irrigada, conjuntamente com o desenvolvimento das vias de transporte, há uma impactante ampliação na variedade e no volume dos gêneros comercializados na feira de Boqueirão. Só a partir do início dos plantios irrigados que frutas e verduras passam a ter uma presença constante nas feiras semanais, e culturas já mencionadas, como banana, tomate, pimentão, feijão, maracujá, alface, mamão, goiaba e milho, dentre outros, passam a fazer parte da mesa dos consumidores.

Através dos dados obtidos em pesquisa anterior (TAVARES, 2014), pudemos constatar que a origem de grande parcela desses produtos é a Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas em Campina Grande (EMPASA-CG), além é claro, da produção local de diversos produtos desse gênero que se desenvolvia pela irrigação às margens do açude Epitácio Pessoa, grande reservatório d’água paraibano, localizado no mesmo município. Refazendo a pesquisa na atualidade, não encontramos produtos advindos do açude Epitácio Pessoa, tendo

em vista que em razão dos baixos índices pluviométricos a irrigação foi proibida para garantir o abastecimento humano de água potável<sup>7</sup>.

Naquele instante nos chamou atenção que alguns comerciantes buscavam, na EMPASA, produtos que eram comumente plantados as margens do açude e que possivelmente tiveram origem no mesmo açude, sendo levados à EMPASA por atravessadores. Tal situação talvez possa ser esclarecida através do fato que alguns irrigantes preferiam vender sua produção em grande escala, muitas vezes, firmando acordo com mercadores ligados a fluxos de capital maiores, dificultando assim o acesso dos pequenos comerciantes e feirantes. Vale ressaltar que apesar de Boqueirão figurar, àquela época, entre os principais produtores agrícolas do estado, a feira local não possuía destaque a nível estadual na comercialização desses produtos.

É perceptível que as feiras livres regionais contam com a participação ativa e contínua de agricultores que produzem gêneros alimentícios em pequena escala. A participação desses difere-se e subdivide-se: alguns acumulam a função de feirante e mercadejam os produtos produzidos pelos próprios; outros, apenas repassam esses artigos para intermediários; além, é claro, de uma participação que geralmente é comum a todos os agricultores, que é a de adquirirem gêneros dos quais não são produtores. Tal situação comprova que as feiras exercem um importante papel de ligação na relação campo-cidade.

Esse cenário se reproduz de maneira semelhante em diversas outras feiras nordestinas e de outras regiões do Brasil. Ao analisar os conteúdos e funções das feiras do sul do Brasil, a partir da feira de Pelotas – RS, Godoy (2005) observa que os feirantes, mesmo aqueles não produtores de hortifrutigranjeiros, desempenham um papel fundamental no abastecimento da cidade, proporcionando oferta de produtos de qualidade e a um preço acessível ao consumidor menos abastado.

Ao decorrer de nossa pesquisa se fez perceptível que em Boqueirão, os feirantes, em sua maioria, não acumulam as funções de plantadores ou irrigantes, exercendo apenas a comercialização de tais produtos, que são adquiridos por eles através dos atravessadores da EMPASA – CG ou diretamente dos irrigantes do açude Epitácio Pessoa.

Assim como já pudemos discutir ao longo do segundo capítulo, em épocas em que o reservatório Epitácio Pessoa se encontra com nível de água suficiente para que a irrigação seja autorizada, Boqueirão torna-se um “oásis” do semiárido nordestino, tornando-se um dos

---

<sup>7</sup> Optamos nesse trabalho por dar ênfase aos dados de 2014, tendo em vista que a seca que vivencia a região é cíclica e que há a tendência que Boqueirão volte a ser um dos maiores produtores agrícolas do estado da Paraíba.

maiores produtores de hortifrútiis do estado da Paraíba. Contudo, essa rica produção local não escoava diretamente através da feira livre.

Nos chamou atenção que alguns comerciantes buscam, na EMPASA-CG, produtos que são comumente plantados às margens do açude e que possivelmente tem origem no mesmo açude, sendo levados a EMPASA por atravessadores. Tal situação talvez possa ser esclarecida através do fato que alguns irrigantes preferem vender sua produção em grande escala, muitas vezes, firmando acordo com mercadores ligados a fluxos de capital maiores, dificultando assim o acesso dos pequenos comerciantes e feirantes.

Ao tentar identificar os fluxos de comercialização dos produtos cultivados às margens do açude Epitácio Pessoa, Melo (1985) já destacava que a maior parcela dessa produção era vendida nas propriedades para intermediários que destinavam esses gêneros para centros de revenda em metrópoles e grandes centros. Apenas uma parcela diminuta dessa produção era destinada diretamente para a venda na feira de Boqueirão.

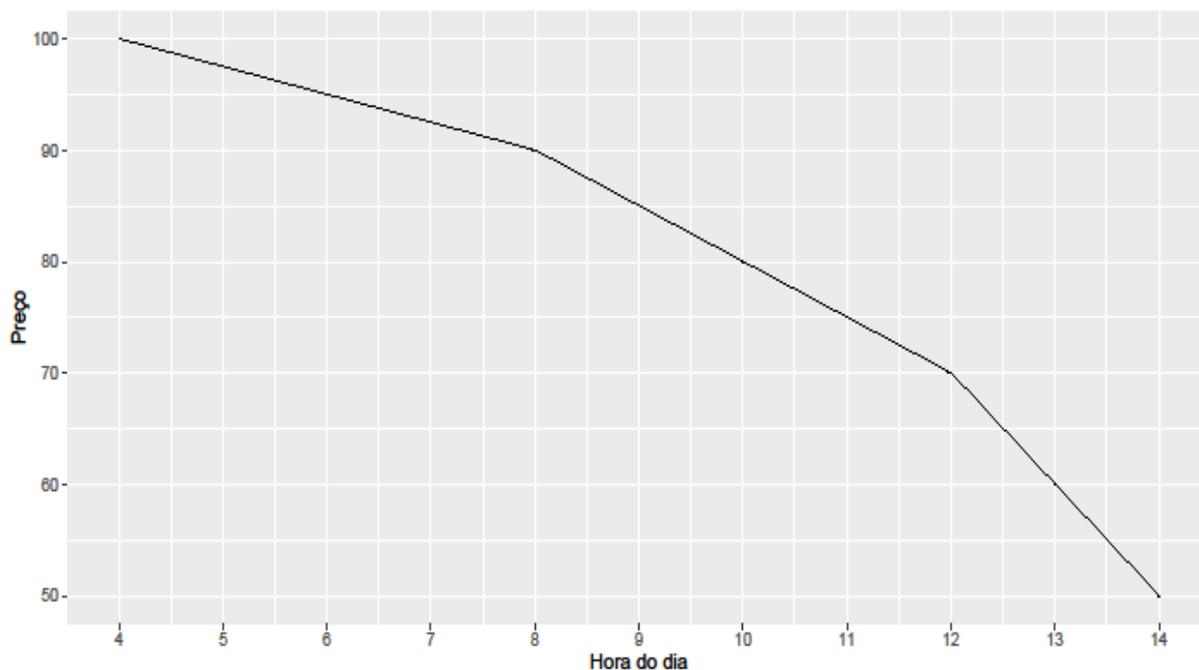
O grande poder gerado a partir do capital que os grandes atacadistas e intermediários exercem sobre a estrutura de comercialização e no controle de preço são razões que a autora encontrou para explicar essa situação. Ela considera que a intermediação é um dos maiores problemas enfrentados pelos pequenos produtores caririzeiros e que a presença de cooperativas poderia estimular a comercialização desses produtos de modo a garantir maior disseminação da renda no próprio município. Em muitos casos há uma submissão econômica que faz com que os plantadores dependam de crédito para efetivar suas plantações e uma das formas encontradas para esse auxílio financeiro é vender a plantação ainda “na folha” para os intermediários ou grandes atacadistas que ofertam esse crédito.

Àquela época Melo (1985) já destacava que a ausência de uma estrutura de comercialização eficiente para esses produtos hortifrutigranjeiros poderia ser considerada um dos maiores problemas para o abastecimento interno. Vemos hoje, após três décadas dessa constatação que pouco foi viabilizado no sentido de mudar esse cenário e que a comercialização desses produtos no município está aquém do seu potencial.

Uma característica marcante das feiras livres em um sistema tradicional, mas que permanecem até hoje é a da ausência de técnicas de armazenagem adequadas para assegurar a qualidade das verduras, legumes e frutas comercializadas nesse espaço. Essa conjuntura não permite que os feirantes armazenem seus produtos em grandes quantidades. Os vendedores de produtos perecíveis, utilizam-se então de uma estratégia para mitigar os prejuízos com eventuais sobras de seus produtos passando a reduzir o preço de acordo com o tempo e

qualidade do produto que permanece encalhado nas bancas. Sobre essa situação, analisemos o gráfico abaixo.

Figura 19 - Gráfico dos preços dos produtos perecíveis X Tempo de exposição



Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

A linha dos preços expõe a porcentagem do valor que o produto é vendido, tendo por base seu preço máximo ao decorrer do dia. Nas primeiras horas da madrugada os fregueses possuem uma maior variedade de escolha e conseguem adquirir os produtos de melhor qualidade. Ao decorrer das horas é possível se notar uma queda na qualidade dos produtos que vão sobrando nas bancas e conseqüentemente, uma redução nos preços desses produtos, que chega a ser comercializado por 50% do valor inicial. Tal ação é uma estratégia dos feirantes que permite uma redução em suas perdas.

Com isso percebe-se uma distinção social dos clientes de acordo com o horário de compra: a população com menor poder aquisitivo opta por fazer suas compras no horário que consiga adquirir os produtos por um preço menor, enquanto que as classes mais abastadas usufruem da maior qualidade dos gêneros comercializados nas primeiras horas da manhã. Dessa forma podemos perceber, assim como já afirmava Santos em (1979) que as diferenças de consumo não são apenas quantitativas, mas também qualitativas, em razão das significativas diferenças de renda.

### 4.2.3 Laticínios, carnes e peixes

Castro (1980), ao apontar os hábitos alimentícios dos sertanejos na primeira metade do século XX, demonstrou que os laticínios estavam entre os produtos mais presentes na dieta dessa população. Aquela época, podia-se destacar o consumo do leite in natura, da manteiga caseira e do queijo de coalha, produtos regionais facilmente encontrados nas feiras nordestinas até nos dias atuais. O autor constatou que em nenhuma outra zona do país, mesmo onde os rebanhos de gado eram mais abundantes, o leite constituía um alimento tão constante como no Nordeste pastoril.

Na constatação de Castro, havia uma influência significativa para essa conjuntura: a quase inexistência de comunicações com as grandes cidades do litoral no Nordeste, que contribuiu para afastar o leite sertanejo dos mercados urbanos e possibilitando que ficasse disponível para o consumo local.

Atualmente se percebe uma variedade maior de produtos laticínios, não ficando restrito a produção regional típica. O nível de industrialização também aumentou: hoje é comum se encontrar na feira uma gigantesca variedade de queijos de outras regiões do Brasil e do mundo; Iogurtes fabricados na própria microrregião do Cariri Oriental e também vindos do centro-sul do país; o leite industrializado e conhecido como “leite longa vida” passa a responder a uma demanda crescente no mercado, substituindo a produção local. Todas essas constatações corroboram, como já afirmamos, com as constantes transformações vivenciadas na sociedade brasileira nas últimas décadas.

Mudanças semelhantes acontecem com a comercialização de carnes e peixes. Novamente recorrendo a Castro (1980), vemos que as carnes que constituíam a maior parcela do consumo na região eram as de boi, carneiro e, principalmente, a de cabrito.

Após o abatimento, a carne era comercializada fresca no mesmo dia ou secada ao sol e ao vento, que naquela época se constituía no método mais usual para conservação da carne nessa região (Ver Figura 20). Assim que se dava o preparo da famosa carne-de-sol, através de um primitivo dos processos de desidratação, mas que dava resultado satisfatório em decorrência do clima com pouca umidade atmosférica (CASTRO, 1980).

Figura 20 - Comercialização da carne sem instrumentos de refrigeração



Fonte: Monteiro, 1998.

O surgimento e popularização dos equipamentos refrigeradores trouxeram novos paradigmas para comercialização das carnes e frios, pois permitiu que se armazenasse esses produtos perecíveis por tempos mais longos. Atualmente a carne comercializada na feira de Boqueirão não é mais apenas aquela que vem do matadouro municipal, no qual o gado destinado ao abate é procedente de fazendas localizadas no próprio município.

Conjuntamente as abatidas localmente, pudemos perceber nas observações feitas ao decorrer de nossa pesquisa que parte considerável das carnes vendidas na feira tem origem em outras regiões do Brasil. Esses produtos importados de outras áreas não se restringem aqueles industrializados mais populares (linguiça, salsicha, presunto, etc.), mas também a produtos tipicamente regionais como a charque, que provém em sua maioria dos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, sendo adquiridos por distribuidores de grandes empresas.

Já os peixes comercializados na feira, continuam sendo, em maior parcela, produtos locais que atualmente são pescados no açude Epitácio Pessoa, embora seja significativa a presença de pescados de outras áreas do Brasil e do mundo. Antes da construção desse reservatório, se contava com os peixes capturados no Rio Paraíba, em suas épocas de cheia.

Em um sistema tradicional, com meios e vias de transportes lentas e que também não contava com sistemas de refrigeração, já existia nas feiras peixes importados do litoral do estado e de outras áreas do globo. Nessa época, contava-se com a técnica da salga, para conservar esses

produtos durante o longo período em que se dava o seu traslado. Na época atual, pudemos constatar que essa técnica caiu em desuso em decorrência da difusão dos sistemas de refrigeração.

#### **4.2.4 Biscoitos e guloseimas**

No Nordeste brasileiro, a comercialização de alguns gêneros alimentícios está intimamente ligada ao espaço das feiras livres: bolo de goma, sorda preta, goma de tapioca, beiju, tareco, mariola, rapadura, dentre tantos outros produtos que fazem parte da cultura nordestina e que tem perdido espaço na dieta da população urbana para os produtos industrializados. Aqueles produtos, não encontram a mesma facilidade de entrada no setor formal, como por exemplo, nas redes de supermercado.

Com isso, a feira livre garante o abastecimento e a continuação da existência desses costumes alimentares mais tradicionais, mesmo com a sociedade consumindo cada vez mais produtos industrializados. Existem, porém, adaptações no cenário atual e os feirantes passam a dispor de uma variedade maior desse gênero de produtos, nota-se a proliferação de industrializados nas bancas, de modo a responder a um cenário de globalização de hábitos e costumes alimentares.

#### **4.2.5 Plantas e animais**

Ao decorrer da pesquisa, encontramos a venda de animais vivos e plantas na feira livre. Optamos então por classificá-los em uma categoria única que agrupa vários tipos de animais, tais como: aves vivas, caprinos, suínos e rebanho bovino, além das plantas.

No município de Boqueirão nunca se realizou as tradicionais Feiras de Gado do Nordeste, mesmo na época em que sua base econômica estava assentada na pecuária, mas mesmo assim a troca de animais vivos em pequena escala sempre existiu no interior dessa feira e continua presente na atualidade.

Pazera Jr (2003), analisando outra feira no interior da Paraíba, mostra que a expansão das rodovias possibilitou que o gado vivo deixasse de ser comercializado na feira, passando a ser comercializado somente como produto final para consumo. Uma observação pertinente que Pazera Jr encontrou em Itabaiana e que pudemos perceber que também se aplica no caso de Boqueirão é que atualmente o gado (sobretudo o bovino) não é mais comercializado na feira em sua presença física. Esse cenário não impede a compra e venda desses animais nesse espaço,

mas fica clara uma ressignificação de suas funções e a feira passa a ser, no cenário atual, um ponto de encontro dos fazendeiros efetivarem suas negociações.

Gados de menor porte, como os caprinos e suínos ainda aparecem na feira e são comercializados em pequena quantidade nas primeiras horas da manhã. É comum ver pequenos rebanhos amarrados em postes de energia que ladeiam a feira. Essa forma de comercialização expressa um dos simbolismos mais tradicionais da feira, na qual ainda existe a troca de um animal por outro, em um sistema de transação que por algumas vezes, não se utiliza moeda. Testemunhamos negociações em que criadores levam um animal pronto para o abate e trocam por dois que ainda estão em processo de crescimento, em um processo de escambo, comum desde o início do assentamento humano no interior do sertão nordestino. Esses produtos continuam sendo originários da própria microrregião do Cariri Oriental.

Também existe, mesmo que em pequena quantidade, a venda de plantas frutíferas e ornamentais advindas de Campina Grande e Orobó – PE, muitas dessas plantas sendo exógenas do bioma da Caatinga, mas que conseguem se adaptar nessa região. É um tipo de produto de comercialização recente na feira que nos faz corroborar o entendimento de que na atualidade se pode encontrar uma variedade de produtos bem mais significativa nas feiras nordestinas.

#### **4.2.6 Produtos artesanais**

Os produtos artesanais são aqueles produzidos por pessoas que expressam sua arte manualmente. Esses objetos geralmente expressam elementos tradicionais da região e dos locais em que são feitos. De acordo com Gonçalves (2009), a produção artesanal da Região Nordeste se constituiu, durante muitos anos, como alternativa de sobrevivência e fonte de geração de renda para trabalhadores que utilizam suas habilidades para manuseio de materiais na criação de objetos de usos pessoais.

Vale recorrer aqui a observação de Santos (1997, p. 250), ao nos mostrar que:

Em muitos dos países, chamados atrasados, onde o processo de modernização foi tardio, as gerações se sucederam transmitindo modos de vida baseadas em atividades produtivas, relações de trabalho e formas de consumo cujo fundamento era buscado na sua própria história. Mesmo quando uma parte da produção era exportada e uma parcela do consumo importada, isso se dava sem alterações fundamentais ou substanciais nos mecanismos sociais.

Segundo Costa (2016), historicamente o artesanato esteve atrelado à pecuária e à extração de vegetais desde as raízes do período colonial. Ela ainda nos mostra que esse

tradicional meio produtivo passa por mudanças na atualidade, com relação aos fins de sua utilização. Ou seja, a razão de sua comercialização que era fundamentalmente a função de uso pessoal do produto passa a abranger também uma funcionalidade ornamental.

Cresce então a utilização de utensílios artesanais típicos da Região Nordeste como adornos de ambientes, enfeites, com o objetivo de valorizar o “rústico” ou enaltecer a cultura regional. A partir dessas novas funções e novos usos se constata que o crescimento da venda do artesanato possui íntima relação com as transformações no ambiente urbano.

Mesmo tendo-se adicionado essa funcionalidade ornamental, todos os produtos artesanais comercializados na feira livre continuam sendo utilizados (mesmo que em menor quantidade, tendo em vista que a revolução do consumo e o aumento da produção industrial ocasionaram uma redução da atividade artesanal) nas finalidades originais para as quais foram criados. Isso significa que mesmo com a disseminação dos produtos manufaturados, a população nordestina continua, em grande parcela, utilizando os produtos artesanais típicos da região, preservando costumes tradicionais.

Um fato significativo a se observar é que o gênero de produtos artesanais é o grupo em que se pode perceber a maior presença de produtos oriundos do Cariri Paraibano. O artesanato desenvolvido nos municípios que compõem essa região é uma atividade que permite uma forte integração com as vertentes culturais dessas localidades.

As peças artesanais produzidas no Cariri Paraibano são confeccionadas a partir de matérias-primas existentes na região. Podemos dar ênfase as peças de couro caprino e ovino, algodão, sisal e palha.

O município de Boqueirão, especificamente, tem grande destaque na área do artesanato na produção de tapetes e redes para dormir. Essa é inclusive uma das bases econômicas do município na atualidade. Constatamos que mesmo estando entre os maiores produtores de redes e tapetes no estado da Paraíba, não há um destaque na comercialização desses produtos na feira livre, justamente em razão de que a maior parte dessa produção faz parte da base econômica destinada à exportação para outros municípios do Estado e do Brasil.

De acordo com Richardson (1969), o sustentáculo da teoria da base econômica regional é a ideia de que o principal fator determinante no nível geral de atividade de uma região está relacionado a uma demanda externa à região.

A teoria da base econômica classifica as atividades de uma região em dois tipos: atividades básicas, que se referem àquelas voltadas a um mercado externo, ou seja, destinadas a exportação e que independem do nível da renda interna; o outro tipo é o das atividades não básicas, que estão relacionadas à produção de bens e serviços voltados ao mercado de consumo

interno, ou seja, correspondem aos produtos regionais consumidos pela população residente, dentre essas atividades, podemos destacar o pequeno comércio e os serviços básicos que respondem as necessidades elementares de consumo da população local. (SOUZA, 1980).

Em outras palavras, a teoria da base econômica julga que as atividades da base, que se voltam para além das fronteiras da região, desempenham uma atribuição significativa no desenvolvimento de um município ou região. Assim, o entendimento destacado dessa teoria é o de que o aumento da produção das atividades voltadas à base exerceria um efeito multiplicador sobre as atividades não básicas. Como pudemos observar no capítulo anterior, as atuais bases econômicas de Boqueirão, além do artesanato, são a agricultura irrigada e pesca praticada no açude Epitácio Pessoa. Essas atividades, inequivocamente acabam estimulando o comércio local em razão do volume de renda que ofertam para os municípios.

Voltando a observar os produtos artesanais, percebe-se que os objetos de palha, tais como chapéus, abanos, cangalhas, dentre outros que são característicos de sociedades rurais, continuam a ser comercializados nessa feira e são oriundos de uma produção nos municípios da própria região e de Juripiranga –PB, município divisa com o estado de Pernambuco e destaque estadual na produção desses artefatos.

Artefatos que tem como a matéria prima o agave (sisal) tais como vassouras e espanadores são adquiridos através de produtores das microrregiões do Cariri Oriental e do Curimataú da Paraíba.

A última tipologia em que agrupamos os produtos artesanais é o dos artefatos em couro (arreios, celas, amarras de chocalho, chapéus, sandálias, etc.) que assim como pudemos discutir no capítulo anterior, fazem parte do cotidiano do sertanejo exatamente por sua relação com a atividade pecuária que esteve presente desde o início da ocupação da região.

Quase que a totalidade de artefatos em couro comercializados na feira livre de Boqueirão advém do município de Cabaceiras que tem desenvolvido sua atividade coureira desde o século XIX de forma artesanal e que atualmente é destaque nacional pela qualidade dos seus produtos e pela preocupação ambiental envolta na fabricação desses objetos.

Pelo exíguo tempo de pesquisa não pudemos constatar in loco a fabricação da maioria desses produtos artesanais que são comercializados na feira, mas através de uma percepção ainda inicial e das informações coletadas, observamos que a produção artesanal continua a ser uma fonte de renda para diversas famílias residentes na zona rural da região, tal constatação torna-se importante pois nos permite entender a funcionalidade mercantil que as feiras e o pequeno comércio exerce, direta ou indiretamente na racionalidade de sobrevivência de muitos trabalhadores na atualidade.

#### 4.2.7 Produtos manufaturados

Um quarto grupo de produtos, e mais abrangente, é o dos artigos manufaturados, correspondendo aos produtos de bens duráveis e semiduráveis, confeccionados com alguma técnica que utiliza máquinas ou processo semelhante (que incluem artigos para o lar, para o campo, cosméticos, eletrônicos, etc.). Percebemos que este grupo tem origem em dois principais centros: A feira de Campina Grande-PB e a feira de Caruaru-PE, que são duas das principais feiras de distribuição nordestinas, e que por razões já discutidas, localizam-se nas áreas de transição entre o litoral e o sertão. Por fornecerem grandes quantidades de mercadorias para feiras rurais e urbanas, também são caracterizadas como feiras de atacado. Percebemos assim, a influência que tais centros de comercialização de caráter regional exercem na feira livre de Boqueirão.

Quanto a origem dos produtos de vestuário e tecidos, fica clara a influência do estado vizinho, Pernambuco, de onde advém praticamente a totalidade dos produtos comercializados na feira livre. Destacam-se as cidades de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, importantes polos de confecções, assim como nos é apresentado por Costa:

Desenvolve-se no estado de Pernambuco entre as cidades de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru um verdadeiro circuito especializado no ramo de confecções, com destaque para os “fábricas”, que se caracterizam pelo que SANTOS [...] classifica como circuito superior marginal, porém, capazes de atender nichos de mercados específicos, criar centenas de empregos e até os “novos ricos”, que em tais cidades se sobressaem pelo luxo de suas residências (COSTA, 2003, p.136).

Vemos então, certa diversidade na origem de produtos, de acordo com suas características e das potencialidades das regiões produtoras. Outro fator importante a ressaltar é que a feira de Boqueirão ao mesmo tempo é emissora e receptora de influências inter e intraurbana. Ela é claramente influenciada por outras feiras livres como a de Campina Grande e Caruaru, que através do seu caráter regional, exercem uma influência interurbana.

A figura do alfaiate desapareceu da feira livre de Boqueirão a partir da comercialização em massa desse tipo de produtos. Em um sistema tradicional presente até meados do século XX, alfaiates prestavam serviços semanalmente ou quinzenalmente nas pequenas cidades que não dispunham de renda e mercado suficiente para garantir sua fixação nesses lugarejos, exatamente nos dias de feira. Eles eram os responsáveis pela comercialização de tecidos e algumas roupas encomendadas pela população que frequentava a feira.

Em um cenário de baixa renda e conseqüentemente reduzida capacidade de consumo, a população do Cariri Paraibano concentrava a maior parcela de sua renda no consumo de gêneros de primeira necessidade, reduzindo a procura por vestuários. Os padrões de moda fundamentados em um intenso marketing também eram inexpressivos nessa região àquela época. Esse cenário não favorecia a existência de um comércio de tecidos fixo nas pequenas cidades interioranas.

O comércio de produtos mais sofisticado, com base nos padrões daquela época (tecidos, joias, perfumes, porcelanato, etc.) era praticado de forma itinerante por caixeiros viajantes, que adentravam pelos sertões à busca de freguesia. (COSTA, 2003).

Se antes eram raras as bancas que comercializavam tecidos e peças de vestuário na feira de Boqueirão, atualmente pudemos constatar que este é um dos maiores setores dentro desse espaço comercial. Costa (2016) faz uma análise muito pertinente de um cenário semelhante visualizado por ela em feiras do estado do Ceará, demonstrando que a boa divulgação e atualização das tendências da moda estimulam o desejo de compra desses produtos. George (1971) já ressaltava que os produtos industriais passaram a conquistar uma parcela cada vez maior nos orçamentos individuais e coletivos da sociedade, alterando, por conseguinte, a dinâmica comercial.

Silveira (2011), discutindo os circuitos da economia urbana na cidade contemporânea, propõe que a intensificação das estratégias de marketing tem estimulado que os produtos se tornem sinônimos de desejo. Nesse sentido, o circuito inferior tem se adaptado de modo a buscar as vantagens comerciais desse novo estilo de vida acentuado pela globalização do capital.

Quando observamos o setor de vestuários na feira de Boqueirão pudemos nos deparar com peças e modelos copiados de grandes e famosas marcas de grife nacionais e internacionais. Baseados nos pensamentos de Silveira (2011) e Costa (2016), relacionados com a realidade local que observamos na pesquisa, entendemos que essa é uma das estratégias utilizadas pelos comerciantes do circuito inferior para ampliar a venda dos produtos, tendo em vista que a classe de menor poder aquisitivo também busca adquirir novos produtos para satisfazer suas necessidades de consumo e encontra nas feiras livres produtos que são condizentes com a sua faixa de renda.

Neste processo eleva-se a variedade de produtos vendidos nas feiras para agradar ao consumidor e os feirantes passam a contar com estoque constantemente renovado e se apropriam da força das mídias para atualizar seu acervo de produtos com os modelos mais procurados pela clientela, em razão dessa nova lógica de consumo em massa.

Ainda tratando de produtos manufaturados, vemos uma origem coincidente entre alguns tipos de produtos. Os dados de nossa pesquisa apontam que os brinquedos, os produtos eletrônicos e os acessórios para o lar comercializados na feira de Boqueirão são adquiridos nas duas maiores feiras do nordeste brasileiro: Campina Grande - PB e Caruaru – PE, esses centros abrigam duas das principais e escassas feiras de atacado que estão em funcionamento na atualidade em todo território brasileiro. Percebemos assim, a influência que tais feiras, de caráter regional, exercem na feira livre de Boqueirão.

Um setor ainda incipiente na feira de Boqueirão é o da perfumaria, vendedores de perfumes e cosméticos têm encontrado nas feiras um espaço para comercializar os produtos adquiridos através das distribuidoras nacionais das maiores redes: Natura, Avon e Boticário. Nesse caso em específico, os feirantes não se deslocam para comprar as mercadorias que comercializam. Os pedidos, assim como o de todos revendedores dessas marcas de produtos, são feitos por catálogos e internet e enviados para suas casas através de transportadoras que trabalham para essas empresas.

Esse é um cenário que até poucas décadas atrás era inimaginável e que só é viável atualmente pelos avanços que estimularam a logística no espaço brasileiro. Tais produtos, até poucas décadas, eram comercializados de forma esporádica pelos viajantes que adentravam as pequenas vilas no interior do sertão e tinham um público restrito, de pessoas mais abastadas financeiramente.

Outro setor que tem tido um crescimento inegável é o de calçados. Mesmo sendo um produto comercializado na feira a muito tempo, se nota alterações nesse processo: Em primeiro lugar, os calçados que são vendidos nas feiras nordestinas, em sua maior parte não são mais produtos artesanais, trabalhados por curtidores do couro na própria região. Eles passaram a ser produtos manufaturados que são produzidos em diversas localidades do globo. As famosas “alpargatas”, típicas do nordestino dos séculos passados, têm sido substituídas por produtos de grandes marcas mundiais, que desenvolvem uma diversa gama de produtos e apostam no marketing para popularizá-los.

Pelo observado, atualmente os calçados comercializados na feira de Boqueirão são adquiridos na Feira de Campina Grande ou diretamente nas indústrias, através de representantes e distribuidores de Campina Grande, Patos e Juazeiro do Norte.

O último tipo de produtos observados trata dos artigos para o campo, que refletem de forma muito notória as adaptações a um meio técnico-científico-informacional. Os artigos direcionados para os produtores rurais, que até bem pouco tempo eram constituídos de

elementos rústicos e tradicionais na região incorporaram os avanços técnicos e científicos promovidos pela humanidade de modo muito incisivo a partir da Segunda Guerra Mundial.

Elias (2011) aponta que a agropecuária passou por uma reestruturação produtiva que criou demandas até então inexistentes nas áreas de difusão do agronegócio. Ainda segundo a autora, a expansão dessa demanda estimulou o crescimento de um conjunto de atividades comerciais e serviços especializados.

Passa a ser perceptível que a difusão do agronegócio contribui na ampliação do setor de comércio e de serviços, especialmente no circuito superior (ELIAS, 2011). Nesse cenário de modernização das técnicas e insumos agrícolas, os pequenos comerciantes não conseguem contar com os aportes financeiros necessários para comercialização desses produtos. Esse cenário nos ajuda a explicar uma constatação: o número de barracas na feira livre e no mercado público que vendem artigos para o campo reduziu significativamente nas últimas três décadas, de acordo com relatos que colhemos com os feirantes que estão a mais tempo nesse espaço comercial.

Em razão da disseminação de técnicas e insumos modernos que aglutinam um significativo valor, os produtos para o campo passam a ser comercializados em grandes armazéns e cooperativas no centro da cidade. Ao mesmo passo, os objetos técnicos mais rudimentares e que tradicionalmente eram utilizados pelo pequeno produtor rural passam a ser menos procurados, inclusive por razão do êxodo rural que reduz de forma significativa o número de agricultores assentados nas áreas rurais do município.

#### **4.2.8 Síntese dos Fluxos**

Em nossa pesquisa buscamos conhecer as interações geográficas que são materializadas através da aquisição desses produtos que são comercializados na feira de Boqueirão. Novamente ressaltamos que os dados obtidos expressam a origem da mercadoria já em fase de comercialização e não propriamente da origem da produção, embora saibamos que em diversos casos essas origens são coincidentes. Para facilitar a leitura os dados, organizamos na figura a seguir:

Figura 21 – Quadro dos produtos comercializados na Feira Libre de Boqueirão - PB

CATEGORIA	PRODUTO	LOCAIS DE COMPRA
Manufaturados	Vestuário e Tecidos	Santa Cruz do Capibaribe – PE; Toritama- PE; e uma pequena produção do município de Boqueirão
	Perfumaria	Distribuidoras nacionais das maiores redes: Natura, Avon e Boticário
	Brinquedos	Feiras de Campina Grande e Caruaru
	Calçados	Feira de Campina; Representantes e distribuidores de Campina Grande, Patos e Juazeiro do Norte.
	Eletrônicos	Feiras de Caruaru e Campina Grande.
	Acessórios para o lar	Feiras de Caruaru e Campina Grande.
	Acessórios para o campo	Feiras de Caruaru e Campina Grande; Municípios das microrregiões do Cariri e Seridó paraibano.
Alimentos	Hortifrutigranjeiros	EMPASA – CG; Áreas irrigadas do açude Epitácio Pessoa e Zona Rural de

		Boqueirão e municípios circunvizinhos.
	Cereais	Campina Grande(PB), Caruaru (PE), Lajedo (PE), São João (PE), Arapiraca (AL), Lagoa Seca (PB), Irecê (BA), Sapé(PB), Produtos locais (Boqueirão, Cabaceiras e Floresta de Barra de São Miguel)
	Laticínios	Zona Rural de Boqueirão e municípios circunvizinhos; Indústrias paraibanas e centros de distribuição de indústrias nacionais.
	Peixes	Praias do litoral. da Paraíba; Açude Epitácio Pessoa e distribuidoras nacionais.
	Carnes	Abatedouro municipal; Redes frigoríficas estaduais e nacionais.
	Biscoitos e guloseimas	Padarias locais; Distribuidoras de indústrias estaduais e nacionais.
Plantas e animais	Gado Caprino, bovino e suíno.	Municípios da microrregião do Cariri Oriental.
	Aves	Municípios da microrregião do Cariri Oriental.
	Plantas	Campina Grande e Orobó-PE.
Artesanatos	Artigos em couro	Município de Cabaceiras
	Objetos de palha	Municípios da microrregião do Cariri Oriental e do

		município de Juripiranga – PB.
	Objetos de agave	Municípios das microrregiões do Cariri Oriental e Curimataú do estado da Paraíba
	Redes e tapetes	Município de Boqueirão
	Bordados e rendas	Município de Boqueirão

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Podemos perceber a partir dos dados compilados na tabela, através de pesquisa empírica e das discussões teóricas realizadas até aqui que se passou a ter uma maior amplitude no que se refere a circulação de produtos adquiridos e que tal processo cria uma outra configuração de consumo com a difusão de outras centralidades intraurbanas. Através das constatações de nossa pesquisa corroboramos com a proposição de Santos (1997, p. 230) ao afirmar que “os fluxos internos e os fluxos externos reunidos encontram uma superfície de operação e influência mais extensa que a de cada agente” e que, portanto, é necessário se observar o sistema espacial de qual somos partícipes.

Em outra passagem da mesma obra, Santos (1997) ressalta que as transformações nas vias de transporte e comunicações, na estrutura produtiva, nos hábitos de consumo, nas relações de trabalho, dentre tantas outras que tem se materializado no Espaço Geográfico exercem efeitos cumulativos e acelerados na economia e no território.

Nas feiras livres contemporâneas os produtos comercializados não se restringem aqueles que compõem as bases produtivas da região (Ver Figura 22). Existe hoje uma diversidade significativa de produtos: vestuários, brinquedos industrializados, produtos eletrônicos e com alto grau de sofisticação tecnológica que se comercializam com produtos tradicionais e rudimentares característicos da própria região. Essa variedade e multiplicidade de produtos também se torna um dos atrativos das feiras e uma de suas estratégias para sobreviver a competição com novas formas de comercialização.



incidência da produção local e as alterações no perfil dos consumidores retratam fenômenos mais amplos que tem contribuído nas alterações da natureza do Espaço.

Alterações sociais e econômicas, que estimulam o surgimento de novas dinâmicas em decorrência das mudanças técnicas, estruturais e conjunturais, que são expressadas nas formas e funções do comércio das feiras livres. As feiras livres podem ser analisadas como valiosos espaços urbanos nos quais podem ser observados mudanças socioeconômicas e culturais que resultam em modificações nas formas de trabalho.

#### 4.3 (DES) ABASTECIMENTO DOS PRODUTOS

Um resgate histórico do comércio varejista no período colonial brasileiro contribui para explicar como as feiras brasileiras conseguiram se firmar como forma comercial importante para suprir necessidades básicas de consumo da população, especialmente nas áreas interioranas. Nessa época a ênfase era dada aos produtos destinados a exportação e eram escassos os investimentos pautados para atender ao consumo interno.

A história nos mostra que enquanto se voltava as atenções para o mercado externo, as cidades e vilarejos no interior nordestino sofriam da escassez de gêneros alimentícios para o abastecimento da população local. As feiras livres contribuíram na disseminação dos produtos de subsistência para à população dos centros urbanos mais remotos da antiga colônia.

Os gêneros agrícolas, assim como apontado por Salgueiro (1996), são produzidos de forma relativamente dispersa e numa determinada época do ano. Mas os consumidores exigem encontrar tais produtos acessíveis e de forma regular ao longo de todo ano. Tais exigências são cumpridas com maior facilidade na atualidade em razão do avanço nos mecanismos de logística, como os transportes e a armazenagem.

O semiárido nordestino passou por graves crises de abastecimento de gêneros básicos de consumo de sua população. Em território paraibano são diversos os relatos de crises de desabastecimento com grave escassez de mantimentos básicos para a população local. Almeida (2012) relata diversas crises que assolavam o Estado ao decorrer dos séculos, classificando-as como “agouros de conjunturas mais sinistras” (ALMEIDA, 2012, p. 145). De fato, os cenários descritos nessas épocas de secas prolongadas e de escassez generalizada no interior paraibano eram catastróficos e a fome massacrava a população local.

Um trecho do livro de Almeida (2012, p. 158) descreve esse cenário de desabastecimento em uma feira do Cariri Paraibano no ano de 1877. Cabaceiras é o município

retratado<sup>8</sup>, vejamos: “Na pequena feira de costume nenhum gênero mais aparece, além de rapadura, uma ou outra carga de farinha, milho e tudo por um preço exorbitante”.

Na continuação do relato nos é exposto que:

Os desvalidos, em número crescido, já caem exangues; o pouco gênero que o governo para aqui remete com três e quatro dias é distribuído, ficando o respectivo depósito vazio quinze e mais dias, tempo que medeia à segunda remessa. O número de cargas que toca a esta infeliz vila tem atingido o maior a 12 em cada remessa, que seriam insuficientes para matar a fome da casa de caridade daqui, na qual existem perto de noventa pessoas sem recurso algum.

Vários fatores contribuíram para a extinção desse triste cenário no interior nordestino. Mesmo sabendo da pluralidade de contribuições para a mudança progressiva desse quadro, optamos por dar ênfase há alguns fatores ligados a logística e que são objetos de estudo da Geografia Econômica: sem dúvida alguma a abertura de vias e interligação de espaços proporcionada pelos avanços técnico-científicos contribui para mesmo em época de estiagens prolongadas na região os produtos continuarem chegando as prateleiras e bancas da feira. Assim como pudemos constatar em nossa pesquisa, a feira está cada vez menos dependente da produção local.

É inegável que os avanços sociais e econômicos que a região tem vivenciado nas últimas décadas através de programas governamentais contribuíram para a ampliação da renda e têm garantido um potencial mínimo de compra para as famílias beneficiadas por tais programas, ampliando seu poder aquisitivo.

Podemos perceber que nas últimas décadas não se tem constatado graves crises de abastecimento no Nordeste brasileiro e o comércio das feiras livres consegue manter uma constante comercialização dos gêneros mais procurados pelos consumidores em virtude na maior interconexão entre os espaços.

#### 4.4 FEIRA LIVRE: POSSIBILIDADE DE TRABALHO E CONSUMO

Outro ponto que avaliamos, associa a feira livre ao conceito proposto por Santos (1979), de circuito inferior da economia e, portanto, interessando em especial à população pobre e de baixa renda. Na visão do autor, a existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos, ou que vivem de atividades ocasionais ao lado de uma minoria que, concomitantemente possui

---

<sup>8</sup> Vale destacar que assim como apresentamos no capítulo anterior, nessa época Boqueirão era um distrito de Cabaceiras e possuía a principal feira da microrregião.

rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão permanente no que se refere ao acesso a bens e serviços. Nesse contexto, a feira livre e o pequeno comércio varejista seriam os principais locais de compra das famílias de menor poder aquisitivo.

Com relação ao Cariri Paraibano, Favaretto et al (2011) afirmam que nessa região ocorreu uma crise das atividades tradicionais das elites locais – pecuária e algodão -, associada à elevação dos pisos mínimos de renda dos mais pobres propiciada pelas transferências de renda. Os autores ainda apontam que algumas políticas públicas permitiram a elevação das condições básicas de vida de suas populações, de tal modo a garantir um crescimento das rendas familiares e a diminuição da pobreza e da desigualdade de renda.

Davezies (2008) nos mostra que existe uma crescente dissociação entre regiões produtoras e regiões consumidoras na atualidade. Ele também faz a ressalva que não se pode esperar que às áreas rurais ou interioranas reservem-se apenas a serem regiões produtoras. No mesmo sentido, Favaretto et al (2011) fazem a ressalva de que ainda há muito espaço para alterar as bases econômicas destes territórios de forma que garanta o aproveitamento dos novos potenciais e novas formas de inserção produtiva das famílias mais pobres. Programas como: Previdência Rural, Bolsa Família e Garantia Safra, criados e aperfeiçoados nas últimas décadas e que atendem às famílias mais necessitadas, possibilitando que estas não se privem de um nível mínimo de consumo.

A irrigação desenvolvida desde a década de 1970 no município de Boqueirão também contribuiu significativamente na manutenção de um nível mínimo de renda de diversas famílias ao decorrer de todo ano. Em diversas ocasiões, pequenos proprietários de terras em outras localidades do município que não dependem do regime de chuvas em determinada época do ano acabam vendendo sua força de trabalho e tornando-se assalariados de proprietários de terras irrigáveis. Essa foi uma opção para trabalhadores que buscavam garantir sua subsistência na própria região e acabou possibilitando uma redução nos índices migratórios para outras regiões do Brasil. Contudo é necessário destacar os baixos níveis de remuneração para esses trabalhadores, que eram suficientes apenas para atender as demandas mais preeminentes de consumo.

Um dos aspectos fundamentais e característicos da feira livre é exatamente sua abertura a população, atraindo pessoas de todas as classes, sendo assim um espaço de grande sociabilidade e de abertura à população. Nossa pesquisa aponta que essa abertura também se estende aos feirantes e comerciantes, que tem sua facilitada comercialização nesse espaço, sem grandes questões burocráticas que entrem abertura de novos pontos de vendas. Tal liberdade

na comercialização de produtos permite uma inclusão no setor terciário que é fonte de renda para diversas famílias, tornando-se fundamental também para a economia do município.

Tais características foram ressaltadas por Santos (1979) quando apresenta a organização do circuito inferior, caracterizado por uma baixa burocratização dos empreendimentos comerciais, produtivos e de serviços. O autor afirma que para a entrada no circuito inferior é “mais necessário o trabalho que o capital” (SANTOS, 1979, p. 204). A Feira de Boqueirão torna-se um caminho para os que não estão empregados nos setores do setor formal da economia. Ao desempenhar essa função, a Feira também exerce, de forma concomitante, um estímulo ao consumo e à economia regional.

Outro estímulo para o desempregado entrar no setor informal da economia através das feiras é que nesse ramo se precisa apenas de um pequeno volume de capital inicial. Parcela significativa dos feirantes inicia suas vendas em razão dessa baixa disponibilidade de capital. Via de regra, os estoques dos feirantes continuam pequenos, obrigando-os a fazerem reposições frequentes daqueles produtos que vão sendo vendidos.

Uma novidade que pudemos constatar em nossa pesquisa é que vários feirantes afirmaram ter tido cursos de capacitações ofertados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em parceria com a Prefeitura Municipal. Essas ações visavam estimular o crescimento desses comércios e estimular a formalização desses negócios. Apesar de não termos medido os índices de formalização dos feirantes, tais casos ainda são escassos e a maior parcela de feirantes continua pertencendo ao setor informal da economia.

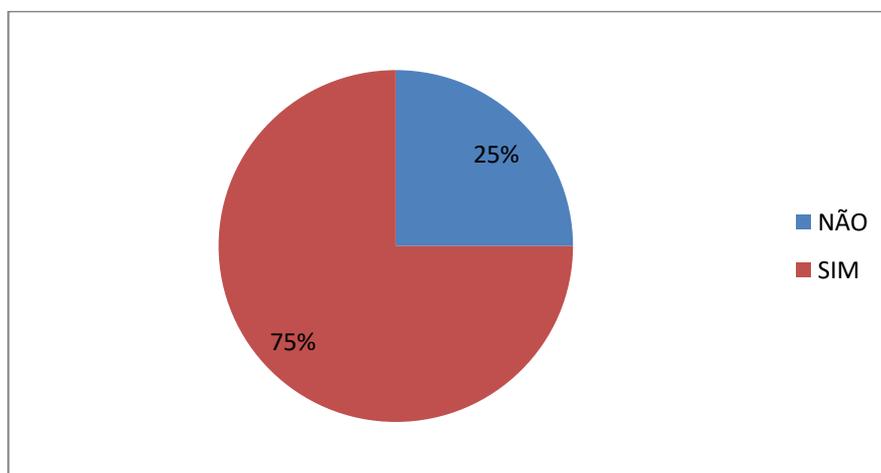
#### 4.5 ACESSO AO CRÉDITO PARA FEIRANTES E CLIENTES

Nesse contexto de intensas inovações, as atividades comerciais das feiras livres, enquanto atividades pertencentes ao circuito inferior da economia urbana, mesmo sofrendo profundas transformações, ainda exercem influências nas dinâmicas econômicas locais e regionais.

A sobrevivência da feira pode estar associada há alguns fatores, como a proximidade do sujeito frequentador com aquele local, facilidade de mobilidade até este espaço, entre outros fatores. Mas além destes, a prática do fiado constitui um mecanismo que ainda se faz muito presente nas relações comerciais. Essa prática tem grande importância pelo fato de possibilitar a população, sobretudo à parcela mais carente, de atender suas necessidades imediatas de consumo, de acordo com suas posses financeiras no momento (Costa, 2003).

Diante desse fato, observamos a partir de questionários aplicados em parcela dos feirantes de Boqueirão, que essa é uma prática comum na área, como pode ser observado no gráfico abaixo:

Figura 23 - Gráfico que retrata a prática do fiado pelos feirantes de Boqueirão



Fonte: elaborado pelo autor, 2013.

Vemos que 3/4 dos feirantes utilizam-se dessa prática para atender seus clientes, revelando, portanto, a importância desta prática comercial neste espaço pesquisado. É provável que essa forma de crédito, baseada na confiança se consolide a medida em que o feirante vá criando raízes naquela área, estabelecendo relações de proximidade entre vendedores e clientes que estimulem e propiciem a confiança para esse tipo de crédito. Santos (1979) apresenta que as populações mais sobre são as mais dependentes desse crédito pessoal, mas as classes médias por vezes se utilizam desse artifício para efetuar suas compras.

A necessidade de crédito não é importante apenas para os consumidores, mas também para os comerciantes. A função do crédito torna-se efetiva para o crescimento e sobrevivência dos negócios, podendo-se destacar a importância do endividamento em todos os níveis (SANTOS, 1979).

Na década de 1970, Milton Santos (1979) já destacava a dificuldade que os pequenos comerciantes inseridos no circuito inferior encontravam para ter acesso ao crédito bancário, tendo em vista não terem garantias efetivas para respaldar seus empréstimos.

A falta de confiança do sistema bancário nesses agentes do pequeno comércio fazia com que eles recorressem ao crédito fornecido por agiotas ou aos atacadistas dos quais efetuavam a compra de seus produtos, subordinados a taxas de juros acima da média do mercado que mitigavam ainda mais seus lucros.

No atual cenário essa situação se transforma e as instituições financeiras desburocratizaram o crédito permitindo um acesso mais fácil para esses pequenos comerciantes (SILVEIRA, 2011). Algumas instituições financeiras chegam a fazer estudos e incentivos para o fornecimento desse crédito para feirantes e consumidores. No município de nosso estudo, a Associação de Comerciantes, Feirantes e Ambulantes de Boqueirão (ASCOFAB) já atuou em parceria com o Banco do Nordeste para facilitar linhas de créditos para seus associados, comprovando a transformação desse cenário e o poder da organização cooperativa.

#### 4.6 PADRONIZAÇÃO DA FEIRA

Segundo Mascarenhas (2008, p.83), a feira livre entrou em descompasso com o ritmo frenético de nossa época moderna, chegando talvez ao ponto de ser apontada como um elemento cristalizado. Continuando seu raciocínio, o autor expressa: “talvez, que a feira livre seja uma filha rebelde da modernidade que insiste em desafiá-la.” (MASCARENHAS, 2008, p.84).

Por estes motivos, dentre outros já citados ao longo deste trabalho, o imaginário de desordem e insalubridade da feira livre foi implantado pela mídia no ideário das pessoas. Iniciaram-se então em algumas localidades processos de reestruturação do espaço das feiras livres. Medidas tomadas a partir das administrações públicas e por algumas vezes com participações dos feirantes, que buscam uma atualização desses espaços, seguindo uma linha que consideram ser mais progressista.

Em Boqueirão, houve um processo de reestruturação da feira livre. Assim revela o presidente em exercício da Associação de Comerciantes, Feirantes e Ambulantes de Boqueirão (ASCOFAB), Mariz Gilberto:

“Sim, tivemos uma modernização não é? Na nossa feira, fizemos parceria como já falei, é nossa associação em parceria com o SEBRAE, prefeitura municipal e também parceira com o governo do estado na gestão do governo Cássio a gente conseguiu 100 stands, desses stands de ferro para organizar melhor à feira, então ficou a feira toda padronizada, substituindo os bancos de madeira pelos stands, ai a nossa feira ficou modelo na Paraíba não é? Sendo a primeira feira toda padronizada. Então a nossa avaliação é que melhorou bastante, devido aos produtos estarem todos organizados não é? Em seus devidos lugares, como também dividido, que a gente dividiu em setores. Ai nossa feira ficou modelo na Paraíba e tivemos também através disso ai, dessa organização que teve na nossa feira, nossa feira sendo visitada por várias outras cidades da região que vieram nos visitar e conhecer como ficou nossa feira, e ficou uma feira modelo!”

Percebemos através deste depoimento, a parceria entre esferas do poder público que buscaram uma atualização do espaço da feira livre, como podemos observar a figura 24, na qual

os tradicionais bancos de comercialização foram padronizados, através de parcerias entre tais órgãos em conjunto com a ASCOFAB.

Figura 24 - Espaço da feira livre de Boqueirão, respectivamente, antes e depois da padronização



Fonte: arquivo pessoal de Paulo da Mata Monteiro.

Outro aspecto fundamental é o caráter pioneiro da feira de Boqueirão em relação a esse tipo de padronização no estado da Paraíba. As antigas barracas de madeira são aposentadas e passam a ser utilizadas bancas de ferro, de tamanho e cor padronizada, diferenciando-se apenas pela numeração. Nessa transformação, uma vantagem evidente é que a montagem e desmontagem dessas barracas deixa de ser trabalho dos feirantes e passa a ser realizada pela prefeitura municipal, reduzindo os custos e trabalho dos feirantes que já encontram seus estabelecimentos instalados na noite precedente a feira livre (TAVARES, 2014). Em contraposição, pode-se argumentar que a feira perde um pouco de sua essência, desfazendo-se do seu visual característico.

A opinião do presidente é próxima a de um feirante que também entrevistamos. Em sua fala, o senhor N.T.S. afirma que:

“Antigamente era umas barracas véia de madeira né? E hoje tem todos esses bancos que são mais organizados, que o SEBRAE veio aqui e fez adaptação, esses outros barracos para os feirantes tudo venderem em cima dos bancos de ferro, bom! E mudou muito, que era umas barraquinhas véia de lona, de madeira coberto com lona né? E hoje tem as barracas que é de negócio de alvenaria e tem os bancos pra feira pra venderem roupas, frutas, calçados, tudo tem e hoje fizeram tudo banco novo né?”

Convênio da prefeitura com o SEBRAE e o Governo do estado não é? Melhorou mais um pouco, a feira ficou mais organizada, que era muito desorganizada!”

Nossas observações, assim como entrevistas, também constataram um aspecto importante, tal padronização não permanece uniforme até os dias de hoje, apesar da maioria dos feirantes utilizarem os novos stands cedidos pela prefeitura em parceria com o governo estadual, observamos que fizeram suas próprias adaptações, em nível de localização na feira, já que alguns feirantes se mudaram do setor ao qual foram direcionados, buscando um novo local que consideram melhor para a comercialização. Outros aspectos também são apresentados na fala seguinte, de Mariz Gilberto:

“É, avaliamos hoje que hoje tá deixando um pouco a desejar já que alguns feirantes deixaram de lado a organização da feira e alguns deles não seguem mais as normas que foi aprendidas através das palestras e de cursos dado pelo SEBRAE, a organização que tinha, não colocar os produtos em seus devidos lugares né? Como também alguns feirantes, eles mesmos é quem sujam seu próprio ambiente de trabalho, ai dificulta um pouco pra nós trabalharmos na nossa feira sem tá mais organizada né? Foi tirada um pouco da padronagem que tinha né? Que era toda padronizadazinha. Então hoje, assim, a gente vê stands já que era todo padronizado as bancas todos da mesma cor, as lonas todas da mesma cor hoje já estão de diferentes cores e hoje tá deixando um pouco à desejar né? A nossa feira hoje é um pouco a desejar.”

Percebemos assim que mesmo com a intervenção do estado, e a busca de uma reorganização do espaço, características tradicionais e próprias dos feirantes persistem, fazendo-se marcos afirmativo nessas áreas e, ao mesmo tempo, uma forma de resistência a tais mudanças. Formas e funções da feira livre passam por ressignificações em um sistema de intensas modernizações técnicas e da lógica de consumo, porém elas permanecem representativas no cenário atual não apenas em razão das atualizações pelas quais tem passado, mas também pela manutenção de elementos tradicionais que as fazem patrimônio histórico e cultural da humanidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa investigação científica nos faz perceber que as Feiras Livres continuam exercendo a sua função elementar no abastecimento das populações urbanas e rurais; contudo, elas não permanecem estáticas e imunes às alterações socioeconômicas que vêm sendo aprofundadas nesse período de globalização e passam a se adaptar, como forma de responder às novas estratégias comerciais.

Mesmo com as intensas transformações nas lógicas de consumo, as Feiras Livres não tendem ao desaparecimento, tendo em vista sua importância para a população que é frequentadora desse espaço. O comércio das feiras continua sendo palco de trabalho para pessoas que não encontram emprego no setor formal da economia e, de forma concomitante, para a população mais pobre, da zona rural e urbana que buscam atender as necessidades mais elementares de consumo.

Se não podemos falar em desaparecimento desses espaços comerciais, também não podemos deixar de destacar suas adaptações. Há diferenças significativas entre as feiras atuais e àquelas que se davam em séculos anteriores, em razão das transformações que se sucederam nas sociedades e que têm se aprofundado desde a segunda metade do século XX.

Portanto, em nosso entender, não podemos mais classificar as feiras livres apenas como parte do que convencionou-se chamar de Comércio Tradicional. Na verdade, ao notar as transformações e coexistências desses espaços comerciais pode-se perceber significativas diferenças entre as feiras em um sistema tradicional e as atuais feiras que passam a dispor de uma dinâmica econômica mais moderna.

Ao decorrer de nossa pesquisa pudemos observar que a Feira de Boqueirão é um espaço de grande relevância para o município, seja como atrativo de centralidade dentro da microrregião do Cariri Oriental; seja como geradora de trabalho e renda, seja como espaço de sociabilidade e, especialmente, como lócus de consumo para a população com menor poder aquisitivo.

Evidenciamos que as alterações e evoluções que se manifestaram no espaço agrário e urbano do município de Boqueirão estão envoltas em um contexto mais amplo de transformações do sistema capitalista e que esse processo está intimamente ligado as mutações que a Feira Livre tem vivenciado com maior intensidade nas últimas décadas.

A essência do que pudemos constatar nas fases teóricas e empíricas de nossa pesquisa é que as feiras estão em um processo ininterrupto de adaptações, a partir de transformações e

coexistências, e que por tal razão, permanecem como importantes espaços para a economia urbana e regional.

Fazendo a leitura das transformações e coexistência identificadas, notamos que com a evolução das vias de transporte e disseminação dos veículos particulares, a centralidade da Feira de Boqueirão foi reduzida, tendo em vista que muitos clientes que dependiam exclusivamente do transporte dos “carros-da-feira” para efetuar e transportar suas compras passaram a ter uma maior facilidade para frequentar outros centros de compra mais longínquos.

Contudo, a Feira também se utiliza das modernizações e popularização de transportes individuais para se manter atual no espaço urbano-regional, e exemplo disso é a presença do serviço de entrega à domicílio, através de moto-táxis que trabalham nesse espaço comercial e que refletem alterações nos hábitos de consumo, com a presença do cliente no espaço de comercialização deixando de ser obrigatória.

Até meados do século XX a Feira de Boqueirão apresentava, quase em sua totalidade, produtos regionais. Esta situação é alterada no contexto de globalização e do desenvolvimento técnico dos meios de transporte e telecomunicações que é intensificado a partir da década de 1970, possibilitando que os produtos comercializados nas feiras livres, mesmo naquelas de áreas rurais ou pequenas cidades, não se restrinjam àqueles fabricados na mesma região de entorno. Pudemos verificar que a variedade de produtos entre as feiras livres já não obedece mais às características físico-espaciais das áreas nas quais estão inseridas. Em outras palavras: a variabilidade dos produtos à venda não é derivada da oferta regional; então, a oferta se descola da região do entorno. Concomitantemente a esse processo, também se verifica um aumento no nível de industrialização dos produtos comercializados nesse espaço.

Um fato que devemos ressaltar é que em nenhuma época as bases econômicas assentadas sob o município tiveram um destaque significativo na comercialização da feira livre local. Foi assim desde os primeiros séculos de ocupação, época em que a pecuária era a principal base econômica da região e mesmo assim não prosperou uma feira de gado a nível regional na localidade.

Estrutura semelhante permanece até hoje, mesmo com a alteração nas bases econômicas do município após a construção do açude Epitácio Pessoa e com a disseminação de culturas irrigadas. Com relação a essa nova estrutura, evidenciamos que mesmo em épocas de plena atividade irrigatória no município, alguns comerciantes buscavam em centros de distribuição, produtos que são comumente plantados e que possivelmente tem origem no próprio município de Boqueirão. Tal situação talvez possa ser esclarecida através do fato que alguns irrigantes preferem vender sua produção em grande escala, muitas vezes, firmando acordo com

mercadores ligados a fluxos de capital maiores, dificultando assim o acesso dos pequenos comerciantes e feirantes.

As análises que fizemos nos permitem afirmar que a Feira continua sendo um importante espaço de consumo para os mais pobres, mas esse consumo não se dá de maneira equânime entre classes econômicas distintas. Um exemplo marcante pode ser visto através dos produtos perecíveis, que têm seu preço e qualidade reduzidos ao decorrer do dia. Com isso, a população com menor poder aquisitivo opta por fazer suas compras no horário que consiga adquirir os produtos por um preço menor, enquanto que as classes mais abastadas usufruem da maior qualidade dos gêneros comercializados nas primeiras horas da manhã.

A prática do fiado (crédito de confiança baseado nas relações de sociabilidade) também constitui um mecanismo que ainda se faz muito presente nas relações comerciais na Feira de Boqueirão e tornou-se prática fundamental em razão de possibilitar a população, sobretudo à parcela mais carente, atender suas necessidades imediatas de consumo.

Convém destacar que a abertura de vias e interligação de espaços proporcionada pelos avanços técnico-científicos contribui para que os produtos cheguem nas prateleiras e bancas da feira, mesmo em época de estiagens prolongadas e de baixa produção no Cariri Paraibano, constata-se dessa forma que a feira está cada vez menos dependente da produção local e isso faz com que Boqueirão, assim como todo semiárido nordestino, esteja menos vulnerável a crises de abastecimento de gêneros básicos de consumo de sua população.

Transformações também são perceptíveis no acesso ao crédito por parte dos feirantes. Até o fim da década de 1990, a falta de confiança do sistema bancário nesses agentes do pequeno comércio fazia com que eles recorressem ao crédito fornecido por agiotas ou aos atacadistas dos quais efetuavam a compra de seus produtos, subordinados a taxas de juros acima da média do mercado. No atual cenário essa situação se transforma e as instituições financeiras desburocratizaram o crédito permitindo um acesso mais fácil para esses pequenos comerciantes. No município de nosso estudo, a Associação de Comerciantes, Feirantes e Ambulantes de Boqueirão (ASCOFAB) já atuou em parceria com o Banco do Nordeste para facilitar linhas de créditos para seus associados, comprovando a transformação desse cenário e do poder da organização cooperativa.

Na situação específica estudada, vemos que em Boqueirão houve um processo de reestruturação da feira livre em que na qual os tradicionais bancos de comercialização foram padronizados através de iniciativa do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal. As antigas barracas de madeira são aposentadas e passam a ser utilizadas bancas de ferro, de tamanho e cor padronizada, diferenciando-se apenas pela numeração. Percebemos que mesmo com a

intervenção do estado, e a busca de uma reorganização do espaço, características tradicionais e próprias dos feirantes persistem, fazendo-se marcos afirmativo nessas áreas e, ao mesmo tempo, uma forma de resistência a tais mudanças.

Percebemos que as pesquisas geográficas que abordam os espaços comerciais das feiras possibilitam análises mais profundas sobre as mudanças e coexistência vivenciadas pelas sociedades nas quais estão inseridas. Concluímos nossa pesquisa constatando que a Feira de Boqueirão tem conseguido se adaptar as novas atualizações do sistema capitalista nesse período de globalização através de ressignificações nas relações econômicas e sociais e concomitantemente, nota-se a coexistência de formas e processos presentes desde a sua origem. Com isso, acreditamos não ser possível classificar as feiras livres simplesmente como espaços de comércio tradicional, pois as constates modificações – que variam em nível em cada feira – nos mostram que as feiras têm se modernizado. Por fim, entendemos que analisar os níveis de modernizações das feiras livres nordestinas é um desafio que está posto para pesquisas futuras.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Abreu. **O estudo geográfico da cidade no Brasil: Evolução e avaliação** (Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro). Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1/4, p. 21-122, 1994.

AESA. **Caracterização das bacias hidrográficas**. Disponível em [http://www.aesa.pb.gov.br/perh/relatorio\\_final/Capitulo%202/pdf/2.1%20-%20CaracBaciasHidrograficas.pdf](http://www.aesa.pb.gov.br/perh/relatorio_final/Capitulo%202/pdf/2.1%20-%20CaracBaciasHidrograficas.pdf). Acesso em: 2 de Março de 2016.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. Brasília: Editora do Senado Federal, 2012. V. 172, 612p.

ANDRADE, Leonaldo Alves de. et al. Análise da cobertura de duas fitofisionomias de Caatinga, com diferentes históricos de uso, no município de São João do Cariri, estado da Paraíba. **Redalyc**, Lavras, v.11n. 3, p. 253-262, jul./set. 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/744/74411305/> Acesso em: 6 de março de 2016 às 1h.

\_\_\_\_\_, Manuel Correia de. **Geografia econômica do Nordeste: o espaço e a economia nordestina**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

\_\_\_\_\_. Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 4ªed. São Paulo: LECH, 1980. 278p.

ANDRADE. Gilberto Osório de. **Os Rios-do-açúcar do Nordeste Oriental – III O Paraíba do Norte**. Publicações do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Imprensa Oficial; Recife, 1959.

BARROS, N.C.C de. **O pequeno comércio no interior do Nordeste do Brasil: estudo sobre o comércio ambulante na cidade de Campina Grande**. 1987, 364f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_, N.C.C de. **Geografia Humana : uma introdução as suas idéias**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1990. 118p.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV/XVIII -Vol. II - O jogo das trocas**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BROMLEY, R.J. Os Mercados nos Países em desenvolvimento: Uma Revisão. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Ano 42, n.7, v.8. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.p

CACHINHO, Herculano (2005) – **O comércio retalhista: da oferta de bens às experiências de vida**, in MEDEIROS, C.A., Geografia de Portugal, Lisboa, Circulo de Leitores, vol.III, p.265-331.

CAMPOS, José Nilson B.. **Secas e políticas públicas no semiárido**: ideias, pensadores e períodos. Estud. av. [online]. 2014, vol.28, n.82, pp. 65-88. ISSN 0103-4014.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim; MAIA, Doralice Sátyro. Das feiras às festas: as cidades médias do interior do Nordeste. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.517-550.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e Indústria**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome** (o dilema brasileiro: pão ou aço). 10a Ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé; 1980.

CORRÊA, R. L. **Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades**. Revista Território, v. 4, n. 6, p. 43-53, 1999.

\_\_\_\_\_, R. L. **Comércio e espaço: uma retrospectiva e algumas questões**. Textos LAGET. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ. 2000.

\_\_\_\_\_, R. L. **Trajetórias Geográficas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 304p.

COSTA, A. A. **Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pernambuco; Recife, 2003.

COSTA, Maria Regiane da. **Dinâmica espacial da feira livre de São Bento em Cascavel/CE**. 2016. 216f. Dissertação - Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2016.

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. **Feiras no Nordeste**. Revista de Geografia da UFC, ano 7, nº 13, 2008.

DAVEZIES, Laurent (2004) (2008) **La République et ses territoires. Lacirculation invisible des richesses**. Paris. Seuil.

DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA SECA (DNOCS). **Informações adquiridas através do diretor do posto de operações.** Boqueirão, 2015.

DINIZ, Lincoln da Silva. **As bodegas da cidade de Campina Grande:** dinâmicas socioespaciais do pequeno comércio. 2. ed. Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campinas Grande, 2011.

ELIAS, DENISE. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. R. B. **Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 153-167, nov. 2011.

**Encontro dos Bispos do Nordeste.** Rio de Janeiro: Serviço de documentação da presidência da república, 1960. 273p. Disponível em: <https://archive.org/stream/iencontrodosbisp00enco#page/n0/mode/2up>. Acesso em: 20 de Abril de 2017 às 16h.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no noroeste do Paraná.** 2006. Tese (Doutorado em Geografia) - FCT/UNESP, Presidente Prudente.

FARIAS, Paulo Sérgio Cunha. **A produção de Bentonita em Boa Vista – PB e Suas Redes de Comercialização:** um exemplo de fixos e fluxos geográficos do período histórico atual. 2003. 217p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PPGeo, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

FAVARETO, A. et al. **Desenvolvimento territorial em uma região do Semiárido do Nordeste brasileiro** – para além das transferências de renda. Documentos de Trabajo, n. 83. Santiago do Chile: Rimisp, 2010.

FERNANDES, José Alberto Rio; CACHINHO, Herculano; RIBEIRO, Carlos V. (coord.). **Comércio tradicional em contexto urbano: dinâmicas de modernização e políticas públicas.** Porto: Observatório do Comércio Português/Gabinete de Estudos de Desenvolvimento e Ordenamento de Território/Faculdade de Letras da Universidade do Porto – GEDES/FLLUP, 2000. 166p.

GEORGE, Pierre. **Geografia do consumo.** São Paulo: Coleção Saber Atual, 1971.

GODOY, Wilson Itamar. **As feiras-livres de Pelotas, RS: Estudo sobre a dimensão socioeconômica de um sistema local de comercialização.** 2005. 284f. Tese (Doutorado)- Universidade Federal de Pelotas, Pelotas (RS), 2005.

GONÇALVES, Luiz Antônio. **Traçando mobilidade e tecendo territorialidades: o comércio de artesanato da beira-mar de Fortaleza**. 2009. 195f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Orgs). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120p.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 15ªed. Tradução: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2006. 349p.

HETTNER, A.. Os ramos da geografia e sua relação com as ciências da natureza / Die Zweige der Geographie und ihr Verhältnis mit den Naturwissenschaften. **Geographia América do Norte**. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/565>. Acesso em: 14 de Junho de 2015.

HUCKEL, G.A. La géographie de la circulation, selon Friedrich Ratzel (Premier article). In: **Annales de géographie**. Paris: Armand Colin, 1906. V.15, n. 84, p. 401-418.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades: Boqueirão. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250250&search=||info%20gr%20E1%20ficos:-informa%20E7%20F5es-completas>. Acesso em: 12 de Novembro de 2016 às 20h.

ISSLER, Bernardo. **As feiras do Nordeste e sua função regional**. Orientação, n.1, p. 37-41, 1965.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. **O lugar da feira livre na grande cidade capitalista: Rio de Janeiro, 1964-1989**. In: Revista Brasileira de Geografia. Volume 54, Número 01. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, jan./mar. 1992. p.94-120.

\_\_\_\_\_. Negociando os usos e sentidos da rua: trajetória e representações da feira livre carioca. In: CARRERAS, C.; PACHECO, S. M. M. (Orgs.). **Cidade e comércio: a rua comercial na perspectiva internacional**. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009.

JOFFILY, Irineo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus, 1977.

KOTLER, P. **Administração de marketing**. 10 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000. 767p.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução Sérgio Martins; Revisão técnica Margarida Maria de Andrade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MELO, Emília Pereira de. **A produção do tomate na micro-região dos Cariris Velhos**. Dissertação (mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife-PE, 1985.

MELO, M. L. **Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba**. 2ªed. Recife, CEPE, 2012. 255p.

MOREIRA, Emília. TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1996.333p.

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.320p.

MOTT, Luiz. Feira e mercado: pistas para pesquisa de campo. In: FERRETTI, Sérgio (Org.). **Reeducando o olhar: estudo sobre feiras e mercados**. São Luiz: Edições UFMA, p. 13- 34. 2000.

OLIVEIRA, Fabiano Custódio de. **Alterações no sistema produtivo e organização do trabalho na agricultura irrigada em torno do açude de Boqueirão-PB**. 181 f. 2007. Tese de mestrado da pós-graduação em geografia – UFPB, João Pessoa-PB, Paraíba, 2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Employment, incomes and equality: a strategic for increasing productive employment in Kenya**. Geneva: ILO, 1972.

ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarniere. **Paisagem do consumo**: São Paulo, Lisboa, Dubai e Seul. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PARAIBA. **Levantamento Batimétrico do açude Epitácio Pessoa**. Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e Minerais. Campina Grande: Governo do Estado da Paraíba, 2004.

PAZERA JÚNIOR, Eduardo. **Feira de Itabaiana – PB: permanência e mudança**. 2003. 166p. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PINTAUDI, Silvana Maria. A cidade e as formas do comércio. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p.143-159.

\_\_\_\_\_. O consumo do espaço de consumo. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello (orgs.). **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ/ ANPEGE, 2008. p.121-127.

\_\_\_\_\_. Mercados públicos: vestígios de um lugar. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p.167-176.

PRADO, D. E. **As Caatingas da América do Sul**. In: LEAL, I.R; TABARELLI. M; SILVA, J.M.C. da, (org). 2ed. *Ecologia e conservação da Caatinga*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2005. p. 3-74

RICHARDSON, Harry W. **Economia Regional: Teoria da Localização, Estrutura Urbana e Crescimento Regional**. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1969. 421p.

SALGUEIRO, T. B. **Novas Formas de Comércio**. Finisterra, XXIV, Ed.48. Lisboa,1989. p. (151-217).

\_\_\_\_\_, T. B. **Do comércio à distribuição: Roteiro de uma mudança**. Oeiras: Celta Editora, 2006. 268p.

\_\_\_\_\_, T. B.; CACHINHO, H. As relações cidade-comércio. Dinâmicas de evolução e modelos interpretativos. In: CARRERAS, Carles; PACHECO, Susana Mara Miranda. (orgs.). **Cidade e comércio: a rua comercial na perspectiva internacional**. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009. p.9-39.

SANTOS, Cláudio Ressureição dos. **O lugar da feira-livre na produção do espaço da cidade contemporânea: mudanças e permanências**. ENAMPEGE, 2013. p. 764-774.

SANTOS, Edilton José dos; Ferreira, Cícero Alves; SILVA JÚNIOR, José Maria F da. **Geologia e recursos minerais do Estado da Paraíba**. Recife: CPRM - Serviço Geológico do Brasil. 2002. 234p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_, Milton. **O Espaço Divido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. 345p.

\_\_\_\_\_, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 308p.

\_\_\_\_\_, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2011. 480p.

SEBRAE. **Paraíba: Indicadores Econômico-sociais**, 2001. Disponível em: [http://www.sebraepb.com.br:8080/bte/download/Estat%EDsticas/185\\_1\\_arquivo\\_indicadores\\_pb.pdf](http://www.sebraepb.com.br:8080/bte/download/Estat%EDsticas/185_1_arquivo_indicadores_pb.pdf). Acesso em: 29 de Janeiro de 2016 às 21h.

\_\_\_\_\_. **Programa de emprego e renda (PRODER):** Boqueirão. João Pessoa - PB: SEBRAE-PB, 1997. 72 p., série diagnóstico sócio-econômico, 44.

SILVA, C. H. Costa da. **Estudos sobre o comércio e o consumo na perspectiva da geografia urbana**. Geosul, Florianópolis, v. 29, n. 58, p 149-178, jul./dez. 2014.

SILVA, J. B. **As transformações do estado e suas implicações sobre as políticas públicas no Brasil: O caso dos recursos hídricos**. João Pessoa: Idéia, 2005.

SILVA, J. E. da. **Análise de viabilidade econômica da agricultura familiar dos arrendatários do DNOCS no Açude Epitácio Pessoa – PB**. 2012. 136 p. Dissertação (Mestrado de Ciências Agrárias) – UEPB. Campina Grande, 2012.

SILVA, M. M.; LIMA, D. M. de A. **Sertão Norte: Área do Sistema Gado-Algodão**. Recife – SUDENE, 1982. 293p.

SILVA Jr., R. F. da. A formação e a constituição da Geografia da circulação a partir das perspectivas de Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache. In: SILVEIRA, Márcio Rogério. **Circulação, transportes e logística**. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 69-92.

SILVEIRA, M. L. Crises e paradoxos da cidade contemporânea: os circuitos da economia urbana. In: PEREIRA, Elson Manoel Pereira; DIAS, Leila Cristina Dias (Orgs.). **As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro**. 1. ed. Florianópolis: Insular, v. 1, p. 62-82, 2011.

SOUSA, Valdirene Pereira de; BRITO, Roberta Lopes de Oliveira; ANDRADE, Jefesson Franciary Farias de. Uma história de Boqueirão. In: SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de (org) **História dos Municípios Paraibanos**. V.3. Campina Grande, EDUFPG, 2013.

SOUZA, E. C. **Tipos e aspectos do Brasil**. Revista Brasileira de Geografia. Ano VIII, nº 3, Setembro, 1946.

SOUZA, N. J. **Conceito e aplicação da teoria da base econômica**. Perspectiva econômica, UNISINOS. São Leopoldo, RS. v. 10, n. 25, de p. 117-130, março 1980.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1997.

SUDENE. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Recife, 2ª ed, 1967.

TAVARES, N. J. A. **A Feira Livre de Boqueirão: Comércio, Consumo e Produção do Espaço**. 28 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia). Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2014.

VARGAS, H. C. **Espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001. 335p.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TÍTULO DA PESQUISA: FEIRA LIVRE DE BOQUEIRÃO: DINÂMICA REGIONAL,  
MERCADO E CONSUMO NO CARIRI PARAIBANO

PESQUISADOR: NOALDO JOSÉ AIRES TAVARES

### **QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS FEIRANTES**

1- Nome:

2 - Município de residência:

3 – Mora na: ( ) Zona urbana ( ) Zona rural.

4 -Que produto comercializa na feira?

5 – Onde adquire essas mercadorias comercializadas?

5-Quanto tempo trabalha na feira livre de Boqueirão?

6. Percebeu mudanças no espaço da feira livre nesse tempo? Se sim, quais?

7. Você comercializa em outra feira-livre?

Sim. Qual?

Não

8. Você fez alguma capacitação (cursos), visando competir em melhores condições com a concorrência?

9 – Como é feito o transporte de sua mercadoria até a feira?

10 - Iniciou as vendas com que capital?

Capital próprio  Empréstimo de banco  empréstimo de outras pessoas

11 - Você já se utilizou de empréstimo dos programas de microcrédito?

Sim  Não.

12 - Você vende fiado a algum cliente?

Sim  Não

## APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TÍTULO DA PESQUISA: FEIRA LIVRE DE BOQUEIRÃO: DINÂMICA REGIONAL,  
MERCADO E CONSUMO NO CARIRI PARAIBANO

PESQUISADOR: NOALDO JOSÉ AIRES TAVARES

**QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS CONSUMIDORES**

1- Nome:

2 - Município de residência:

3 – Mora na: ( ) Zona urbana ( ) Zona rural.

4 - Há quanto tempo frequenta a feira livre de Boqueirão?

5. Percebeu mudanças no espaço da feira livre nesse tempo? Se sim, quais?

6 - Quais as razões que o levam a frequentar essa feira?

7 - Quantas vezes por mês você frequenta a feira de Boqueirão?  
( ) 1 vez ( ) 2 vezes ( ) 3 vezes ( ) 4 vezes.

8 - Qual o tipo de transporte utilizado para chegar a feira?

- bicicleta  carro alugado  ônibus  Caminhão “pau-de-arara”  moto táxi  moto  
 carro próprio

9 - Sua frequência na feira:

- Aumentou  Diminuiu  Permanece a mesma